

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Revisitando as memórias de Clodesmidt Riani: a trajetória de um
líder trabalhista nas grandes lutas sociais que antecederam o Golpe
Civil e Militar de 1964**

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
História, por ALEXANDRE PEIXOTO
HELENO. Orientador: Prof. Dr.
Ignacio José Godinho Delgado**

Juiz de Fora
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

À Myriam, minha mãe; à Fátima minha companheira; ao meu avô Benigno; aos meus amigos e familiares; e ao meu pai (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, não poderia deixar de mencionar aqueles que direta e indiretamente contribuíram para este resultado final. E felizmente a lista é numerosa.

Em primeiro lugar agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora, através do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História, pela seriedade e competência como instituição educacional. Ao Prof. Alexandre Barata pela indispensável atenção. Igualmente a Mara, secretária da Pós-Graduação. À Prof^a Maraliz Castro meus votos de sucesso.

Agradeço também às instituições arquivísticas que me acolheram, em especial ao Centro de Memória de Documentação Clodesmidt Riani. Também faço o devido reconhecimento ao trabalho de valor incalculável de Hilda Rezende de Paula e Nilo de Araújo Campos, que publicaram as memórias de Riani.

Devo um agradecimento especial ao meu orientador Ignácio Delgado, pela destacável sabedoria, competência acadêmica e humanismo. As professoras Lucília Neves e Cláudia Viscardi, que prestaram importante apoio com suas observações durante a qualificação. As professoras Valéria Marques Lobo e Andréa Casa Nova Maia por aceitarem participar de minha banca de defesa. Aos professores e professoras do Programa de Mestrado por sua inestimável contribuição acadêmica. Ao Prof. Fábio Chagas por sua amizade e confiança desde o início quando ainda me preparava para a seleção.

Minha imensa gratidão por Maria Helena e Gaspar que me “adotaram” durante o período que cursei o mestrado; em Juiz de Fora, ao acolher-me em seu lar como praticamente um filho. Devo agradecer também às suas filhas Raquel, Cássia e Neco, além de Rosine, as quais me aceitaram em sua casa e não dispensaram apoio. Não posso me esquecer de agradecer ao meu primo Zezé Heleno por ter me acolhido nos momentos que precisei.

Não poderia deixar de mencionar aqueles que se tornaram meus amigos. A começar por Plínio “Caparaó”, meu Kamarada, por termos compartilhado nossas experiências de vida, com alegria, companheirismo nos momentos difíceis e a esperança de um mundo melhor. A Teresa Vitória por sua inestimável ajuda. A Flávia, Virna, Patrícia e Lenilson pela amizade

construída. A todos os colegas de curso, indistintamente, meu igual reconhecimento por ter também aprendido um pouco com vocês.

A três senhores, hoje octogenários, devo o aprendizado de importantes lições. Ao meu pai, que infelizmente não tenho mais o privilégio da convivência física, devo a gratidão por ter me ensinado desde criança o gosto por ouvir contar histórias. Ao meu avô Benigno pelo exemplo de caráter e honestidade. A Clodesmidt Riani, a quem pertence esta história; a minha sincera homenagem a um dos maiores líderes dos trabalhadores do Brasil, que me mostrou de que lado o coração deve bater no peito.

Por fim, o apoio dos meus numerosos amigos e familiares, aos meus irmãos e irmãs, e, principalmente, a minha mãe, Myriam, por sua garra, fé e amizade. A Fátima, por ter tido paciência, compreensão e carinho ao ter convivido com um namorado muito ocupado com sua “história”.

A todos, meu agradecimento eterno.

“Mas a vida é esta de luta. Lutar para viver e não viver para morrer de fome e nossos filhos na miséria... Feliz daquele que tem um ideal para lutar e defender.”

(Clodesmidt Riani)

Resumo: Dissertação de Mestrado em História, Cultura e Poder, vinculada a linha de pesquisa Poder, Mercado e Trabalho, que analisa o trabalhismo reformista nos anos imediatamente anteriores ao Golpe Civil e Militar de 1964, tomando como referência a trajetória e as memórias de Clodesmidt Riani, importante líder sindical do período. Na conjuntura do governo João Goulart (1961-1964) e de grandes lutas sociais na entrada dos anos 60, marcado por uma forte polarização política da sociedade brasileira, procura-se destacar as relações entre as culturas políticas de esquerda, a saber, entre trabalhistas e comunistas, que se aglutinaram no campo do nacional-estatismo, daqueles anos. Sob este ponto de vista, resgatar também a história do Partido Trabalhista Brasileiro, seção de Juiz de Fora, no contexto assinalado. Para tanto, utiliza-se as contribuições da metodologia da História Oral, sob o foco de uma História Política renovada, voltada para o questionamento central em relação às possibilidades de se realizar reformas sociais dentro do sistema democrático, sem que haja uma ruptura da ordem institucional, questão ainda pertinente para a nossa sociedade no tempo presente.

Palavras-chave: História Política – Trabalhismo – Cultura Política - Esquerdas – Memórias – Tempo presente.

Abstract: The present work is a dissertation of the History's mastership, Culture and Power, linked to the network research Power, Trade and Labour, which analyses the reformist labourism the early years before the civilian and army coup in 1964, taking as a direction the trail and memories of an important syndical leader in those years. At the time of João Goulart (1961-1964), when several and great social struggles took part in the beginning of the sixties, a moment marked by a strong politics polarization of Brazilian society, this work intends to emphasize the relationship between two cultures into the left wing politics: laborists and communists, which have agglutinated in the national-statism. In this regard, we try to ransom the history of the local section of Partido Trabalhista Brasileiro (Brazilian Labourist Party) at that context. Using the Oral History's methodology, thinking in a renewed Politics History, which is focused in a central question related to the possibilities of promoting social reforms into a democratic system, without a institutional column break , what is being asked until nowadays in our society.

Keywords: Politics History – Labourism – Politics Culture – Left wings – Memories – Present time

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: AS RELAÇÕES ENTRE CULTURAS POLÍTICAS DE ESQUERDA NA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL: PERSPECTIVAS.....	7
1. Trajetória, memória e identidade na história do tempo presente: algumas notas.....	7
2. Cultura política, indivíduo e História.....	18
3. Trabalhistas e comunistas no campo do nacional-estatismo: impressões sobre sindicalismo, reformismo e democracia.....	25
CAPÍTULO 2: A CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA DO INÍCIO DOS ANOS 60: EMBATES DE MEMÓRIAS NO TEMPO PRESENTE.....	42
1. Embates de memórias no tempo presente sobre o Golpe Civil e Militar de 1964.....	42
2. A crise política do Governo Jango.....	56
CAPÍTULO 3: TRABALHISMO E HISTÓRIA: UM PERCURSO NAS MEMÓRIAS DE CLODESMIDT RIANI.....	74
1. A força do trabalhismo reformista.....	74
2. História e Vida de Clodesmidt Riani: das grandes lutas sociais ao Golpe de 1964.....	89
CONCLUSÃO.....	115
BIBLIOGRAFIA.....	120
FONTES.....	124
ANEXOS.....	125
LISTA DE ABREVIATURAS.....	140

INTRODUÇÃO

A Terceira República (1945-1964) é uma das fases mais complexas para se estudar na História do Brasil. O interesse dos pesquisadores em focalizar o período de “nossa primeira experiência democrática” esbarra numa miríade de temas, sub-temas e atores sociais, que acarreta a articulação e compreensão de vários fatores de curta, média e longa duração, presentes no recorte histórico destacado. Dentro desta realidade, avultam questões relativas ao trabalhismo como categoria analítica, o debate sobre o termo populismo, os desafios para o crescimento econômico e o aprofundamento da democracia brasileira, a trajetória da classe trabalhadora e as grandes lutas sociais, o imaginário revolucionário das esquerdas, particularmente o comunismo, e as interpretações sobre o Golpe Civil e Militar de 1964. Também se destaca a ação de grandes nomes da política nacional, tais como, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Carlos Lacerda, Tancredo Neves, Luis Carlos Prestes, Leonel Brizola e Miguel Arraes, personagens que ainda estão presentes no imaginário político brasileiro. Isso repercute na dimensão alcançada pelo número de trabalhos sobre o período, que têm produzido uma vasta bibliografia e que continua a crescer.

Do acervo constituído, o ponto central diz respeito à História Política, cuja renovação no campo de estudos vem permitindo encontrar as maiores possibilidades de agregar as informações para a produção do conhecimento histórico do período, ainda que não desvinculada ao estudo dos aspectos econômicos, sociais e culturais. Além disso, nos últimos anos a produção historiográfica tem demonstrado um crescimento expressivo da preocupação em resgatar a trajetória de sujeitos-históricos que participaram daqueles acontecimentos e que foram relegados a segundo plano, ou foram esquecidos pela memória construída sobre o período, sobretudo em relação aos grandes embates no interior de nossa sociedade, que antecederam o Golpe de 1964. Desta forma, personagens, secundários e anônimos, estão reconquistando espaço, ocupando a cena principal do enredo histórico através do registro de suas memórias, colhidas nas entrevistas de história oral, permitindo aos pesquisadores ampliarem os horizontes de análise no campo político, enriquecendo de maneira singular a escrita de uma história do tempo presente.

Assim compreendido, a nossa pesquisa procura contribuir para o resgate da trajetória de Clodesmidt Riani, um dos personagens que a história oficial procurou “esquecer”. Para tanto, ao abordarmos a trajetória de Riani, a consideramos como exemplar para compreender prontamente os dilemas associados à presença da cultura política trabalhista nos marcos do projeto nacional-estatista, na conjuntura política do início dos anos 60. Ao observarmos mais atentamente o trabalhismo e a trajetória de Riani, alegamos que dentro da segunda geração trabalhista e da corrente reformista há vários indícios que sugerem a existência de uma vertente inclinada em defender a democracia com apoio às reformas, combinando mobilização de massas com ação institucional. Neste sentido, enfatizamos Riani como ator nacional, mas também propomos retratar um pouco da história do trabalhismo e do PTB em Juiz de Fora (MG), terra natal da sua origem sindical e política, o que poderá ser objeto de estudo em futuros trabalhos.

As informações e comentários sobre Riani estarão disseminados no conjunto do texto, além de um capítulo especial sobre a sua trajetória, em que procuramos contextualizar esse personagem dentro do trabalhismo, consolidando as questões que serão desenvolvidas. Também esboçamos, no anexo deste trabalho, um perfil de sua vida, por meio de uma cronologia que evidencia a sua militância sindical, a carreira política, os duros momentos de incerteza durante a ditadura militar e as expectativas com o processo de redemocratização até os acontecimentos dos dias atuais.¹ Apresentamos a cronologia de vida de Riani para além dos nossos marcos temporais, como uma necessidade metodológica para podermos acompanhar melhor a sua trajetória.

Cabe destacar que o nosso recorte histórico aponta para um contexto marcado por uma forte polarização ideológica, que praticamente dividiu a sociedade em duas partes antagônicas, acarretando uma grave crise política, que resultou no Golpe de 1964. Em uma destas partes – que será objeto de apreciação mais detida neste trabalho - o nacional-estatismo, verificou-se a aproximação de várias forças do espectro político das esquerdas, entre trabalhistas, comunistas e nacionalistas de diversos matizes. Por esta razão, de modo a captar o comportamento das esquerdas em tal processo de crise, iremos tratar de forma exploratória das relações entre as culturas políticas, trabalhista e comunista, focalizando as questões centrais em torno da defesa das Reformas de Base e o aprofundamento da democracia, durante o Governo João Goulart (1961-1964).

¹ Esta narrativa se fundamenta na trajetória de Clodesmidt Riani, organizada em um documento particular, intitulado “História e Vida de Clodesmidt Riani”, pertencente ao CMDCR, [s./d.]. A cronologia está apresentada no anexo, em parágrafo e margens especiais, adaptando a estrutura do texto, para uma fácil consulta aos dados.

No início dos anos 60, a sociedade brasileira deparou-se com um grande desafio, com o qual ainda lidamos em nosso tempo presente: procurar efetivos meios de diminuir as profundas desigualdades sociais e econômicas no marco das instituições democráticas. Mesmo tratando-se de uma democracia com limites bastante definidos, naquele momento havia uma agenda de reformas ocupando o centro das discussões políticas e as instituições democráticas acabaram não resistindo à pressão de forças polarizadas e radicalizadas. A questão central deste processo histórico foi apontada por Argelina Figueiredo e continua relevante para a nossa democracia nos dias atuais, sendo a seguinte: “Por que não foi possível alcançar uma solução institucional que combinasse democracia com reformas sociais?”²

As respostas podem apontar para vários caminhos e os pesquisadores de diversas áreas não encontram um denominador comum. Nos marcos da história republicana brasileira, ainda não houve outro exemplo histórico que possa servir de base comparativa com o período da crise institucional da Terceira República, que culminou com a ruptura do sistema democrático. Entretanto, podemos assinalar que sempre existe uma defasagem entre uma categoria analítica e a realidade que ela está tentando abordar. Esta distância tem se tornado o grande desafio para os historiadores, porque uma categoria intelectual não tem a sua existência rigorosamente efetivada na realidade. Mesmo assim, cumpre-nos erigir algumas categorias utilizadas para a compreensão dos fenômenos históricos que estamos abordando.

Em primeiro lugar, como tentativa de buscar respostas para a indagação feita por Argelina Figueiredo, procuramos focar como as forças políticas defensoras das propostas reformistas para a sociedade interpretavam os desafios apresentados à democracia brasileira no tempo do nacional-estatismo. Abordamos esse campo político por um ângulo pouco trabalhado ainda na historiografia sobre o tema, a saber, as relações entre culturas políticas das esquerdas, de trabalhistas e comunistas, percebidas não hierarquicamente. Para tanto, buscamos compreender como as respectivas culturas políticas, embora imersas no campo nacional-estatista, interpretaram e ressignificaram valores e referências em comum, durante aqueles anos dramáticos, em que a sociedade brasileira passou por um processo de polarização, sem precedentes em nossa história, na qual se dividiu em dois projetos para o Brasil. Por um lado, tínhamos o projeto nacional-estatista que se fundamentava na necessidade de amplas reformas de cunho nacionalista e distributivista, obviamente, com inclinações à esquerda e traduzido na política das Reformas de Base sob o governo João Goulart. E, do outro lado, havia o projeto Internacionalista-liberal, que consistia numa

² FIGUEIREDO, Argelina C. Democracia e reformas: a conciliação frustrada. In: TOLEDO, Caio N. de (org.). *1964: visões e críticas do Golpe*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. p. 47.

proposta elitista e excludente, propondo ainda um atrelamento de nossa economia à dinâmica capitalista dos países mais desenvolvidos.³ Com isso, as forças políticas mais diversas acabaram, a partir de certo momento, alinhando-se a uma ou outra proposta para a sociedade brasileira daqueles anos. Daí, que, talvez mais do que em outras conjunturas, é necessário falarmos em esquerda e direita no plural.

Assim, utilizamos uma distinção entre os conceitos de esquerda e de direita procurando adequá-los à conjuntura brasileira no período assinalado. Em poucas linhas, ser de esquerda é estar com os de baixo, privilegiando a igualdade, a justiça e lutar pelos direitos sociais. Ser de direita é estar com os de cima, acreditando que as pessoas nascem desiguais e devem ser tratadas de forma desigual, defendendo o mercado e a competição, sempre desiguais no capitalismo. Deste modo, os centristas podem ser considerados aqueles com tendências para a moderação e conciliação. Dada às circunstâncias do jogo político, podem se inclinar favoravelmente às reformas na sociedade, desde que respeitem a lei e a ordem, ou podem, em nome da legalidade, apoiar o emprego da força para deter o avanço das reformas sociais, que estejam fora do limite considerado seguro para seus interesses e privilégios.⁴

Em relação ao nosso objeto de estudo, a cultura política trabalhista, importa assinalar que o trabalhismo, na medida em que tem sido mobilizado como categoria pelos pesquisadores, é igualmente uma construção. Para alguns, o trabalhismo tem sido colocado em questão, em favor do conceito de populismo, pois este último poderia fornecer melhores subsídios para a compreensão da realidade à qual tais noções se referem. Na interpretação de Daniel James e John French⁵, na ausência de um conhecimento mais amplo sobre a experiência histórica do trabalhismo fora do eixo Rio-São Paulo, ele deve ser pensado como realidade regional. Além disso, devemos tomar o populismo como um ato da fala, um discurso, que de certo modo, é o meio pelo qual o povo invoca suas demandas e se mobiliza.

Ângela Gomes aponta ser necessário construir uma distinção de estatuto teórico entre as categorias de trabalhismo e populismo, que se separam e se aproximam em vários aspectos⁶. Por um lado, deve-se pensar o populismo como um mito político, presente no

³ AARÃO REIS FILHO, Daniel. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil: 1934-1964. In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS FILHO, D. (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. v.5.

⁴ BOBBIO, Noberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

⁵ Pensar a América Latina. Entrevista de Daniel James e John French. In: FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999. pp.181-207.

⁶ GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, R.; BICALHO, M. F. B.; GOUVÊA, M. de F. (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 33.

imaginário social brasileiro. De outro, o trabalhismo deve ser visto como uma ideologia e uma tradição política, pertencente ao universo de fenômenos que integram o pensamento e a prática da política. Segundo a autora, ambas as categorias fazem parte das culturas políticas da sociedade, mas devem ser pensadas como construções intelectuais que possuem dinâmicas diferenciadas.

Ao contrário de realizar uma escolha entre esta ou aquela interpretação, torna-se pertinente para a construção do conhecimento histórico, ir um pouco além destas análises. Devemos procurar pontos que possibilitem tentar responder, não somente à distinção entre populismo e trabalhismo, mas compreendê-los como fenômenos históricos que estão presentes na realidade da política brasileira, e, que de certa forma, acabam moldando o aparente paradoxo entre democracia e reformas sociais. Por isso, ao enfocarmos o governo Jango e a trajetória das lutas sociais no período, é necessário termos em mente os limites e as possibilidades de uma narrativa histórica, que consiste em organizar materiais em seqüência cronológica, concentrando o conteúdo em uma interpretação histórica coerente.

Embora, o nosso foco de análise seja uma única história, ela está envolvida de subtemas, tão importantes quanto o principal. E, com isto, por ser incompleto ou pela má interpretação, torna-se um risco para o historiador transitar entre estas esferas da realidade, pois ele pode levar o leitor a um mundo de informações, análises, atores, interesses e circunstâncias históricas diversificados. Este risco, assumido, se justifica, na medida em que compreendemos ser a realidade social marcada justamente pela complexidade, na qual o historiador tem a tarefa de reconstruí-la o mais completa possível. Sendo assim, realizamos a análise dos principais momentos do governo João Goulart (1961-1964), a partir da trajetória de um dos grandes líderes sindicais do período, Clodsmidt Riani.

No decorrer de nossa pesquisa, selecionamos para análise, alguns dos inúmeros depoimentos e entrevistas de história oral com Clodesmidt Riani. Em ordem cronológica são eles: relatos contidos nos livros, “Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil”, de autoria de Lucília Neves; “Os sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais”; de Maria Andréa Loyola; “O PTB: do getulismo ao reformismo”; também, de Lucília Neves; as entrevistas ao Centro de Estudos Mineiros – Programa de História Oral da Universidade Federal de Minas Gerais, que se divide em: Entrevista Temática ao Programa de História Oral (1985) e para o Projeto Integrado Memória e História: visões de Minas (1991); o “Dossiê Riani”, publicado no Jornal Diário Regional (1996); a obra, “Clodesmidt Riani: trajetória”, que consta mais de 75 horas de entrevistas transcritas e citações de diversos documentos; e, por fim, a nossa entrevista realizada em 2006. Além das entrevistas e relatos citados,

consultamos também o acervo particular do “Centro de Memória e Documentação Clodesmidt Riani” (CMDCR), localizado na Rua Marechal Deodoro nº 251/702, Juiz de Fora, Centro, inaugurado em 15 de outubro de 2001. Na Hemeroteca do Arquivo Público Mineiro, consultamos jornais de época, em particular o Binômio, tanto o que circulou na capital, quanto a sua edição juizforana, entre 1958 a 1964. Também consultamos os arquivos do DOPS-MG, disponíveis no Arquivo Público Mineiro.

Este trabalho está estruturado em três partes. No primeiro capítulo, “As relações entre culturas políticas de esquerda na história recente do Brasil: perspectivas”, discutimos os elementos que compõem a escrita da história do presente, ao tratar o indivíduo como valor histórico, procurando reconstruir a sua trajetória através de suas memórias. Em seguida, apresentamos algumas questões teóricas que orientam a metodologia utilizada para este estudo, tais como, a noção de trajetória, o conceito de cultura política e os limites no uso de memórias como fonte histórica, em que a memória constitui instrumento definidor da identidade do sujeito e um dos canais para a compreensão de sua cultura política. Na última seção, enfocamos de forma exploratória como trabalhistas e comunistas se articularam em torno do projeto nacional-estatista, delineando alguns aspectos relacionados à crise política durante os últimos anos da Terceira República.

No segundo capítulo, “A Conjuntura política brasileira do início dos Anos 60: embates de memórias no tempo presente”, discorremos sobre os dilemas envolvidos na produção do conhecimento histórico relativo a processos que se desenvolvem no tempo presente, ao lidarmos com as ambigüidades da memória, especialmente aquela produzida por atores envolvidos nos embates que se desenvolvem na ditadura militar e no período que a antecede. Para tanto, retratamos as principais correntes interpretativas sobre o Golpe de 1964, contextualizando o debate atual sobre a memória construída em relação ao período assinalado. Em seguida, analisamos criticamente a conjuntura política do Governo João Goulart, cujo principal impasse estava associado às Reformas de Base e aos limites da democracia.

No capítulo final, “Trabalhismo e história: um percurso nas memórias de Clodesmidt Riani”, enfocamos a trajetória deste personagem, tomada como exemplar para evidenciação dos dilemas associados à presença da cultura política trabalhista, que sugerem a existência de uma vertente diferenciada dentro do trabalhismo reformista no contexto assinalado. Neste sentido, realizamos uma abordagem de suas memórias procurando preparar gradualmente informações pertinentes sobre os principais episódios de lutas sociais que Riani esteve envolvido nos momentos decisivos entre a segunda metade dos anos 50 até o desfecho do Golpe de 1964.

CAPÍTULO 1: AS RELAÇÕES ENTRE CULTURAS POLÍTICAS DE ESQUERDA NA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL: PERSPECTIVAS

Destacamos neste capítulo os elementos que compõe a escrita da história do presente, ao tratar o indivíduo como valor histórico, procurando reconstruir a sua trajetória através de suas memórias. Para tanto, iremos levantar algumas questões de ordem teórica que orientam a nossa prática metodológica, tais como, a noção de trajetória, o conceito de cultura política e os limites no uso de memórias como fonte histórica, em que a memória constitui instrumento definidor da identidade do sujeito e um dos canais para a compreensão de sua cultura política. Estes apontamentos servem para balizar os objetivos pretendidos em nosso trabalho, ao lidarmos com as memórias de Clodesmidt Riani. Assim, delineamos alguns aspectos relacionados à crise política da Terceira República salientando as razões de nossa opção por tratar sobre as relações entre as culturas políticas de esquerda, focalizando a aproximação entre trabalhistas e comunistas em torno do projeto nacional-estatista, cuja principal bandeira era a defesa das Reformas de Base durante o governo de João Goulart.

1. Trajetória, memória e identidade na história do tempo presente: algumas notas

Todo historiador, ao trabalhar com memórias através de entrevistas de História Oral, deve observar o princípio elementar que todas são produzidas no presente. Mesmo podendo coletar diversos registros de depoimentos prestados por um único indivíduo no decorrer dos anos, temos que, essas memórias individuais pertencem ao campo do muito contemporâneo. Assim, cabe ao historiador contextualizar o momento de produção destas memórias e estabelecer as possíveis relações com as potencialidades da escrita de uma história do tempo presente, o que implica em conhecer os limites temporais das temáticas abordadas.

Em sua análise sobre história do tempo presente, Jean-Pierre Rioux enfatiza a força dos diferentes pontos de referências que estruturam uma resposta positiva para a escrita de uma história dita do presente. Para o autor, na história do presente se inserem as análises das memórias individuais e coletivas que moldam os trabalhos que utilizam a metodologia da história oral. Entre estes pontos podemos destacar que: não se trata simplesmente de um período recortado para estudo, nem de um paradigma regulador dos trabalhos em ciências sociais e humanas, nem mesmo, de um conceito de substituição associado às crises da temporalidade nas nossas sociedades invadidas pelo efêmero. Trata-se, segundo Rioux, de considerar que “uma história do presente participa de fato mais ou menos de todos esses vocábulos”. Ele ainda acrescenta que a história do presente, “por ter nascido bem mais de uma impaciência social do que de um imperativo historiográfico, pode ajudar as gerações que crescem a combater essa ‘atemporalidade contemporânea’, medindo os impactos destas fontes originais, sonoras e em imagens, que o imediatismo fabrica em ritmo vertiginoso”.⁷

A história do presente, como vemos, implica realizar uma reflexão histórica sobre o mundo atual, procurando dar um ordenamento às questões contemporâneas e projetar perspectivas para o futuro. Além disso, ela propõe para o ofício do historiador novas questões de ordem teórica e metodológica, que o faz repensar as suas práticas. De acordo com Rioux, a análise do presente “aproxima um conjunto de argumentos mais ideal, mais cultural, e mais individual, a uma outra composição hierarquizada do tempo”, em que se combinam a personalidade (a do grande líder, tanto daquele que decide, como a do vencido, ou do anônimo da história), o acontecimento e a narrativa. Com isso, a tríade; personagens, acontecimentos e narrativa, configuram o paradoxo da escrita da história do presente: “o imbricamento constante, cruel e alimentador ao mesmo tempo, do passado com o presente”.⁸

Em outros termos, o grande desafio da escrita de uma história do presente é a reconstrução dos “substratos do seu tempo”, conciliando presente e passado, ordenando fatos imediatos e lugares de memória sobre acontecimentos de um passado recente. E, não por acaso, isto coincide com o duplo ensinamento do uso da metodologia da história oral: “sobre a época enfocada pelo depoimento – o tempo passado, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido – o tempo presente”. Esta relação entre as múltiplas temporalidades, em uma entrevista ou depoimento, em que temos a “fala do jovem do passado, pela voz do adulto, ou do ancião do tempo presente”, fundamenta os procedimentos metodológicos da história oral,

⁷ RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para a história do tempo presente*. Bauru: EDUSC, 1998. p. 39, 46.

⁸ RIOUX, 1999, p. 49.

valorizando a ação de indivíduos que participaram de processos históricos ou testemunharam acontecimentos no âmbito da vida privada ou coletiva.⁹

Desta forma a história oral, ao tratar o indivíduo como valor histórico do nosso tempo, por meio de suas memórias, estará dando sentido ao imperativo historiográfico para a história do presente, isto porque:

Experiências de vida singulares podem se tornar paradigmas de experiências coletivas e de valores e hábitos de conjunturas e épocas. Com certeza, mediante essas experiências, específicas, podem-se resgatar diferentes memórias sob diferentes óticas. Pelos depoimentos orais, atores sociais distintos podem se manifestar sobre o mesmo processo ou acontecimento.¹⁰

Então, a relação estreita entre memória e história do tempo presente, por meio da produção de fontes orais, das memórias de sujeitos da história, produz evidências sobre processos históricos, possibilitando o desenvolvimento de interpretações alternativas às oficiais. Também, constitui espaço privilegiado para a compreensão da dupla relação indivíduo e contexto histórico, uma vez que o indivíduo, por transitar em diferentes círculos da vida social, tem a sua identidade formada entre diferentes configurações de valores e lugares vivenciados em sua trajetória.

A análise da trajetória de um indivíduo torna-se um importante meio de compreensão da cultura política e de parte considerável dos valores, normas e crenças que compõe uma determinada tradição política, porque envolve a percepção da realidade social através dos olhares dos seus interlocutores diretos, ao contrário de uma visão pré-determinada pelas categorias analíticas. Isto quer dizer que a condição de elaborar intelectualmente os limites de um conceito sobre determinada cultura política, por exemplo, o trabalhismo, não deixa de ser válida como parte integrante da operação historiográfica.

Mais do que isto, ressalta-se a necessidade de compreendermos a cultura política por meio das experiências cotidianas compartilhadas por um indivíduo e seus pares, seja nas reminiscências de suas memórias, ou nos diversos lugares de memória. Estas assertivas provocam um questionamento pertinente: como tornar viável a construção de uma narrativa histórica através da trajetória de um único sujeito-histórico, acompanhando as suas memórias e vestígios históricos em diferentes contextos de produção?

Por fim, cumpre-nos fazer uma ressalva sobre estas últimas linhas. Advertimos que estas incursões teóricas justificam-se por adotar a metodologia, por um lado, como o conjunto

⁹ DELGADO Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 18.

¹⁰ DELGADO, 2006, p70.

dos procedimentos para com as fontes, e, por outro, de admitir a metodologia, como leque de referências teórico-metodológicas, que traz imbricada a necessidade de realizar reflexões históricas, na medida em que desenvolvemos a nossa narrativa. Assim, acreditamos estar em conformidade com uma observação feita por Marieta Ferreira e Janaína Amado sobre a busca constante pela fundamentação teórica no uso da metodologia da história oral: “as soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história. Aí se agrupam conceitos capazes de pensar abstratamente os problemas metodológicos gerados pelo fazer histórico.”¹¹ E, também não podemos nos esquecer que esta fundamentação teórica deve apropriar contribuições de outras áreas através dos diálogos interdisciplinares que travamos, pois a história oral tem como uma de suas características a polifonia dos saberes.

Destarte, como resposta para a indagação feita anteriormente (sobre a viabilidade de escrita de uma narrativa histórica que utiliza a análise da trajetória de um sujeito), apropriamo-nos de uma contribuição de Gilberto Velho, na qual ele estabelece as relações entre memória e projeto e sua importância para a constituição de identidades.¹² Este antropólogo propõe que o ator social, não deve ser um indivíduo percebido isoladamente em sua identidade, ele pode ser também uma categoria, como uma determinada cultura política, analisada no conjunto das identidades dos seus pares sociais. E, defende que toda noção de projeto está imbricada à idéia de indivíduo-sujeito, considerado como aquele que faz projetos. A formulação e condução de projetos são baseadas na consciência e valorização de uma individualidade singular que, fluindo através da memória, traz consistência à trajetória. Daí chega o autor à seguinte conclusão:

A consistência do projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais impossível ter ou elaborar projetos. [...] O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, a própria identidade.¹³

Para Gilberto Velho, se o projeto é dinâmico e reorganizador da memória do ator, dando novos sentidos e significados para a sua identidade, ainda assim, o sujeito pode ter mais de um projeto, mas existe um primordial em que os outros estarão subordinados, tendo o primeiro como ponto de referência. Portanto, a idéia de que toda memória é seletiva, em parte

¹¹ AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. xvi.

¹² VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto: uma visão antropológica. *Revista Território Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 95, pp. 119-126, out.-dez., 1988. O autor utiliza a noção de projeto a partir da definição por Alfred Schutz (1979) como “conduta organizada para atingir finalidades específicas”.

¹³ VELHO, 1988, p. 123.

se explica por essa dinâmica de projetos e da construção de identidade, que leva as referências do passado a um processo constante de reelaboração por parte do indivíduo. Por outro lado, o caráter seletivo da memória também depende de suas condições fisiológicas e de suas representações no mundo da intersubjetividade, o mesmo podendo ser aplicado à elaboração de projetos. Ao contrário, em vez de negarmos a capacidade explicativa da memória, devemos extrair destes elementos a condição objetiva para a feitura da narrativa histórica, seja sob o gênero biográfico e da autobiografia, ou por meio da história de vida do sujeito entrevistado.

De acordo com vários historiadores orais, as entrevistas com história de vida são aquelas que mostram melhores possibilidades de alcance do trabalho com História Oral, trazendo implicitamente a elaboração de projetos que, por meio das memórias do “indivíduo-sujeito”, fornece os substratos que dão sentido a sua identidade. Segundo Lucília Neves, existe uma importante diferenciação nos tipos de entrevistas com história oral.¹⁴ Para a autora, um depoimento de história de vida é prolongado e compõe-se de uma série de entrevistas, realizadas em determinado período, previamente estabelecido entre entrevistado e entrevistador. As histórias de vida podem resultar do recolhimento de vários depoimentos, ou se dedicar, exclusivamente, ao estudo biográfico de um único depoente. A autora em questão aponta que as histórias de vida são capazes de reconstituir ambientes sócio-culturais, mentalidades de época, modos de vida e costumes, captando detalhadamente o que se chama “substrato de um tempo”, ou para utilizar a terminologia de Carlos Rojas, a “superfície social” de determinado recorte histórico.

Um trabalho singular com entrevistas de história de vida resultou na publicação do livro, “*Clodesmidt Riani: trajetória*”,¹⁵ organizado por Hilda Rezende e Nilo de Araújo. Tal obra compõe uma das principais fontes de nossa pesquisa. Embora o título seja “trajetória”, cabe notar que é composto por uma série de entrevistas de história de vida de Riani, cuja quase totalidade se refere ao depoimento biográfico único, embora haja depoimentos de companheiros de luta, como Élzio Bruni e Otávio de Castro. A nosso ver, a maneira mais adequada de classificar esta obra como fonte histórica, de acordo com os apontamentos de Lucília Neves sobre os tipos de entrevista com história oral, é denominá-la de entrevista de história de vida, diferenciando-a de entrevistas temáticas e de trajetória de vida.¹⁶ Em relação às entrevistas de trajetórias de vida, a autora aponta que esse tipo de entrevista constitui-se em um depoimento de história de vida mais sucinto e menos detalhado. Além disso, tal

¹⁴ DELGADO, 2006. pp. 20-23.

¹⁵ PAULA, Hilda Rezende; CAMPOS, Nilo de Araújo. *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições; EDUFJF, 2005.

¹⁶ DELGADO, 2006.

modalidade ainda não se tornou usual e não foi adotada como um procedimento consolidado pela maior parte da comunidade dos pesquisadores em História Oral.

Entretanto, no ofício de historiador, uma das mais importantes lições, é a capacidade de nos adaptarmos às condições adversas, procurando meios de contornar os obstáculos que surgem durante a pesquisa, rompendo com esquemas previamente estabelecidos pela teoria e buscando alternativas no campo da metodologia. Constatamos que no campo metodológico da História Oral, os pesquisadores encontram certa flexibilidade de ação. E, por isso, nos apropriamos desta condição e advertimos que o nosso trabalho vem desenvolvendo também o uso de entrevistas de trajetórias de vida, tanto pela natureza de nosso objeto de estudo e do tempo despendido na pesquisa, quanto por força do viés analítico empregado. Portanto, gostaríamos de apresentar alguns pontos que iremos passar.

A análise proposta remete, por um lado, às estreitas relações que colocam memória e identidade como patamares da vivência do sujeito histórico, em que a sua experiência, histórica e viva, é o próprio ato de viver e, ainda assim, uma possibilidade da ação hermenêutica. Do outro lado, temos as questões relativas aos conceitos de memória e história, que direcionam para os debates que balizam a prática historiográfica, entre os fundamentos da teoria e os procedimentos metodológicos da disciplina histórica. Além disso, estas questões se mostram como cerne do uso das fontes orais pelos historiadores e a sua própria validade para a construção do conhecimento histórico.

Em primeiro lugar, devemos considerar que: “a memória é incontestavelmente da atualidade”, como aponta Henry Housso. A memória se define por uma reconstrução psíquica e da atividade cognitiva, um esforço intelectual, que de fato acarreta uma representação seletiva do passado, nunca de um indivíduo isolado, mas inserido num contexto familiar, social, nacional, enfim, na construção de identidades, que aponta, por definição, ser a memória um ato coletivo. Este autor argumenta que:

Essa percepção difere segundo nos situemos na escala do indivíduo ou na escala de um grupo social, ou mesmo de toda uma nação. Se o caráter coletivo de toda memória individual nos parece evidente, o mesmo não se pode dizer da idéia de que existe uma ‘memória coletiva’, isto é, uma presença e, portanto uma representação do passado que sejam compartilhadas nos mesmos termos por toda uma coletividade.¹⁷

O mesmo autor propõe que hoje, é possível escrever uma história da memória, o que significa dizer a ultrapassagem desta oposição primária entre memória e história e, por isso, equivale a admitir que “*a memória tem uma história que é preciso compreender*”. Para

¹⁷ HOUSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, FERREIRA, op. cit., 2002, p. 95.

Houso, a história da memória deve analisar, tanto um dos vetores particulares da memória coletiva que é a história erudita (a dos historiadores), quanto compreender que “um dos problemas da história da memória é justamente a discrepância entre o que essa história erudita possa dizer de um acontecimento passado e as percepções que prevaleçam no mesmo momento no seio de uma sociedade, num tempo e num local determinados”.¹⁸ Estas observações ressaltam a importância do lugar da “história oral” ou das “fontes orais”, uma vez que seu objeto de análise, o indivíduo, enquanto sujeito histórico é “testemunha” do acontecido, cabendo ter para com este tipo de fonte, a mesma função e preocupações, que são atribuídas às fontes documentais empregados na historiografia, em geral. Portanto, se constata, obviamente, que a “testemunha” possui uma “memória viva” da representação do passado, tornando-se necessário, resgatar alguns elementos que definem a “formação social da memória”, percebendo o processo de “enquadramento da memória”.¹⁹

Uma das grandes peculiaridades do trabalho com entrevistas de história oral é recuperar o vivido conforme concebido por quem efetivamente viveu aquela determinada história. Isto significa que concebemos o mundo sempre de forma descontínua, procurando agrupar e relacionar conceitos, normas, valores, justapondo contradições e buscando resolvê-las através de sínteses, para dar sentido a realidade social. Então, podemos compreender o princípio de que, “a memória é uma representação do vivido, buscando elaborar, a partir da divisão infinitesimal da totalidade de nossa vivência, em partes que possam ter um significado e sentido para nossa identidade, enquanto cidadão, pertencente a um universo mais nacional e, por que não, global”.²⁰

Segundo Michael Pollak,²¹ devemos a Maurice Halbwachs o reconhecimento da “função social da memória”.²² Anteriormente priorizava-se a memória somente do ponto de vista individual, associada ao estudo da Psicologia ou através da Psicanálise, dada as inquestionáveis contribuições freudianas. Com Halbwachs, temos a descoberta de um horizonte mais amplo da memória, de acordo com a dimensão social que representa, uma realidade onde se misturam o coletivo e o individual, permitindo revelar aspectos ou “campos de significados”, esquecidos ou relegados, pela documentação tradicional, fazendo “brotar a

¹⁸ Ibidem, p. 97.

¹⁹ Aqui, detemo-nos em analisar a formação da memória como objeto da prática historiográfica. Para uma discussão sobre as partes que constituem as funções “físio-biológicas” da memória, ver: IZQUIERDO, Ivan. *A arte de esquecer. Cérebro, memória e esquecimento*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

²⁰ VERENA, 2004.

²¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

²² HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Ed. da Revista dos Tribunais, 1990.

lembrança dos que se consideravam excluídos do processo histórico”.²³ Nesta perspectiva, as relações entre memória e história remetem à questão da identidade do sujeito, particularmente, quando o historiador utiliza a metodologia da história oral. Se a memória tem que dar sentido a identidade do sujeito, como pensar a memória dita coletiva, constituindo a identidade cultural de um determinado grupo social?

Para M. Pollak, o problema da ligação entre memória e identidade social, especificamente, no âmbito das histórias de vida ou daquilo que se convencionou denominar de História Oral, traz algumas designações atribuídas “a determinados períodos, que aludem diretamente a fatos de memória, muito mais do que a acontecimentos ou fatos históricos não trabalhados por memórias”.²⁴ Por exemplo, existem expressões que remetem a noções de memória, ou seja, a visões da realidade, mais do que à *factualidade* positivista que delimita tais percepções: quando se fala nos “anos de chumbo”, para designar o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), ou quando se trabalha com as entrevistas temáticas e com história de vida, possibilitando a construção de uma temporalidade, a partir da narrativa dos entrevistados, própria do recorte local e, às vezes, muito diferenciado da periodização tradicional, ou da memória oficial.

Um estudo de caso pode ser tomado como medida, para exemplificar os embates entre memórias e suas relações com a identidade individual e do grupo social a que o indivíduo pertence. Alessandro Portelli na análise sobre o “Massacre de Civitella Val di Chiana”,²⁵ ocorrido em Toscana, na Itália, a 29 de junho de 1944, mostra de forma bastante elucidativa o trato dos elementos constitutivos da memória, individual, coletiva e naquilo que se convencionou chamar de memória oficial, tomando-a sempre no plural e dividida internamente em seus respectivos níveis (social, comunitária, individual). Portelli ainda nos alerta ser uma das tarefas de historiador, interpretar criticamente todos os documentos e narrativas, inclusive a narrativa das pessoas envolvidas diretamente nos acontecimentos, as “testemunhas” da história. Sem prolongar o assunto, nos interessa saber como o autor definiu o trabalho com memória:

Na verdade, quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre memória comunitária pura e espontânea e aquela ‘oficial’ e ‘ideológica’, de forma que, uma vez demonstrada esta última, se possa

²³ JUCÁ, Gisafrian N. Mota. *A oralidade dos velhos na polifonia urbana*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003. “Introdução”.

²⁴ POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

²⁵ PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. op. cit., 2002, p. 103-30.

implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra ideológica e culturalmente mediadas.²⁶

Como toda atividade humana, a memória é social e pode ser compartilhada pelas pessoas, criando identidades coletivas, sendo materializada nas reminiscências e nos discursos individuais. As relações estabelecidas entre os indivíduos em suas representações do passado são mediadas por meio das memórias, mas não podemos nos esquecer que “a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre construções individuais, em que pessoas e não um grupo inteiro é capaz de se lembrar da mesma maneira sobre o passado”. O trabalho com memórias feita por Portelli nos chama atenção por três motivos: primeiro, por lidar com uma multiplicidade de memórias, o da comunidade de Civitella, a do Movimento de Resistência na Itália e a experiência local, a memória pública das celebrações oficiais e a dos historiadores; segundo, por considerar estas memórias fragmentadas e internamente divididas, por último, e não menos importante “a memória até mesmo as individuais dividem-se internamente entre o desejo de silenciar e esquecer e a necessidade de se expressar”. Isto também pode ser aplicado ao ofício dos historiadores.²⁷

Uma observação importante nos prende à questão de que “todas as memórias são ideológica e culturalmente mediadas”. Aqui, segundo M. Pollak,²⁸ no processo de mediação os elementos que formam a memória individual ou coletiva, são os acontecimentos “vividos pessoalmente” e, aqueles que ele denomina de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Esses acontecimentos dos quais nem sempre o indivíduo participou, devido à força do imaginário coletivo, ganham tamanha relevância que, ao cabo, se torna quase impossível que a pessoa consiga saber se participou ou não, daqueles acontecimentos. Assim compreendida, essa introspecção pode ir ainda mais longe:

A esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.²⁹

²⁶ PORTELLI, 2002, p. 106. O grifo é nosso.

²⁷ PORTELLI, 2002, p. 127-30.

²⁸ POLLAK, 1992.

²⁹ POLLAK, 1992.

Outro critério a ser observado, trata da relevância da memória ser constituída por pessoas, personagens. M. Pollak aplica o mesmo esquema. A memória de uma pessoa, fala de personagens que realmente foram encontradas no decorrer de sua vida, mas também, de “personagens freqüentadas por tabela”, indiretamente, se transformaram quase que em conhecidas e, que não necessariamente pertencem ao espaço-tempo de vida da pessoa. Finalmente, além dos acontecimentos e das personagens, existem lugares de memória, que particularmente ligados a uma reminiscência pessoal ou coletiva, podem não ter apoio concreto no tempo cronológico vivido. De acordo com o autor, estes três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos “diretamente ou por tabela” podem se referir tanto a dados reais e empiricamente fundamentados em fatos concretos, quanto tratar da projeção de outros eventos, fora do espaço-tempo de vida de uma pessoa.

Em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, havendo uma ligação muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Para M. Pollak podemos afirmar que: “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”.³⁰ Tudo isto se aplica às entrevistas de história oral, para a “identificação” de grupos sociais ao longo de gerações, em busca de uma possível definição de sua cultura política, através das memórias compartilhadas por seus pares, ou através da análise das memórias de um único sujeito, acompanhando a sua trajetória de vida.

Como já foi dito, a presente pesquisa tem como objeto de análise a cultura política de esquerda na crise de 1961-1964, focalizando a trajetória de um de seus personagens principais, Clodesmidt Riani, tomada como exemplar para evidenciação dos dilemas associados à presença da cultura trabalhista na conjuntura estudada. Dentro deste universo de análise, Riani constitui uma figura ímpar na história do movimento operário e do trabalhismo brasileiro. Este mineiro de Rio Casca radicado em Juiz de Fora, foi sindicalista e deputado pelo PTB. Naquela época também ocupou a presidência das duas maiores organizações sindicais do Brasil, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), até 1964, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), de 1962-1964. Sua ação política e carisma deram-lhe uma projeção que rompeu com as fronteiras de Juiz de Fora e de Minas Gerais, conquistando um lugar privilegiado no cenário político nacional. Em volta de sua figura formou-se um movimento que pregava a união de todas as categorias sindicais de Minas

³⁰ POLLAK, 1989.

Gerais. Assim, lançaram-se as bases para uma efetiva união nacional das representações dos trabalhadores, abortada com os acontecimentos de 1964.³¹

A união em volta de Riani dava-se porque a ação política do sindicalista não visava radicalizar o movimento dos trabalhadores. Riani não era percebido (embora para a direita mais reacionária ele fosse tudo isto) como elemento agitador ou comunista e, muito menos, noutra extremo, como um “traidor” da classe, representando uma vertente do trabalhismo marcado por um matiz independente e democrático, que objetivava a união da classe trabalhadora.³² Neste sentido, podemos considerar que, dentro do trabalhismo e do próprio PTB, Riani e seus pares constituem uma nova geração de políticos e de lideranças, cujos pólos de referência já não dependiam mais exclusivamente na vida política, da ação de Vargas, ou de seus herdeiros mais diretos.

Desta forma, algumas perguntas podem ser dirigidas ao nosso objeto de estudo. Como foi possível a arregimentação da força política em torno do campo gravitacional da ação política de Riani? Como que sua atuação traduziu os sentimentos de união e de independência dos trabalhadores sejam eles os mais próximos, de Juiz de Fora e Minas Gerais, sejam, enfim, os de outras partes do Brasil? Estas indagações tornam-se mais claras com o registro de Lucília Neves:

Riani integrava-se a uma geração de trabalhistas que pensava grande, que olhava o futuro do Brasil como uma utopia possível, caracterizada por melhor distribuição de renda e por oportunidades mais igualitárias para seus cidadãos. É um operário que, premido pela necessidade de sobrevivência, aprendeu e praticou inúmeros ofícios até chegar ao de trabalhador em eletricidade. Como dizia seu amigo e companheiro de lutas sindicais, Sinval Bambirra, Riani foi um operário do poste, que ousou penetrar em instituições reservadas à atuação das elites.³³

Sob esta visão, a partir das memórias registradas por Riani, pretende-se resgatar o trabalhismo, durante tal processo de crise. Certamente, podemos identificar vários trabalhos importantes sobre o período em questão, todavia em escalas mais ampliadas. Observamos que existem lacunas importantes na historiografia sobre o tema no estado de Minas Gerais referentes ao período compreendido entre 1961 e 1964.

Nossa escolha por abordar Juiz de Fora como lócus de análise deve-se, particularmente, à trajetória de Clodesmidt Riani. No campo de memórias sobre o período, há poucas referências a este personagem, quase levado ao “esquecimento” pela história oficial, e

³¹ LOYOLA, Maria Andréa. *Os sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais*. Petrópolis: Vozes, 1980. (Cadernos do CEBRAP, 35).

³² NEVES, Lucília de Almeida (Delgado). *CGT no Brasil (1961-1964)*. Belo Horizonte: Vega, 1981.

³³ DELGADO, Lucília Neves de Almeida. Ensaio introdutório. In: PAULA; CAMPOS, 2005. p. 11.

que, indubitavelmente, deve merecer atenção especial dos historiadores. O legado de sua vida, dedicada à causa dos trabalhadores, sua preocupação em guardar cuidadosamente em seu acervo histórico particular os registros sobre sua vida, ou através dos inúmeros depoimentos prestados no decorrer desses anos, constituem objeto e fonte histórica inestimável, que possibilita revelar novos fatos e reinterpretar alguns dos acontecimentos decisivos na história recente do Brasil.

Para tanto, iremos realizar na próxima seção uma discussão teórica sobre o conceito de cultura política adotada em nosso trabalho, elucidando aspectos fundamentais que permita estabelecer pontos em comum entre a trajetória de um indivíduo e a compreensão de uma determinada cultura política. Desta forma, poderemos situar o indivíduo e o contexto de sua cultura política nos marcos do nosso recorte histórico.

2. Cultura política, indivíduo e História

Toda sociedade constrói uma forma de representar o mundo e dar explicação dos distintos fenômenos, tanto naturais como aqueles em que intervém o homem. A cultura se constitui um conjunto de símbolos, normas, crenças, ideais, costumes, mitos e ritos que se transmite de geração em geração, constituindo a identidade dos membros de uma comunidade, que orienta, guia e dá significado à ação de distintos atores sociais. A política, por seu turno, representa um espaço relativo à organização do poder pela sociedade, em que se tomam decisões que têm projeção social, envolvendo valores, concepções e atitudes presentes na vida social e na sociedade civil, especificamente aqueles relacionados ao exercício do poder.³⁴ Ou seja, o conjunto de elementos que configuram a percepção subjetiva de uma população a respeito do poder, que comumente denominamos de cultura política, refere-se ao conjunto de relações de poder e de autoridade estabelecida no campo gravitacional da vida política, constituindo o imaginário coletivo que a sociedade tem sobre as estruturas do poder.

A evocação da cultura política inscreve-se, em um dos seus vieses, na renovação da História Política operada, principalmente, pela escola francesa, a partir do final dos anos 70 e

³⁴ MARISCAL, Jaqueline Peschard. La cultura política democrática. In: *Cuadernos de divulgación de la cultura democrática*. n. 2. 4. ed. on/line, 2001, México, D. F. ISBN 968-6581-67-7. Disponível para acesso e download em: <http://deceyec.ief.org.mx/cuadernos_de_divulgacion_de_la_c.html>. (acesso em 02/2005).

início dos 80.³⁵ Sob a liderança de René Rémond, os historiadores do político, reunidos na Universidade de Paris-X-Nanterre e no Instituto de Estudos Políticos de Paris, lançaram um movimento de renovação da historiografia. Esses estudos centraram-se na natureza dos comportamentos políticos no decorrer da história, em que a categoria “cultura política” possibilitou trazer respostas mais convincentes daquelas apresentadas pela teoria marxista, ou pelos sociólogos do comportamento e mesmo pelos psicanalistas.³⁶ Este “retorno do político” levantou várias questões de ordem teórica e metodológica, tais como, a delimitação do campo do político, o interesse pela história imediata e do presente, e a aplicação do conceito de cultura política pelos historiadores.

Os novos defensores da História Política identificam variações nos limites do campo do político. Estes autores ressaltam a importância de não considerarmos o domínio do político desvinculado do todo social e, tampouco, acima dos outros campos da história. No entanto, advertem que o domínio político, embora se traduza muitas vezes como a expressão das relações econômicas, comporta um forte grau de autonomia em relação às outras esferas da vida humana, de tal modo que, por vezes, as determina.³⁷

Já o interesse dos historiadores pelo imediato e pelo presente pode ser fixado por dois marcos cronológicos: a análise do imediato na imprensa e a renovação da História Política. Certamente, o “retorno do político” teve papel dinâmico e aglutinador, o que não significa reivindicar a hegemonia frente às outras áreas. Como nos alertam os seus novos defensores: “a história é mutável, e não se pode limitar a interrogação sobre o presente somente aos campos, aos métodos, às teorias do político”. Os historiadores do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), da Universidade da França, atestam em conjunto que o imediatismo do trabalho histórico diante da história a acontecer, dos fatos, “coloca numerosos problemas metodológicos, epistemológicos e deontológicos. Questões que se referem às relações do historiador e seu tema de estudo e quanto à presença do historiador em seu tempo

³⁵ Um excelente balanço conceitual sobre cultura política, disponível em português, pode ser encontrado em: DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, n. 28, 2001. pp. 13-28. Outra obra relevante em que se encontram vários trabalhos sobre cultura política aplicados na historiografia brasileira, pode ser conferida em: SOIHET, R.; BICALHO, M. F. B.; GOUVÊA, M. de F. (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

³⁶ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

³⁷ RÉMOND, René. Do político e BERNSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. Ver também: JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

histórico”, ou seja, ele enquanto cidadão e testemunha histórica do seu tempo, também faz parte da história que tenta escrever.³⁸

Serge Berstein, certa vez, indagou sobre o interesse para o historiador de estudar a cultura política, colocada na encruzilhada da História Cultural com a História Política e que procura uma explicação dos comportamentos políticos por uma fração do patrimônio cultural adquirido por um indivíduo durante a sua existência, não somente a de um indivíduo, mas também a de uma representação coletiva.³⁹ Para o autor, a cultura política é um fenômeno evolutivo, dialético, que se manifesta nas respostas que uma sociedade procura trazer para enfrentar os seus problemas e as suas crises históricas, podendo atravessar gerações. Ele compreende que uma geração é formada pelos homens que, vivendo mais ou menos na mesma época, foram submetidos ao longo de suas existências às mesmas determinantes, passaram pelos mesmos acontecimentos, tiveram experiências próximas ou semelhantes, viveram num ambiente cultural comum.⁴⁰

Isto quer dizer que, na análise de um grupo político, tal como ocorre com os partidos políticos, seja de média ou longa duração, podem no seu interior “coexistir gerações diferentes, cujas experiências são múltiplas e, por conseguinte, cujos pólos de referência são diversos”.⁴¹ Assim, reconduzindo às considerações históricas que são encontradas dentro de uma determinada cultura política, podemos captar elementos fundamentais que constituem o seu imaginário político, os quais são compartilhados pelos membros e militantes do partido em suas diversas gerações. Sobre os partidos de efêmera duração, devido à particularidade de serem formados em situações conjunturais momentâneas, o tipo de coexistência de gerações dá-se por outros mecanismos, como a referência ao nível sócio-cultural dos segmentos sociais que o compõem, presentes no interior de uma determinada sociedade.

A construção do conceito de cultura política por S. Berstein, parte da definição de Jean-François Sirinelli. Este último, entende por cultura política “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”.⁴² Além disso, Sirinelli defende que uma cultura política constitui um conjunto de representações que reúne um grupo humano no plano político, possuindo uma visão do mundo partilhada por seus membros, uma leitura comum do passado e uma projeção solidária do futuro. Isto é, refere-se à identidade

³⁸ CHAUVEAU; TÉTARD, 1998.

³⁹ BERSTEIN, 1998, p. 359.

⁴⁰ BERSTEIN, In: RÉMOND, 2003. p. 72.

⁴¹ BERSTEIN, 1996, p. 73.

⁴² SIRINELLI, 1992 *apud* BERSTEIN, 1998, p. 350.

deste grupo presente em suas escolhas e aspirações sobre a forma do regime político e da organização sócio-econômica, ao mesmo tempo, em que podem ser percebidos nas suas normas, crenças e valores partilhados.⁴³

Contudo, S. Berstein compreende que toda cultura política move-se na dialética de transformações, enriquecendo-se de múltiplas contribuições. Em primeiro lugar, das culturas vizinhas quando estas parecem trazer respostas aos problemas do momento. Em segundo, da evolução da conjuntura, que atua sobre as idéias e os temas. Em terceiro, dos embates internos gerados pelos conflitos de gerações. Nenhuma cultura política, por outro lado, pode se manter em forte contradição com a realidade. Isto quer dizer que, a cultura política não resulta somente da adaptação às circunstâncias mutáveis, ela também depende da influência que possa exercer sobre as culturas políticas vizinhas frente aos problemas da sociedade num certo momento. A influência de uma determinada cultura política, conquistando a adesão de seus pares e formando um amplo espectro político, é capaz de persuadir a sociedade, possibilitando condições concretas para a realização de seu projeto político.⁴⁴

O autor frisa o caráter plural das culturas políticas em um determinado momento da história de uma sociedade. Disto decorre que, no interior de uma mesma sociedade ou de uma nação, existe uma pluralidade de culturas políticas, cujos campos de atuação são demarcados por limites que correspondem às normas, aos valores e às memórias compartilhadas na experiência de vida dos indivíduos. Por fim, o autor aponta que o conceito de cultura política deve ser aplicado, especificamente, ao campo do político e aos fenômenos correspondentes, embora as suas referências possam envolver outras esferas da vida social.

Assim, podemos encontrar a resposta para a indagação feita anteriormente por S. Berstein, compreendendo o sentido que o autor fornece a cultura política. Para o historiador, o interesse de identificação desta categoria analítica é duplo. Permite, em primeiro lugar, pelo discurso, o argumentário e o gestual, descobrir as raízes e as filiações dos indivíduos reconstituindo a lógica dos seus comportamentos a partir da descoberta de suas motivações. Em segundo, passando da dimensão individual à dimensão coletiva da cultura política, podemos encontrar uma ponte de ligação que permite compreender como que os grupos organizados mantêm a coesão, partilhando uma cultura em comum.⁴⁵

Contudo, a cultura política ocupa um lugar particular como um dos elementos da cultura de uma dada sociedade, relacionando-se aos fenômenos políticos. Ao mesmo tempo

⁴³ SIRINELLI, Jean-François. Pour une histoire des cultures politiques: le référent républicain. In: CEFAÏ, Daniel (org.). *Cultures politiques*. Paris: Press Universitaires de France, 2001. (francês).

⁴⁴ BERSTEIN, 1998, p. 357-58.

⁴⁵ BERSTEIN, 1998, p. 362-63.

revela um dos mais importantes interesses da história cultural: o de compreender as motivações dos atos dos indivíduos num momento da sua história, em relação ao sistema de normas, de crenças, de valores que compartilham, “em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade”.⁴⁶ Nesta perspectiva, podemos considerar a cultura política como uma fração do patrimônio cultural adquirido pelo indivíduo em sua vida e, também, como uma das formas de construção das identidades coletivas. Sendo que, a experiência compartilhada pelo indivíduo e por seus pares, é o que denominamos de identidade cultural, seja o nacionalismo, ou a identidade regional, política e social, que evidencia estreitas ligações com os elementos constitutivos da cultura política.

Os estudos sobre cultura política remetem também a uma estreita ligação entre a memória e o sentido de identidade do indivíduo dentro de nossa sociedade. Ao centrarmos a nossa análise na trajetória de Clodesmidt Riani, estamos considerando este personagem como exemplar para compreender uma das vertentes do trabalhismo, através da fala de um de seus principais interlocutores. Procuramos também abordar de forma exploratória os diálogos entre as culturas políticas de esquerda que acabaram em determinado momento, compartilhando referências, valores e idéias em comum, ao se aglutinarem no campo gravitacional do projeto nacional-estatista. Ao mesmo tempo, isto nos leva a contextualizar a trajetória do trabalhismo neste tempo. Assim, ao focalizarmos as relações entre as culturas políticas de esquerda, advertimos que as referências à cultura política comunista são tomadas no âmbito destes diálogos, evidenciando a dialética das culturas políticas, que em determinado momento, uma pode se sobrepor à outra, ou influenciar diretamente sobre as demais.

Porém, relacionar o indivíduo sujeito-histórico e o contexto de seu grupo social, traz alguns problemas para serem resolvidos, que acabam moldando o trabalho com biografias, histórias de vida, entrevistas de história oral e documentos pessoais, mostrando o que é potencialmente possível descortinar sobre determinada sociedade ou cultura política, sem esgotar, todas as possibilidades sociais.⁴⁷ Em primeiro lugar, temos as questões sobre a definição e os usos da biografia pela historiografia contemporânea, uma vez que o trabalho com história oral pode ser mais bem aproveitado com a história de vida dos entrevistados, o que, por isso, remete à noção de trajetória. No segundo ponto, temos as devidas considerações sobre o conceito de projeto, nas quais, ao relacionar-se às questões de memória, é possível identificar um sentido coerente para a trajetória do indivíduo. Em terceiro, de forma

⁴⁶ BERSTEIN, 1998, p. 363.

⁴⁷ ALBERTI, 2004, p. 23.

interligada, podemos erigir as bases de fundamentação para o uso da narrativa histórica dessas representações multifacetadas do passado que, por sua vez, trazem imbricado o problema da aplicação das escalas de análise sobre o objeto de estudo. Ou, mais precisamente, direcionada para a antinomia indivíduo e comunidade, pensada tanto localmente, quanto sobre a sua incidência em esferas mais amplas, seja regional ou a nível nacional.

É vasta a literatura historiográfica sobre a utilização da biografia em seus mais diferentes aspectos e contextos. As dimensões biográficas estão entre aquelas que se somam às problemáticas tradicionais do método histórico e aquelas que surgem no campo do político, cuja renovação na historiografia das últimas décadas do Século XX, vem alterando qualitativamente a maneira de aplicá-la nas pesquisas acadêmicas.

Uma das questões mais pertinentes para este tipo de narrativa histórica, é como verificar até que ponto a participação de um indivíduo com um estilo de vida e uma visão de mundo, possuindo certo grau de especificidade, implica em uma aceitação ou mesmo uma ligação que seja significativa para a demarcação de fronteiras e para a elaboração de identidades sociais. Tal identidade move-se entre diferentes configurações de valores, tanto a adesão vigorosa e militante, quanto à participação menos densa e limitada, a uma ordem específica de valores compartilhados por uma família, comunidade, grupo, facção, partido, sindicato, caserna, comunidade religiosa, comunidade acadêmica e associações em geral. Todos esses lugares vivenciados dentro de uma trajetória de vida marcam a “personalidade” do indivíduo, podendo ser provisória ou definitiva para o seu sentido de identidade. Isto quer dizer que, ao considerar a circularidade entre vários estilos de vida, constitui-se um importante canal de construção da cultura política de um indivíduo, vista como uma fração do patrimônio cultural adquirido em sua trajetória, seja na vida pública ou privada, que molda a construção de sua identidade política enquanto sujeito-histórico.

Fica evidente que existe uma diferença básica entre uma identidade socialmente já determinada, seja étnica, familiar, religiosa, partidária, etc. e uma identidade adquirida em função de uma trajetória que circulou com opções e escolhas mais ou menos dramáticas, cuja multiplicidade de referências leva às problemáticas da fragmentação da identidade do sujeito, presente em suas memórias. Então, podemos perguntar como reconstruir a trajetória de um indivíduo seja por meio da biografia, da autobiografia ou pela história de vida de um entrevistado, dentro de um contexto sócio-cultural multifacetado?

Aqui podemos nos valer de uma das contribuições de Carlos Rojas para o uso da biografia e a interpretação das trajetórias dos indivíduos nas pesquisas históricas atuais.⁴⁸ Ele assinala que as análises biográficas movem-se entre dois extremos, referentes ao contexto histórico como determinante do gênero biográfico. De um lado, a individualidade do sujeito apaga-se ao ser diluída nas amarras das estruturas, colocando o indivíduo como mero fantoche das determinantes estruturais sócio-econômicas. Do outro, o contexto é colocado como pano de fundo, evidenciando a ação de “grandes personagens” exaltados como os únicos construtores da história, dotados de um destino manifesto. Para Rojas, o problema desta antinomia deve ser tratada por duas vias de análise: a relação indivíduo com o contexto histórico e a relação entre indivíduo e o contexto em que está inserido. Isto porque, tanto o indivíduo, quanto o contexto, antes era concebido como entidades absolutamente dadas e estabelecidas previamente. Ao contrário, temos que concebê-los como processos históricos em constante construção dialética, tendo em vista uma múltipla rede de ligações horizontais e verticais que compõem a “superfície social”, sobretudo quando o trabalho se direciona para as análises das memórias, no qual o historiador deve contextualizar o momento de sua produção.

Com este tipo de enfoque, a análise biográfica permite uma renovação e enriquecimento nos métodos e nas perspectivas de análise dos historiadores, observando-se a seguinte colocação: o indivíduo habita diferentes experiências sociais ao longo de sua vida. Com isso, a realidade histórica deve ser compreendida no plural, o que nos permite perceber como a individualidade é construída nas diferentes etapas da humanidade e de que maneira estas situações marcam as relações com o indivíduo. Também devemos compreender o rompimento da visão de progresso linear da trajetória do indivíduo a partir do enfoque apresentado pelas memórias de vida e da construção de sua identidade, uma vez que ao trabalharmos com memórias compreende-se o princípio de que o ato de lembrar não é uma construção estável e isenta de lapsos. E, por último, interpretar “o não-dito” como uma virtude subterrânea e oculta sempre presente na história. Todos estes elementos estão em jogo no trabalho com as entrevistas de história oral, diretamente relacionada à noção de trajetória.

Assim, a análise da trajetória de um indivíduo torna-se um importante meio de compreensão da cultura política e de parte considerável dos valores, normas e crenças que compõe uma determinada tradição política, porque envolve a percepção da realidade social através dos olhares dos seus interlocutores diretos, ao contrário de uma visão pré-determinada

⁴⁸ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografía como género historiográfico: algunas reflexiones sobre posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito Bino (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (espanhol).

pelas categorias analíticas. Isto quer dizer que, a condição de elaborar intelectualmente os limites de um conceito sobre determinada cultura política, por exemplo, o trabalhismo, não deixa de ser válida como parte integrante da operação historiográfica. Mais do que isto, ressalta-se a necessidade de compreendermos a cultura política por meio das experiências cotidianas compartilhadas por um indivíduo e seus pares, seja nas reminiscências de suas memórias, ou nos diversos lugares de memória.

Ao abordar a trajetória de Clodesmidt Riani através de suas memórias, podemos traçar parâmetros de ligação entre os acontecimentos a partir de um panorama macro e das incidências sobre a trajetória deste personagem. Também, aspectos cruciais de sua experiência cotidiana, suas redes de contato local e nacional, as ações empreendidas no campo de atuação político e sindical, os conflitos de grupo e às vezes a inércia perante um ataque do inimigo, ou de uma situação inusitada, são descortinadas com a análise sobre a sua trajetória de vida, compreendendo a sua cultura política, além de apontar algumas referências sobre o trabalhismo no contexto assinalado.

Portanto, todos estes aspectos tomados em conjunto revelam um universo dinâmico, marcado por tensões e coerências, enfrentamentos e solidariedades, próprias de um meio social que não existiu isoladamente do contexto histórico nacional. Mesmo não recebendo o mesmo status conferido a fatos e acontecimentos tomados a nível nacional sobre aquele período - percebido facilmente no imaginário histórico de muitas pessoas e, já consagrado pela historiografia em recortes mais amplos - torna-se relevante conhecer o comportamento das esquerdas, especificamente, através das memórias de um dos seus principais integrantes. Assim, estaremos reconstruindo parte da história recente do Brasil, através da cultura política de nossas esquerdas, analisando a memória de um dos atores históricos singulares do período.

3. Trabalhistas e comunistas no campo do nacional-estatismo: impressões sobre sindicalismo, reformismo e democracia

Nesta seção discorreremos de forma exploratória as relações entre culturas políticas de esquerda, que ao assimilar as propostas para o Brasil acabaram aglutinando-se no campo gravitacional do nacional-estatismo. O ponto central de aproximação dessas forças políticas foi o reformismo social, encarnada nas Reformas de Base, como ficaram conhecidas aquelas demandas condizentes com o projeto nacional-estatista, durante o governo João Goulart. Tal

conjuntura política, de acordo com a nossa proposta de análise, pode ser compreendida através dos diálogos travados entre trabalhistas e comunistas nos diversos momentos em que estas culturas políticas estiveram lado a lado, nas principais lutas sociais que refletiam os dilemas para o aprofundamento da nossa democracia, no período anterior ao Golpe de 1964.

A Terceira República Brasileira, de 1945-1964, representou um período que trabalhadores e setores populares participaram ativamente do processo político. O sistema democrático, mesmo que ainda limitado, serviu de grande aprendizado para o povo brasileiro. No árduo caminho de lutas sociais, os trabalhadores e setores populares, de modo geral, aprenderam também a lidar com os direitos políticos, estabelecendo uma cultura política, na qual eles se percebiam como cidadãos ativos na sociedade.

Durante aquela experiência democrática, aprofundar a democracia significava, antes de tudo, incluir os analfabetos no sistema político, garantindo-lhes o direito de voto e permitindo a representatividade de diversas forças populares. Dadas às circunstâncias conjunturais, podemos definir a nossa Terceira República como sendo caracterizada por uma experiência “democrática limitada”. E, de fato, alguns dados nos mostram claramente esta proposição. Tomando-se como referência a região nordeste, cerca de 15 milhões de pessoas eram analfabetas para uma população de 25 milhões de habitantes. Isto se refletia no número de cidadãos aptos a votar. Por exemplo, no Plebiscito de 1962, somente votaram cerca de 12 milhões de brasileiros, em todo o país.

Estender o direito ao voto para os analfabetos era uma solução simplista. Fazer a opção pelo caminho inverso, ou seja, criar mecanismos de alfabetização em massa implicaria proporcionar a conscientização das massas num país em que os analfabetos constituíam mais da metade da população e da maioria dos pauperizados em um sistema social marcado pela acentuada desigualdade e pela opressão. Por isso, tentativas de inverter este quadro social, resultariam em uma grande tensão por parte das forças conservadoras, reacionárias e elitistas do país, quando não muito, para os próprios partidos e setores organizados da sociedade que “diziam” defender os interesses do povo brasileiro.

Entre junho de 1963 e março de 1964, o governo Jango empreendeu uma vasta campanha de educação no Brasil, fundamentada no método de alfabetização de adultos do educador Paulo Freire.⁴⁹ A experiência realizada na cidade de Angicos, interior do Rio Grande do Norte, apresentou o resultado de 300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias, impressionando profundamente a opinião pública e despertando o interesse do governo

⁴⁹ FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

federal. O plano de 1964 previa a instalação de 20 mil “círculos de cultura” que atenderiam a capacitação de aproximadamente 2 milhões de alfabetizados (30 por círculo, com duração de 3 meses cada curso). Assim, iniciava-se uma campanha de alfabetização em escala nacional que envolvia, nas primeiras etapas, os setores urbanos, e deveria estender-se, imediatamente, aos setores do campo, implicando em uma efetiva democratização da política educacional.

As projeções mais otimistas sobre os resultados da aplicação do método Paulo Freire em escala nacional, além do seu objetivo central que era a efetiva educação do povo brasileiro e sua conscientização política, sinalizavam também para resultados impressionantes no quadro eleitoral para as próximas eleições, que ocorreriam em 1965. A democracia brasileira teria um acréscimo bastante significativo de novos eleitores, alfabetizados e conscientes politicamente, o que implicaria em mudanças profundas nas relações de forças entre os partidos e organizações sociais, uma vez que o povo brasileiro, de um modo geral, conquistaria voz ativa nas decisões nacionais. Isto porque, estas posições de poder eram conquistadas e mantidas, entre outras razões, pelo fato da inexistência legal da cidadania política para a maioria da população em idade adulta.

Em 1960, encontravam-se registrados 15,5 milhões de eleitores para uma população de 34,5 milhões com 18 anos de idade ou mais. Isto significa que, a composição social do eleitorado se encontrava distanciada da composição social real do povo, e o processo de alfabetização das massas aproximaria estes quadros, revertendo a situação política brasileira. Porém, antes que estas possibilidades históricas viessem a se tornar concretas e lançassem bases de um futuro promissor, um longo caminho já havia sido percorrido pelas forças populares alinhadas mais à esquerda do espectro político brasileiro, defensoras de um amplo projeto reformista para a sociedade.

No início dos anos 60, intensas agitações sociais sacudiram todo o país, envolvendo operários, camponeses, estudantes, a sub-oficialidade das Forças Armadas e diversos setores nacionalistas, na defesa de reformas sociais, econômicas e políticas, que se traduziram nas “Reformas de Base” durante o governo João Goulart. As forças populares cresciam nas ruas e ganhavam projeção no cenário político brasileiro, assinalando um dos mais importantes períodos na trajetória das lutas sociais no Brasil. Na conquista de direitos sociais acompanhava-se a luta por direitos políticos, uma vez que, o sistema democrático vigente excluía os analfabetos, negava o direito de representatividade para os militares e mantinha ilegal a legenda do Partido Comunista do Brasil (PCB). Assim, o sistema democrático enfrentava o grande desafio de aliar desenvolvimento econômico com políticas sociais reformistas, que se projetava na ampliação das bases democráticas.

Esse “fazer-se” da cultura política dos trabalhadores e populares, não tinha uma trajetória prévia a ser seguida, e muito menos resultou de dádivas do Estado. Ao contrário, foi marcada por muitas lutas, conquistas árduas, fracassos e decepções com seus grandes líderes e com o próprio movimento social. O espectro das esquerdas foi fortemente influenciado por duas tradições: o trabalhismo e o comunismo, que embora distintas, muitas vezes, tornaram-se próximas e afins, não se furtando às tentativas de uma sobrepor-se à outra em diversas situações conjunturais. Os principais expoentes destas tradições políticas foram o PTB e o PCB, cuja estrutura partidária possibilitava que fossem transmitidos seus discursos doutrinários e ideológicos para além do campo institucional partidário, alcançando e penetrando todas as camadas sociais e instituições, e, de certa forma, ajudou a moldar a cultura política adquirida pelos indivíduos em suas trajetórias. Por isso, podemos perceber a sua marca em diversas esferas da sociedade naqueles anos; seja no campo, nos sindicatos, nas Forças Armadas, na Igreja, no meio estudantil, entre os intelectuais; na imprensa e, acima de tudo, nos corações e mentes de brasileiros e de brasileiras que sonhavam com um futuro melhor para o Brasil, com mais igualdade, justiça e oportunidades para todos.

Naquela conjuntura histórica, muitas transformações culturais e políticas ocorridas no mundo inteiro marcaram profundamente os imaginários das nossas esquerdas. O recorte histórico para o qual apontamos configura-se, em nível internacional, como um dos momentos mais “revolucionários” do século XX, enquanto que, em nível nacional agregamos àquele intenso processo o mais agudo acirramento da correlação de forças na história republicana brasileira. Mundialmente, vivíamos a tensão da Guerra Fria e os ecos da Revolução Chinesa. Os movimentos de libertação nacional irrompendo na África, singularizando-se a guerra de libertação da Argélia. O recrudescimento da resistência do povo vietnamita e o exemplo da Revolução Cubana cristalizam as observações que apontam para um contexto marcadamente revolucionário, e, por conseguinte, polarizador. A Revolução Cubana figura como a mais importante influência, sobretudo pelo fato de que em sua passagem do nacionalismo para o socialismo, num intervalo de tempo demasiadamente curto, acabou atraindo nacionalistas de diversos matizes e comunistas para um campo gravitacional comum no cenário político latino-americano.

Roberto Schwarz chegou a afirmar que no período imediatamente anterior ao Golpe Civil e Militar de 1964 o país estava irreconhecivelmente inteligente: política externa independente, reformas estruturais, libertação nacional, combate ao imperialismo e ao latifúndio, conscientização da classe operária e do movimento estudantil. E, “revolução” era a idéia que passava pelos corações e mentes de boa parte do povo brasileiro naqueles anos.

Ironicamente, aqueles que se inspiravam nos desdobramentos da Revolução Cubana de 1959, viram a tragédia de 1º de abril ser denominada de “Revolução”. Sintomaticamente, na opinião de um dos protagonistas centrais do movimento conspirador e golpista contra o governo Jango, o fato ocorrido pode ser resumido, da seguinte forma: “a Revolução não se fez para manter privilégios de quem quer que seja, mas para, em nome do povo, e em seu favor, democratizar os benefícios do desenvolvimento e da civilização”.⁵⁰

Recentes análises apontam que nesse período vários projetos se apresentaram ao país, como alternativas de desenvolvimento econômico e de elevação do nível de vida do povo brasileiro. De modo geral, a conjuntura interna foi marcada pela crise dos anos 50, que se estendeu desde a morte de Vargas até o trágico desfecho de 1964, na medida em que a sociedade se polarizava e delimitava a escolha entre estes projetos. Ao mesmo tempo, assistia-se também a um acirramento das forças, à direita e à esquerda do espectro político, que foram gradualmente assimilando as propostas apresentadas para o Brasil.

Fundamentalmente, a sociedade brasileira se dividira em torno de dois projetos para o país, os quais Daniel Aarão denominou internacionalista-liberal e nacional-estatista. De um lado, estava o projeto internacionalista-liberal que consistia numa proposta elitista e excludente, propondo ainda um maior atrelamento de nossa economia à dinâmica capitalista dos países mais desenvolvidos.⁵¹ Tal dependência era condição capital, segundo os seus defensores, para que houvesse desenvolvimento econômico assegurando a ordem interna a qualquer custo, sem romper com os laços, cada vez mais estreitos, com o bloco capitalista internacional liderado pelo governo estadunidense.

Do outro lado, o nacional-estatismo era sustentado por dois eixos fundamentais: a soberania nacional e a justiça social. Por soberania nacional compreendia-se a capacidade do país em internalizar seus centros básicos de decisão, isto é, de garantir autonomia no jogo político das relações internacionais marcados pelo contexto do auge da Guerra Fria. Um elemento central para este projeto seria a existência de um Estado forte, ativo, intervencionista, definidor de políticas públicas que promovessem o desenvolvimento econômico com efetiva distribuição de renda e justiça social. Por esta última, entendia-se a necessidade de aprofundar as garantias inscritas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),

⁵⁰ Cf. INCONFIDÊNCIA. Belo Horizonte: Grupo Inconfidência, n. 80, Ano X, 31/03/2005. 28 p. Edição Especial (41º Aniversário do movimento cívico-militar de 31 de março de 1964). Pronunciamento do Presidente Castello Branco, em 21 de abril de 1964 (sic).

⁵¹ AARÃO REIS FILHO, In: RIDENTI; AARÃO REIS FILHO, op. cit., 2005.

editadas ainda no Estado Novo (1943), e ampliá-las ao mundo rural, correspondendo assim, às pressões demandadas pelos movimentos populares.⁵²

Além disso, o nacional-estatismo baseava-se na necessidade de amplas reformas de cunho nacionalista e distributiva, obviamente, com inclinações político-sociais à esquerda, permitindo uma maior aproximação entre comunistas e trabalhistas, sendo traduzido de forma latente na política das Reformas de Base sob o governo João Goulart. Ambos, a partir de meados dos anos 50, desenvolveram uma aliança para se opor aos setores conservadores e conquistar a hegemonia da parcela mais importante e organizada do sindicalismo nacional. Embora aliados, comunistas e trabalhistas não se furtaram em buscar a hegemonia uns sobre os outros, atestando à dialética das culturas políticas.

A crise aberta nos anos 50, com o desaparecimento de Vargas do cenário político, trouxe mudanças decisivas nas linhas políticas das esquerdas brasileiras. Entretanto, a tradição getulista ainda persistia no imaginário dos trabalhadores e, mesmo logo após a morte de seu grande líder, o trabalhismo revitalizava-se, sobretudo no PTB. Já para os comunistas cabia a difícil busca de uma identidade nos marcos da aliança com o trabalhismo. Sobrevivendo na clandestinidade havia a necessidade de avançar mais no campo de batalhas e, para isso, abria-se a perspectiva de se direcionar incisivamente ao movimento sindical.

Em 1945, no contexto da queda do Estado Novo, os comunistas emergiram da clandestinidade constituindo-se como partido legal, de bases amplas, com o propósito de participar ativamente das lutas sociais e institucionais. A nova condição foi efêmera e logo no governo Dutra, foi recolocado na clandestinidade. O PCB tinha tradições e experiências sindicais acumuladas desde 1922, mas logo se apercebeu pressionado pelo imenso prestígio do PTB e de seus líderes junto às classes trabalhadoras. Com isso, passado um curto período de sectarismo e isolamento, no início dos anos 1950 a aliança com o trabalhismo passou a dominar a sua trajetória nas relações com os trabalhadores e na penetração no sistema político que o excluía, implicando a conquista de bancadas no bojo do próprio PTB.

A partir de 1952, mesmo nas limitadas condições determinadas pela clandestinidade, as próprias bases operárias do PCB começaram a pressionar e a executar na prática uma reorientação nas diretrizes do partido, no sentido de privilegiar as lutas sociais e institucionais que faziam parte do horizonte traçado pelo nacional-estatismo, carregado pelo trabalhismo. Esta ação política traduzia-se no apelo popular para as reformas sociais e estruturais do Estado brasileiro, reivindicações que deram corpo ao programa de Reformas de Base do

⁵² AARÃO REIS FILHO, 2002.

Governo João Goulart. O resultado mais imediato da reorientação partidária possibilitou aos comunistas participarem com êxito das campanhas nacionalistas dos anos 50, saindo do “gueto político” a que foram relegados por força das propostas de luta armada contra a Ordem vigente. As antigas propostas orientavam a linha política oficial do PCB, desde 1947 (quando foi reposto na clandestinidade) até a profunda mudança em seu programa e na sua composição interna, com as “Diretrizes de março de 1958”.

Na nova conjuntura, orientados por uma política progressista e de democratização da estrutura sindical, os comunistas impuseram um forte combate aos setores conservadores e “pelegos” atuantes no movimento sindical. Acreditavam que, por dentro da estrutura, poderiam alterá-la de acordo com seus interesses. Reconheciam os limites, mas tinham a convicção de que poderiam aumentar os espaços de ação. Sabiam também que encontrariam a concorrência com os trabalhistas e a resistência dos conservadores e “pelegos”.

As direções sindicais que tiveram a aliança comunista-trabalhista à frente, com todos os limites, garantiram a incorporação e participação na vida sindical de um número cada vez maior de trabalhadores. Isso se inseria na lógica do partido, de aumentar seu poderio no meio sindical e transformar os sindicatos em peças importantes de pressão no jogo político.⁵³

Com a morte de Vargas, abriu-se um importante flanco para os comunistas diante de um natural revés dos trabalhistas na arena política. Durante o período compreendido entre 1954-1964, assinala-se uma ação ostensiva dos comunistas no movimento sindical. Estas ações podem ser encontradas na direção dos sindicatos, em alianças com os trabalhistas mais à esquerda, ou, de forma mais isolada, dentro das principais instituições sindicais do país. O crescimento de sua militância nos organismos de base e nas entidades sindicais possibilitou que quadros do PCB figurassem tanto na direção de importantes confederações da estrutura sindical corporativa, quanto na formação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

As relações entre comunistas e trabalhistas no decorrer deste período são marcadas, ora por diálogos, que os aproximava no mesmo campo de lutas dos trabalhadores, ora por disputas pelo controle do movimento sindical, lócus de atuação de ambas as tradições políticas, atestando a dialética estabelecida entre culturas políticas afins. Neste sentido, importa assinalar que apesar de se encontrarem bastantes próximas junto ao movimento sindical daqueles anos, os representantes destas tradições percebiam muito bem os limites que os distinguia. Para Clodesmidt Riani, presidente do CGT, tal diferenciação corresponde à sua consciência enquanto trabalhador, que coloca o interesse de classe acima da luta de classes, ao

⁵³ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro, UNIRIO; São Paulo, Boitempo Editorial, 2001. p. 32.

pregar a união entre os trabalhadores como condição necessária para sua independência. E, por isso, ele afirma o desejo de que:

A classe operária se organizasse, que as classes procurem se organizar digna e honestamente... para reivindicar aquilo que é justo mesmo. [...] Mas, tem que ter essa compreensão do individualismo, que eu sempre debati isso, questão ideológica não prevalece, o que prevalece é o interesse de classe. E não é a luta de classes, mas a classe que tem que lutar pelos seus direitos [...] Então, a classe operária, no meu modo de entender, hoje, lamentavelmente, que é a minha, está muito desorganizada.⁵⁴

Na percepção de Riani, a questão da organização também é fundamental para a união da classe dos trabalhadores. É interessante ainda nos determos em alguns aspectos relatados em suas memórias, ao declarar a sua identidade operária:

No meu tempo, o que (é) que tinha lá? No meu setor. Então era pelego. Fulano é comunista. Fulano é pelego. Então, você tinha duas classes: pelego e comunista. Que eu..., no meu modo de entender, a minha filosofia, eu não sou nem pelego, nem comunista, eu sou sindicalista. E com isso, eu consegui em Minas Gerais, ter unanimidade do movimento sindical.⁵⁵

Para os comunistas a questão da unidade sindical, também era uma bandeira a ser defendida, assim compreendida na avaliação de Luís Carlos Prestes:

Nós somos da opinião de que, primeira luta do movimento sindical tem que ser pela unidade. Quer dizer, o sindicato deve se unir [], era proibido de acordo com a legislação do trabalho, qualquer organização horizontal. Quer dizer, unidades de sindicatos horizontalmente, porque a organização era toda vertical e de corporações à base de Confederações, cada profissão tem a sua Confederação e era proibida uma Central Sindical, na legislação brasileira era proibido. Então começamos a fazer essa unidade pelos Estados, então surgiram as Intersindicais...⁵⁶

E, sobre o momento de criação do CGT, em que comunistas e trabalhistas dividiram as fileiras da união sindical, Prestes diz que:

Nós estávamos no regime parlamentarista, logo em seguida vem a primeira crise ministerial e nós levantamos uma palavra de ordem de grande greve nacional para impedir que o novo ministério fosse mais reacionário, ou menos progressista do que 1º ministério, para isso era necessário dirigir a classe operária, não tínhamos uma Central Sindical. Então denominamos de CGT – Comando Geral dos

⁵⁴ Cf. Clodesmidt Riani, depoimento prestado à Prof^a Lucília Neves, 25/07/1991, Programa de História Oral da UFMG, 12B-CR-1.

⁵⁵ Cf. Clodesmidt Riani, depoimento prestado à Prof^a Lucília Neves, 25/07/1991, Programa de História Oral da UFMG, 12B-CR-1-2.

⁵⁶ Cf. Luís Carlos Prestes, depoimento prestado à Prof^a Lucília Neves, 22/10/1985, Programa de História Oral da UFMG, 1A-LCP-11.

Trabalhadores, com o objetivo de dirigir a greve de âmbito nacional e com esse objetivo que surgiu o CGT e começou a exercer as funções de Central Sindical.⁵⁷

Entretanto, acontecimentos internacionais acabariam marcando definitivamente o horizonte traçado pelos comunistas no mundo inteiro, durante os anos 50. A morte de Stalin (1953) provocou abalos sísmicos no bloco soviético, sendo ampliados com o relatório “secreto”⁵⁸ de Nikita Krushev sobre os abusos contra os direitos humanos, cometidos nos campos de concentração durante a era stalinista, apresentado no XX Congresso do PCUS (1956). Krushev estabeleceu a meta da supremacia na URSS, empreendendo uma forte política de reformas e de defesa da coexistência pacífica com o bloco capitalista, que enveredaram em direção a uma clara revisão dos princípios do marxismo-leninismo e a ruptura com o stalinismo.⁵⁹ Tais mudanças provocaram impactos sobre o imaginário político das esquerdas comunistas e alterações significativas no campo do marxismo ortodoxo.

No Brasil, o PCB, ainda que ilegal, aumentou a sua influência no cenário político nacional, participando intensamente de todos os movimentos que sacudiram o país na entrada dos anos 60. Com a força do movimento pelas Reformas de Base, os comunistas almejavam conseguir, finalmente, a legalização do seu registro partidário. Entretanto, os impactos da conjuntura internacional e a crise política interna dentro do PCB⁶⁰ possibilitaram uma reorientação em suas práticas partidárias, dando origem às “Diretrizes de março de 1958”, que foram seguidas por um duplo movimento. Por um lado, consolidava-se a orientação para a revolução brasileira em duas etapas. Primeiro a via democrática e nacionalista, indicando o caminho das lutas pelas Reformas de Base, como meio de intensificar o desenvolvimento capitalista e precipitar a segunda etapa da revolução, em que os comunistas tomariam definitivamente as rédeas do Estado. Por outro lado, a declaração abria flanco para o acirramento das disputas internas, que acarretou com o racha no PCB.⁶¹

A Conferência Nacional, realizada em 1961, aprovou um novo estatuto e programa para o PCB, alterando o nome para Partido Comunista Brasileiro (PCB), visando facilitar a obtenção do seu registro no Tribunal Superior Eleitoral. Além disso, passaram a defender

⁵⁷ Cf. Luís Carlos Prestes, depoimento prestado à Prof^a Lucília Neves, 22/10/1985, Programa de História Oral da UFMG, 1B-LCP-13.

⁵⁸ Cf. PACHECO, Elizer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984. O fato de este documento ter sido publicado em primeira mão pelo Departamento de Estado Norte-Americano (04/06/1956) é bastante sintomático.

⁵⁹ SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

⁶⁰ O PCB sofreria forte impacto quando da confirmação da autenticidade do “Relatório Krushev” apresentado no XX Congresso do PCUS, pois, como os delegados brasileiros do PCB só retornaram muitos meses depois, até a sua volta à orientação do partido tinha sido no sentido de negligenciá-lo.

⁶¹ SANTANA, 2001, p. 93.

abertamente a manutenção e ampliação da democracia, os direitos inscritos na Constituição, reiterando que, a partir do sistema vigente, novos direitos poderiam ser alcançados pela luta organizada das massas. Tais procedimentos foram rechaçados pelos ortodoxos, que sob a liderança de João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, se afastaram do partido e se reagruparam no Partido Comunista do Brasil (PC do B), em fevereiro de 1962.⁶²

O aparecimento do PC do B relaciona-se aos acirrados debates travados no interior do PCB, entre 1956 e 1960, acerca do balanço da trajetória do partido, além de questões de ordem tática e de estratégia, que levaram ao questionamento das direções, lideranças e dos modelos internacionais.⁶³ O alvo do PC do B seria o revisionismo do PCB. A nova agremiação alertava que o movimento nacionalista, nos termos do PCB, acarretava na submissão do proletariado à burguesia, alegando que o proletariado deve “aguçar” a luta de classes, acusando o governo de entreguista e reacionário. Este grupo propunha retomar a via armada para a instauração de um governo popular revolucionário no Brasil. Em pouco tempo, se alinharia ao modelo internacional chinês, devido aos problemas para obter o reconhecimento político por parte do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).⁶⁴

Outra corrente contrária às teses do PCB era a dos trotskistas, aglutinados no POR (Partido Operário Revolucionário), que não acreditavam na aliança com as “burguesias nacionais” e achavam que “as tarefas democráticas da revolução seriam levadas a cabo apenas pelo proletariado no poder” em estreita aliança com os camponeses. Os trotskistas opunham-se à luta guerrilheira e apostavam na greve geral revolucionária. Com as denúncias feitas por Nikita Krushev sobre o culto a personalidade e as torturas praticadas no regime Stalinista, durante o XX Congresso do PCUS, em 1956, os trotskistas ganharam maior prestígio e força, devido á confirmação das denúncias já pronunciadas por Trotsky há muitos anos e pela sua crítica incisiva ao modelo stalinista de governo.⁶⁵

Contudo, no início dos anos 60, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era, juntamente com o PTB (com quem se aliara na direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria – CNTI), uma das forças majoritárias do movimento operário. O PCB defendia a aliança com as “burguesias nacionais” e achava que “na presente situação do país, não há condições para transformações socialistas” e que, naquela etapa, a revolução

⁶² SANTANA, 2001, p. 96.

⁶³ Cf. *Binômio*, Ano IX, n. 322, Belo Horizonte, 12 de set. Grabois, fazendo duras críticas ao PCB, chegou a afirmar que: “é grande e profunda a penetração da ideologia burguesa no movimento comunista”.

⁶⁴ AARÃO REIS FILHO, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: Documentos Políticos das Organizações de esquerda dos Anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

⁶⁵ KAREPOVS, Dainis; CASTILHO MARQUES NETO, José. Os trotskistas brasileiros e suas organizações política (1930-1966). In: RIDENTI; AARÃO REIS FILHO, op. cit., 2002.

brasileira era “antiimperialista e antifeudal”. Para os pecebistas, a idéia de aliança com setores da “burguesia nacionalista”, era necessária para intensificar o apoio às forças progressistas e para derrotar os entreguistas e conservadores. Durante o governo Goulart, o PCB engajou-se na luta pelas Reformas de Base, apoiando o Presidente quando acreditavam que suas medidas aproximavam-se dos interesses populares e criticando-o quando este não seguia os passos corretos na sua avaliação.

Porém, um novo fator iria alterar ainda mais o quadro de forças do espectro político das esquerdas. A instabilidade da conduta política de Jango, que oscilava entre uma aproximação ora com o centro, ora com as esquerdas e buscando-se sem sucesso a solução moderada, trouxe sérias conseqüências políticas para as forças que o sustentavam. No limite, permitiu uma nova divisão de forças no espectro das próprias esquerdas, na medida em que essas acabaram debatendo-se sobre a decisão de apoiar ou não o governo Jango, frente às suas arriscadas manobras políticas.

As forças de esquerda estavam descontentes com o governo João Goulart. Exigiam a nacionalização de indústrias estrangeiras, sem pagamento de indenizações, e o rompimento com o FMI, que condicionava seus empréstimos à contenção da inflação brasileira por meio de uma austera política salarial. Para aumentar o poder de pressão dos nacionalistas e da esquerda (pulverizados pelas divisões internas), Brizola lançou a Frente de Mobilização Popular (FMP), que reunia CGT, UNE, FPN, PCB, Ligas Camponesas e setores militares nacionalistas. Promovendo uma campanha nacional pelas Reformas de Base, a FMP adquiriu a Rádio Mayrink Veiga, onde Brizola fazia todas as noites, sua pregação nacionalista radical. Em fins de 1963, a FMP lançou a idéia de uma organização popular baseada em grupos de onze companheiros, que seriam órgãos de um Partido Revolucionário. A idéia vingou e já em dezembro, havia 40 000 grupos espalhados pelo país. Esses “Grupos de Onze” e seu partido pretendiam inclusive ter o seu “braço armado”, constituído por facções militares nacionalistas dos baixos escalões (sargentos e marinheiros), pois Brizola contava com a simpatia do Comando Nacional dos Sargentos e da Associação dos Marinheiros, optando pelo confronto aberto com as direitas e os conservadores.⁶⁶

Esta nova divisão das forças de esquerda era de um lado encetada pela Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, sob liderança de San Tiago Dantas e denominada por ele de “esquerda positiva”. Do outro lado, estava a vertente de forças por ele alcunhada de “esquerda negativa”. A primeira seria constituída pelos moderados, “homens responsáveis”,

⁶⁶ BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

como ele próprio e Celso Furtado, que procuravam impedir o crescimento da conspiração da direita civil e militar, reagrupando as forças de centro-esquerda para dar suporte ao governo, no sentido de garantir as Reformas de Base e manter o estado democrático. Este grupo fazia oposição à Frente de Mobilização Popular, liderada por Brizola.

As grandes lideranças da “esquerda negativa”, na expressão de San Tiago Dantas, rebatiam o líder moderado do PTB através da avaliação segundo a qual o partido dividia-se em duas alas: a dos “ideológicos”, formada por “homens de convicção”, como os do “Grupo Compacto”, e a dos “fisiológicos”, “esquerdistas de ocasião”, entre os quais estaria o próprio Dantas. “Esquerda negativa” era, por exemplo, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que fazia parte da Frente de Mobilização Popular. Surgida em 1958, a FPN teve uma atuação destacada a partir de 1960, composta de deputados e senadores de vários partidos, embora seu núcleo essencial fosse Grupo Compacto do PTB. Dela faziam parte também os “agressivos” do PSD. Em 1963, seu presidente era o deputado Sérgio Magalhães, e Brizola um de seus vices-presidentes. Outros de seus membros mais notáveis eram Temperani Pereira, Max da Costa Santos, Rubens Paiva, Neiva Moreira, Almino Afonso e o sargento-deputado Garcia Filho.

Reunida em fevereiro de 1963, a FPN lançou seu programa, consubstanciado no “Termo de Compromisso”. Os termos mais destacados desse programa eram os seguintes: revisão do artigo 141, parágrafo 16, da Constituição, para o efeito de permitir a desapropriação de propriedades por interesse social, mediante indenização definida pelo valor fiscal, com o pagamento em títulos da dívida pública (o mencionado artigo exigia indenização em dinheiro); fixação de limites máximos e mínimos das áreas de propriedade rural; extensão do direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados; ampla sindicalização de todos os trabalhadores; nacionalização progressiva da indústria farmacêutica; encampação das concessionárias estrangeiras de serviços públicos; monopólio estatal da aviação comercial; nacionalização dos estabelecimentos de crédito e das sociedades de investimentos, financiamentos, seguros e capitalização; rejeição de condições políticas nos contratos de empréstimos e qualquer tipo de ajuda do exterior; defesa da indústria brasileira (contra a estrangeira).

O PCB junto com os trabalhistas radicais abriu fogo contra a “política de conciliação” de Jango. Os comunistas tinham a visão de que:

A ‘luta contra a conciliação’ só poderia ter êxito por meio da mobilização das grandes massas trabalhadoras e populares que deveriam levantar suas próprias bandeiras, exigir medidas efetivas contra o imperialismo, o latifúndio e a reação, e

combater constantemente os compromissos com o inimigo, realizado pelo setor vacilante da frente única.⁶⁷

Neste ínterim, o partido se articulou com a FMP, juntando-se aos grupos orientados pelas bandeiras nacionalistas de esquerda, reunindo o CGT, deputados da Frente Parlamentar Nacionalista e a UNE. Na esfera sindical os comunistas avançaram importantes posições, sustentando uma base de controle sobre significativa parcela das direções sindicais, na tentativa de reconquistar os espaços perdidos na arena política.⁶⁸ Também engajaram-se diretamente na luta pelo plebiscito que definiria o sistema de governo entre o retorno ao presidencialismo e a permanência do parlamentarismo. Levantando a bandeira do plebiscito com reformas, acreditavam que iriam forçar o Presidente João Goulart naquela direção. A esmagadora vitória do presidencialismo no Plebiscito deu uma nova esperança aos comunistas, indicando a força adquirida pelo movimento popular.

Noutro patamar, os trabalhistas também ganharam posições no campo de batalha. Após o revés com a morte de Getúlio Vargas, em 1954, o trabalhismo reorganizou suas forças. Agora, teriam como principal expoente, João Goulart, o herdeiro direto de Vargas. Jango, gaúcho, conterrâneo de Vargas, hábil político conciliador, foi para muitos a continuidade da figura carismática do “Pai dos Pobres”. Ambos são quase sinônimos “do velho e bom PTB”. Porém, no PTB, a força dos líderes, tais como Jango, Brizola e Dantas, não podia se comparar ao getulismo que, até então, por um lado, identifica-se com o trabalhismo e, por outro, transcendia ao próprio petebismo. Na nova conjuntura, o trabalhismo não se restringiria a imanência dos seus líderes, possibilitando uma maior margem de ação autônoma dos trabalhadores através das organizações sindicais, principalmente, a CNTI e o CGT. Entretanto, coexistiam os fortes laços da relação dicotômica entre Estado e classe trabalhadora, junto com uma ação mais independente dos trabalhadores nos partidos políticos e nas suas representações sindicais.

Os governos pós-45, foram marcados por uma relação ambígua com a classe dos trabalhadores, uma vez que o trabalhismo, dentro do arranjo legal do Estado pretendia que a classe trabalhadora se submetesse ao controle das instituições governamentais restringindo o campo de ação sindical, e, mesmo, prevendo o uso dos mecanismos de coerção para reprimir quaisquer avanços das organizações sindicais rumo à autonomia.⁶⁹ Entretanto, tais

⁶⁷ SANTANA, 2001, p. 97.

⁶⁸ Cf. PRESTES, apud SANTANA, 2001, p. 98. Nas eleições governatoriais e congressuais, de 3 de outubro de 1962, o PCB conseguiu eleger através de outras legendas deputados federais e estaduais. Em declaração, Luis Carlos Prestes afirmou que 17 dos 409 deputados federais eleitos pertenciam ao PCB.

⁶⁹ A repressão contra os sindicatos “vermelhos” que resultava no seu fechamento pela polícia política do Estado e o impedimento do registro oficial partidário para o PCB, atestam esta afirmação.

mecanismos não foram utilizados igualmente em todo o tempo por todos os governos. Isto porque, houve o crescimento da representação sindical dos trabalhadores, que também passaram a se organizar em partidos políticos na disputa pelo poder do Estado. Através da participação direta em eleições democráticas, ou por meio da formação de centrais sindicais independentes, os trabalhadores ampliavam o seu raio de ação dentro da política brasileira.

Em suas memórias Clodesmidt Riani costuma citar o pensamento de Antônio Flores (líder sindical paulista dos anos 60, companheiro de lutas que foi várias vezes candidato de oposição ao Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo), para definir os limites de ação dos trabalhadores durante aquele período:

A gente pode comparar a estrutura sindical brasileira com um soldado da PM, carregando um desses cães policiais que eles usam. Quando tem muita gente perto, ele fica segurando o cão bem perto dele, para ele não avançar. Quando ele está sozinho, dá mais corda, e o cão fica com mais espaço. Assim é a estrutura sindical brasileira. Na medida em que você tem um governo tipo JK, Jango, o movimento sindical tem um pouco mais de liberdade. Ele fica mais solto e os dirigentes sindicais trabalham mais.⁷⁰

Ao mesmo tempo, os sindicatos não negaram a dependência organizacional em relação à legislação corporativa varguista. Ao contrário, utilizaram-na para ampliar o seu campo de ação, seja para construir uma burocracia sindical profissionalizada, seja ampliando a instrumentalização com os partidos políticos, principalmente, no PTB. Embora, esta autonomia no campo da participação política tenha como corolário a manutenção da dependência no campo organizacional e das lutas trabalhistas, essa ambigüidade permaneceria como a marca do sindicalismo durante todo o período.

Deste modo, o Governo João Goulart, pode ser compreendido também, como aquele em que os sindicalistas vinculados ao PTB, levaram ao extremo a ambigüidade da relação Estado/classe dos trabalhadores, seja negando a própria relação por meio de uma ação política extra-estruturas estatais, seja possibilitando-a pela forma de inserção no aparelho de Estado. Mesmo que o sindicalismo até 1964, tenha como característica um acentuado matiz político, a sua politização deu-se nos limites estreitos da ordem regulada, já que se adequou plasticamente à estrutura sindical prevalecente.⁷¹

No caso de João Goulart, sua atuação política como líder carismático, seja no Ministério do Trabalho ou durante a vice-presidência e mesmo na Presidência, é bastante esclarecedora. Jango mostrou a sua eficácia utilizando-se deste recurso, fazendo funcionar

⁷⁰ Cf. Clodesmidt Riani, depoimento concedido à professora Lucília Neves, em 11/01/91, 8B-CR, p. 3. CMDCR.

⁷¹ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p 22.

certos princípios, daquilo que se convencionou denominar de “invenção do trabalhismo”, uma cidadania corporativista com base na condição de que os trabalhadores deveriam reivindicar seus direitos, sentir-se atuantes nas decisões políticas e retribuir com manifestações a favor do “líder popular”.⁷²

Por sua vez, Lucília Neves sintetizou a relação Estado e classe dos trabalhadores durante o período assinalado, da seguinte forma:

A natureza da inter-relação Estado-PTB-sindicato apresentou características de permanência no decorrer de toda a história real do PTB. O Ministério do Trabalho, que se manteve quase que exclusivamente nas mãos do PTB naqueles dezenove anos de governo populista, modificou a sua forma de ação à medida que se transformaram as condições conjunturais. Todavia, teve, como marca permanente das diversas administrações que estiveram à frente daquela Pasta, uma política voltada a realizar a cooptação do movimento sindical.⁷³

No trecho citado acima, cabe uma ressalva. Embora a autora faça menção ao termo “populista” para designar os governos do período de 1945-1964, convém, precisamente, considerar mais adequado analisá-los na perspectiva dos estudos sobre o trabalhismo, evidenciando a inter-relação entre Estado-PTB-Sindicato, nestes patamares. O trabalhismo foi marcado visivelmente por ambigüidades e contradições, significando paradoxalmente dirigismo, paternalismo e potencial de autonomia para os trabalhadores brasileiros. Assim, a política trabalhista traduziu-se no repúdio à luta de classes, ao tentar cooptar o movimento sindical, mas ao mesmo tempo acabou por incentivar reivindicações de forte teor conflitivo por parte dos trabalhadores, principalmente, através de suas organizações paralelas ao controle do estado, como na formação do CGT, na qual dividiram “ombro a ombro”, com os comunistas, as fileiras dentro das lutas sociais enfrentadas por esta organização. Com certeza, nesse período, em especial no governo João Goulart, as lutas sindicais se ampliaram, renovaram seus objetivos classistas e se transformaram em ameaça real à ordem estabelecida, mesmo sabendo-se que o “perigo vermelho” fosse, na verdade, um impasse.⁷⁴

Em suma, a nossa “primeira experiência democrática”, foi marcada por um sindicalismo que também se expressava por ambigüidades, como ocorria com o trabalhismo durante os governos desse período. Isto porque, a ação sindical dos trabalhadores oscilava

⁷² GOMES, 1988.

⁷³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo: 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

⁷⁴ Cf. AARÃO REIS FILHO, D. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p. 19. Segundo o autor, os comunistas seguiam as suas utopias preparando para a revolução, optando por manter a coesão interna em detrimento de realizar uma aproximação estreita com a sociedade. Isto porque, “a lógica dos estados-maiores revolucionários é viver a revolução como um processo iminente, à espreita da oportunidade favorável”.

entre o controle do Estado, em se tratando do reconhecimento da legalidade dos sindicatos perante o Ministério do Trabalho e por meio de barganhas políticas, e a busca de uma maior politização da classe a favor de uma ação mais autônoma, enquanto as representações independentes foram fechadas ou permaneceram na clandestinidade, a exemplo do que aconteceu com o PCB e com o CGT. Para este último, durante a sua atuação entre 1962-1964, o Presidente Jango fazia “vista grossa” sobre a sua existência, uma vez que era negada, pela legislação sindical vigente, a formação de sindicais únicas dos trabalhadores. Também, o direito ao voto e a participação política não eram estendidos a todos, pois os analfabetos não podiam votar e os partidos de organizações dos trabalhadores independentes, sejam de cunho anarquistas, socialistas ou comunistas, eram caçados pelo Estado. Assim, o PTB, mostrou-se como praticamente a única via legal reconhecida pelo Estado, para a efetiva participação político partidária da classe trabalhadora, mesmo constituindo-se “um partido não dos trabalhadores, mas para os trabalhadores”.⁷⁵

Ao longo da trajetória republicana do período de 1945-1964, o nacional-estatismo aproximava os trabalhistas e comunistas para o mesmo campo gravitacional, tornando-se importante meio para que trabalhadores e populares pudessem construir uma cultura política de lutas pela cidadania plena, na qual, promoviam-se as conquistas de vários direitos trabalhistas, sociais e políticos, sobretudo através dos sindicatos, espaço de mobilização dividido por ambas culturas políticas. Antes do Golpe de 1964, tudo parecia caminhar para um avanço ainda maior nestas conquistas, sobretudo após o Comício na Central do Brasil, quando o Presidente optou pela Frente Única das Esquerdas. A liderança carismática de Jango serviria naquele momento como pólo catalisador para os anseios das massas, mesmo sabendo-se que haviam outras lideranças carismáticas e espontâneas, de grande projeção ao seu lado. As esquerdas com o apoio das massas engajadas, finalmente, acreditavam que poderiam solidificar o programa nacional-estatista e fazer justiça social.

Riani foi um personagem central desse momento da história brasileira. Sem ser comunista, colaborou com os comunistas em favor da unidade da classe trabalhadora. Absorve, mesmo, certas percepções próprias da cultura política comunista, sem referendar seu núcleo ideológico, como se vê na referência à luta de classes. Do mesmo modo, como veremos em outro momento, manteve-se como figura importante no PTB, sem alinhar-se aos pólos que colocavam o partido numa encruzilhada, na qual o apelo à mobilização de massas

⁷⁵ DELGADO. Lucília Neves de A. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.180.

parecia desembocar necessariamente na defesa da ruptura com a legalidade, em contraste com percepções que viam, na defesa das “Reformas de Base” pela via legal, um caminho que parecia exigir a redução da mobilização de massas. Atua no sindicalismo corporativo, buscando ampliar suas possibilidades de intervenção em favor dos trabalhadores e, simultaneamente, transformá-lo. É, pois, uma expressão significativa dos dilemas que alcançavam o coração das lutas dos trabalhadores no período, para os quais - no tortuoso debate ideológico que opunha a direita à esquerda e diferentes percepções dentro da esquerda - importava buscar um caminho em que a afirmação dos “direitos dos trabalhadores” fosse a dimensão central de sua atuação política.

Antes de determo-nos na trajetória de Riani, importa mapear o terreno em que se processa sua atuação, discorrendo sobre os principais embates sociais que marcaram a trajetória do Governo João Goulart, cuja agenda política era assinalada pelos limites entre reformas e democracia. É o que faremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2: A CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA DO INÍCIO DOS ANOS 60: EMBATES DE MEMÓRIAS NO TEMPO PRESENTE

Neste capítulo discorreremos sobre os dilemas envolvidos na produção do conhecimento histórico relativo a processos que se procedem no tempo presente, ao lidarmos com as ambigüidades da memória, especialmente aquela produzida por atores envolvidos nos embates que se desenvolvem na ditadura militar e no período que a antecede. Para tanto, retratamos as principais correntes interpretativas sobre o Golpe de 1964, contextualizando o debate atual sobre a memória construída em relação ao período assinalado. Por este viés, pretende-se também analisar criticamente a crise política que se abateu durante o Governo João Goulart.

1. Embates de memórias no tempo presente sobre o Golpe Civil e Militar de 1964

O trabalho de todo historiador realiza-se com o “olhar voltado para o passado, mas com as lentes focadas no presente”.⁷⁶ Nesta perspectiva, ele carrega em seu ofício as dúvidas, as angústias, os fracassos e os medos. Mas, também traz consigo, a fé, a esperança e utopias de um mundo melhor. Para o historiador do tempo presente estes aspectos são ainda mais marcantes, uma vez que, a relação com seu tema e tempo histórico distingue-se da relação usual que outros historiadores têm com o seu tema. O historiador do tempo presente pode reivindicar o seu próprio pertencer a história. Isto porque, antes de ser analista, é um cidadão e testemunha histórica do seu tempo.

⁷⁶ SCHWARCZ, Lilia M. Prefácio. In: SIMAN, Lana M. de C.; FONSECA, Thais Nívia de L. (orgs). *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

Desta forma, a presença física do historiador em seu tempo, e, em casos especiais, seu envolvimento com seu próprio tema, evolui em função da própria história.⁷⁷ Por outro lado, a evolução da relação com o acontecimento, a mutação dos engajamentos ou não, seja intelectual ou político, marcam uma ruptura com as gerações precedentes de historiadores, pois, o contexto não é mais o mesmo.⁷⁸ Então, pode-se perceber claramente, o atual interesse dos historiadores sobre a recente história do Brasil, em especial, o período Ditatorial (1964-1985), em que cada vez mais se debruçam sobre os chamados “arquivos da polícia política” e, parte da sociedade civil se mostra engajada na luta pelo direito à abertura irrestrita destes arquivos, como exercício de cidadania.

No mesmo caminho seguem os atuais estudos sobre o período pré-64, em recortes temporais não muito distanciados, focalizando a conjuntura dos anos 50 e início dos 60, na qual a sociedade brasileira vivenciou um grande avanço nas lutas sociais e políticas, com a maior participação do proletariado e de setores populares. Na verdade, esta época foi dramática para a nossa sociedade, com as sucessivas crises institucionais da Terceira República (1945-1964), que se perfilaram nos anos 1954, 1955, 1961, até o trágico desfecho do Golpe Civil e Militar de 1964.

Referimo-nos aos acontecimentos que em conjunto apontam para o desgaste do modelo político da democracia brasileira, no período assinalado. Foram eles: o “suicídio” de Vargas e a crise de agosto de 1954, com a radicalização política a que se assistiu com os motins de indignação popular contra os adversários do presidente. A crise da posse de Juscelino Kubitschek, assegurada com a intervenção do general Henrique Teixeira Lott. A renúncia de Jânio Quadros e a tentativa de golpe pelos ministros militares do presidente contra a posse do vice-presidente João Goulart, eclodindo a Campanha da Legalidade, na qual o Brasil quase foi arrastado a uma guerra civil. E, finalmente, o governo Jango, que foi marcado por grande instabilidade política, em meio à implantação do parlamentarismo e das tentativas do presidente em reconquistar os plenos poderes, às pressões populares e ao radicalismo de parte das esquerdas para a realização das Reformas de Base e à conspiração golpista das forças direitistas contra o governo, que culminaram com a ruptura do sistema democrático em 1964, instalando uma ditadura militar.

⁷⁷ Referimos-nos aos historiadores que, por exemplo, participaram diretamente dos acontecimentos da ditadura militar, e que hoje escrevem sobre as suas experiências, ou dos grupos revolucionários a que pertenceram. Estas questões também são partilhadas por vários profissionais não-historiadores que produzem obras memorialísticas, ou analíticas, sobre o período.

⁷⁸ CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para a história do tempo presente*. Bauru: EDUSC, 1998.

Atualmente os historiadores em diversas frentes de batalha estão “exorcizando” fantasmas deste recente passado, refutando as antigas categorias analíticas sobre a crise democrática que acarretou no Golpe de 1964, principalmente, os conceitos de populismo. Segundo Daniel Aarão, durante muito tempo os acadêmicos da geração que passaram pela ditadura, culpavam em geral, as esquerdas e os trabalhadores “sem consciência de classe”, pela inocência política de se deixarem seduzir pelas artimanhas do populismo. Também não faltaram análises que colocavam toda a culpa no atraso de nossa sociedade, por conta da estrutura arcaica do capitalismo brasileiro, que teria nos colocado na condição de subdesenvolvidos no sistema centro-periferia. Por fim, para não estender o index, alguns responsabilizaram o sistema democrático do período pelos acontecimentos, tratando o Brasil como uma “republicueta americana”.⁷⁹

Em história, várias vezes deparamos com vestígios do passado que ainda podem ser encontrados no presente. A referência ao populismo e aos políticos populistas, para alguns políticos, continua a ser um jargão utilizado como ataque virulento aos adversários, pois populista sempre é o outro, nunca os seus partidários ou você mesmo. Seguindo o exemplo do termo populista, que traz um mal-estar na política brasileira, outra coisa também não se torna pública. Declarar ser de direita parece impróprio, um termo proibido para as forças conservadoras da sociedade, ou seja, o direitista não assume que é reacionário.⁸⁰

Entretanto, ecos de 1964 ainda podem ser ouvidos, indicando que a direita radical continua em atividade:

Aos leitores,

Esta “Edição Histórica” é dedicada àqueles que – não tendo vivido à época que precedeu o Movimento Cívico-Militar de 1964 e, conseqüentemente, não conhecendo a verdade dos fatos que marcaram aquele acontecimento – têm sido alvo preferencial da mídia facciosa, da cátedra marxista e da intelectualidade esquerdista quando tratam dessa matéria.

O que aqui será apresentado, não são conceitos gerados na caserna. São opiniões e notícias que retratam o pensamento dos principais órgãos formadores de opinião e membros da sociedade brasileira, conclamando e convocando as FFAA para uma atuação firme e decisiva naquele momento importante da nossa História.⁸¹

E, de forma ainda mais incisiva tentando evocar os antigos “fantasmas”, mesmo que seja para atacar o governo do Presidente Lula:

⁷⁹ AARÃO REIS FILHO, D. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, 2001.

⁸⁰ TOLEDO, Caio Navarro. Ninguém assume que é reacionário. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 26, p. 4-5, Dez. 2005. Edição especial (A direita brasileira).

⁸¹ Cf. INCONFIDÊNCIA. Belo Horizonte: Grupo Inconfidência, n. 80, Ano X, 31/03/2005. 28 p. Edição Especial (41º Aniversário do movimento cívico-militar de 31 de março de 1964). Editorial.

A COMUNIZAÇÃO DO BRASIL EM CURSO

Neste momento histórico, a única resposta eficaz ao processo de TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO em curso no país é a resistência política e ideológica das

- 1 - organizações democráticas;
- 2 - Partidos políticos liberais-democráticos;
- 3 - Judiciário;
- 4 - Sociedade nacional;
- 5 - Imprensa independente;
- 6 - Ministério Público.⁸²

Neste sentido, não há como separar as expressões que se tornaram clássicas no imaginário político: “populismo na política brasileira”, “comunização do Brasil”, “Revolução de 1964”, das relações entre história, memória e poder. Para exercer o poder no tempo presente, é necessário formular certa versão sobre o passado apresentada como verdadeira. Nas palavras de Marc Ferro, “controlar o passado ajuda a dominar o presente, a legitimar tanto as dominações como as rebeldias”.⁸³ Assim, o domínio e a interpretação da memória, possibilitam criar uma maneira particular de lembrar o passado e um processo seletivo sobre o que deve ser lembrado e adotado como versão oficial da história, sendo próprios aos grupos que aspiram ao poder ou que defendem a sua manutenção.

Por sinal, todo processo de memória constitui-se numa seleção, em que pessoas e não grupos se lembram do passado. É na reconstrução do passado feito por um indivíduo no presente, que se formula a sua identidade ou a de seu grupo social. A memória individual ou coletiva é resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, para um indivíduo ou para seus pares, operando-se todo um “trabalho de enquadramento e de manutenção da memória”,⁸⁴ que consiste em privilegiar acontecimentos, datas e personagens dentro de determinada óptica.⁸⁵

O historiador não se isenta disto. Cabe a ele recolher informações de diversas fontes, selecionar, organizar, arquivar e, por fim, escrever a versão sobre a história pautada nos diversos “lugares de memória”. Para o historiador captar o significado de certa produção de uma memória, individual ou coletiva, deve analisar o contexto em que a memória foi produzida e traçar os parâmetros em que se processam as relações de poder sobre a história. Ou seja, é necessário ele ter, como fator importante de sua análise, como e porque a memória sobre um determinado período histórico foi construída e de que maneira ela chegou até nós, e

⁸² Cf. INCONFIDÊNCIA. Belo Horizonte: Grupo Inconfidência, n. 82, Ano X, 27 de maio de 2005. 28 p. Primeira página.

⁸³ FERRO, Marc. *A manipulação da História no Ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: IBRASA, 1983.

⁸⁴ ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 36-37.

⁸⁵ POLLAK, 1992.

também “o que nós fazemos do que fizeram sobre a nossa história”,⁸⁶ parafraseando Sartre. Isto se aplica diretamente sobre as lutas sociais durante os governos ditos “populistas”, tanto quanto sobre o “Golpe de 64” e a Ditadura no Brasil.

Destacamos que o ano de 2004 assinalou o quadragésimo aniversário do Golpe Civil e Militar, executado entre 31 de março e o dia 1º de abril de 1964, de modo que, ainda sob o impulso das efemérides, muito foi produzido e debatido em cada canto do Brasil, com maior ou menor intensidade. Seus ecos, como anteriormente apontamos, podem ser percebidos no movimento de parte da sociedade civil, que reivindica a abertura dos “arquivos da ditadura” e, mesmo através da produção acadêmica, em que vários pesquisadores dedicaram e continuam a reescrever os capítulos desta “história maldita”. Uma história que devemos lutar para que nunca se repita. E, por isso, revisitar as memórias sobre estes acontecimentos, reinterpretando o passado e revelando novos fatos, personagens e lugares, serve como forma de resistência no nosso tempo presente.

De acordo com Lucília Neves, o melhor entendimento sobre a produção dos conhecimentos histórico e historiográfico deve considerar a articulação de dois tempos distintos: o primeiro referente ao desenrolar dos acontecimentos e processos, e, o outro, inerente à produção de interpretações e narrativas sobre esses acontecimentos e processos.⁸⁷ Com isso, o processo histórico que marcou a trajetória republicana brasileira até ao Golpe de 1964, tem sido objeto de inúmeras interpretações e disputas de memória, tanto divergentes, quanto complementares, todas elaboradas sob forte influência das demandas internas referentes ao tempo histórico em que foram produzidas. Portanto, o contexto histórico influi sobre as orientações historiográficas quaisquer que sejam os períodos estudados, porém, não se restringem a tal influência. Como afirma Sirinelle: “a comemoração, produto – diferenciado – de uma história, pode estimular e renovar uma historiografia que por sua vez pode influenciar na história ou, pelo menos, na representação que dela fazem os franceses.”⁸⁸

Porém, isto não é privilégio particular dos franceses. A comemoração dos “Quarenta Anos do Golpe de 1964”, ao revisitar a memória de nosso passado recente, promove debates, enfrentamentos de memória e novas abordagens, que estão contribuindo para a renovação da historiografia brasileira. Na “comemoração”, os acontecimentos passam a ser recontados, não somente no rastro de um homem público, mas ganham as ruas e buscam os cidadãos comuns,

⁸⁶ LE VAN, Michel Marie. Memória no tempo presente. *Revista do Legislativo*, Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 38, jan. – dez., 2004. p. 60.

⁸⁷ DELGADO, L. de A. N. 1964: temporalidade e interpretações. In: AARÃO REIS FILHO, D.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 82.

⁸⁸ SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, tempo e história. In: CHAUVEAU; TÉTARD, 1998.

dando voz aos excluídos da história oficial. Ambos os personagens, homens públicos e cidadãos comuns, são reativados pelo exercício de memória, podendo influir diretamente ou indiretamente sobre a história de seu tempo.

Então, torna-se relevante, em tempos atuais, revistar também as memórias construídas sobre os anos imediatamente anteriores ao Golpe Civil e Militar de 1964, através dos debates historiográficos. Assinalamos que os trabalhos sobre este período são bastante numerosos, os quais remetem a uma gama enorme de interpretações, porque se refere a um contexto de crise na sociedade, além de envolver universos distintos entre os diversos atores sociais. Assim, ao focalizarmos os embates de memórias em relação àquela experiência, nos interessa apontar as principais questões que orientam os recentes estudos relativos à produção do conhecimento histórico centrada nas interpretações do Golpe de 1964, pelo qual pautamos este trabalho. O período assinalado, como anteriormente destacamos, é marcado por grandes lutas sociais e uma forte polarização ideológica da sociedade, que levada ao extremo acarretou com a ruptura da ordem democrática. Isto nos traz duas importantes possibilidades. A primeira refere-se ao objeto de nosso estudo, permitindo compreender melhor o comportamento das esquerdas engajadas pelas reformas sociais. A outra que está interligada à primeira, pode-nos indicar respostas às questões limítrofes pertinentes a nossa democracia no tempo presente.

Para tanto, recorreremos às tipologias apresentadas por Lucília Neves,⁸⁹ que procura classificar de forma sintética as principais correntes interpretativas sobre 1964, elucidando as questões de memórias no âmbito historiográfico. A primeira delas se refere às análises estruturalistas e funcionais para o processo econômico, social e político que resultou a tomada do poder em 1964. Seus defensores tinham a idéia corrente no meio acadêmico, de que o processo de industrialização tardia do Brasil, marcado pelas profundas contradições entre os modelos agrário exportador e o desenvolvimentista nacionalista, frente à nova estrutura econômica internacional encetada pela Guerra Fria, seria diretamente responsável pela crise e a conseqüente ruptura institucional. A conjuntura acarretava uma grave crise social e política que entravava o desenvolvimento econômico brasileiro. Para eles, o golpe era inevitável, denunciando o “pacto populista” como combustível para o desenvolvimento da crise. Como a conjuntura negativa se arrastava há décadas, trabalhavam com a concepção de tempo longo.

⁸⁹ DELGADO, 2004.

Outra corrente interpretativa enfatiza o caráter preventivo da intervenção militar e civil de 1964, diante da crescente e autônoma organização de diferentes segmentos da sociedade civil. Na óptica preventiva, o Brasil poderia estar caminhando em direção ao socialismo, através da força dos movimentos populares e pela execução de programas governamentais reformistas e de caráter distributivo.

Segundo Lucília Neves, estas análises mesclam as concepções de tempo longo e curto, ao relacionar as condições estruturalistas da realidade brasileira com a ação conjuntural imediata. Para a autora, o caráter preventivo do golpe, articulou o confronto entre os setores conservadores e multinacionais com a ala reformista do PTB, o grupo trabalhista radical, e com os movimentos populares e sindicais no âmbito da sociedade civil. O tríplice confronto revelava a inviabilidade de um governo comprometido com os sindicatos e sustentado por um único partido político, cujo espectro formado ultrapassava os mecanismos de pressão e ação política propostas no pacto social e que acabava aglutinando outros setores sociais, como as Ligas Camponesas, os estudantes, militares nacionalistas, a Igreja de Base e também o PCB. Então, davam-se claros contornos a um programa reformista de caráter nacionalista, antiimperialista e estadista.⁹⁰

Uma terceira corrente privilegia a versão conspiratória. Seus defensores advogam que a ruptura da ordem política foi decorrente de uma ampla aliança que reuniu os setores: das forças armadas anticomunistas, parte expressiva do empresariado nacional, latifundiários e demais ruralistas, a cúpula da Igreja Católica, a grande imprensa internacional com interesses econômicos no Brasil e entre os partidos políticos, destacando-se a ala denominada de “raposas” do PSD, o PR, e, principalmente, a UDN através da liderança de Carlos Lacerda. Na visão dos conspiradores era evidente “o perigo vermelho”, uma vez que “a dinâmica de transformações das formas populistas de organização sob controle da população”, apresentavam-se cada vez mais independentes.

Por fim, há as interpretações que articulam as idéias de ação política conjuntural e de falta de compromisso com a democracia. Seus defensores destacam variáveis conjunturais e predominantemente política que desdobraram no Golpe de 1964. Esta linha interpretativa valoriza os aspectos políticos da conjuntura do pré-64, enfatizando a falta de compromissos com a democracia, tanto dos segmentos das esquerdas, quanto de setores conservadores e de direita. Desta forma, a “radicalização” política e não fator especificamente estrutural foi responsável pelo rompimento da ordem constitucional vigente.

⁹⁰DELGADO, 1989.

Também, podemos notar que a publicação da coletânea de textos sobre o Seminário “40 anos do Golpe de 1964”,⁹¹ realizado no Rio de Janeiro, entre 22 e 26 de março do Ano de 2004, no IFCS/UFRJ, ICHF/UFF e na FGV, figura como uma das mais importantes realizações sobre o tema, e que junto com outros eventos e publicações nos permite traçar um momento ímpar na historiografia brasileira. Além disso, em 2004, foi lançada uma nova edição de “*Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*”,⁹² obra importante que analisa um conjunto de entrevistas inéditas com militares que participaram e articularam o Golpe de 1964. Por outro lado, não podemos deixar de registrar o lançamento de uma coletânea de livros, feito pela Editora da Biblioteca do Exército, que no conjunto das obras, ao contrário, não desmente a versão que sustenta as razões para o desfecho do Golpe e o suposto triunfo da “Revolução de 64”.⁹³ Como podemos perceber, talvez a nível ideológico, de dentro da historiografia, trata-se de um embate entre relações de forças antagônicas, ainda por se resolver, que, positivamente, trará contribuições para a escrita de novos capítulos de nossa história recente. Assim, os historiadores devem compreender como e porque determinados “trabalhos de enquadramento e de manutenção de memórias” têm sido empreendidos, seguindo a lógica interna do contexto histórico em que são produzidas, as incoerências próprias do exercício de rememorar, e a fragmentação e divisões inerentes as questões da memória. Em conjunto estes elementos devem se relacionar com as possíveis conseqüências para a construção de uma sociedade democrática nestes “brasis do Século XXI”.

No campo de embates entre a memória sobre “o Golpe e a Ditadura no Brasil”, Daniel Aarão destaca alguns aspectos relevantes da história recente da ditadura militar, relacionando determinados acontecimentos e episódios à memória que se construiu a respeito.⁹⁴ Segundo o autor, ao longo destas quatro décadas, visões e interpretações tendem a apagar o grande embate social anterior ao Golpe, e enfatiza a presença de uma “inventada resistência democrática” das esquerdas revolucionárias de armas nas mãos. Além disso, grandes partes das análises culpam os militares como os únicos responsáveis pela “ígnomínia do arbítrio” e procuram mostrar que todos, de uma forma ou de outra, resistiram bravamente à

⁹¹FICO, Carlos et al (orgs.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

⁹²D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

⁹³A coletânea consta de dez volumes, com extensa transcrição de depoimentos de militares sobre o golpe e a ditadura militar, uma tentativa de reconquistar terreno nas intensas batalhas travadas atualmente no campo das memórias do Brasil recente.

⁹⁴AARÃO REIS FILHO, D. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: AARÃO REIS FILHO, RIDENTI; MOTTA, 2004.

ditadura e contribuíram decisivamente para a “grande reconciliação nacional” com a implantação da Nova República, a partir de 1985.

As grandes lutas sociais travadas antes do Golpe apontam um contexto em que a democracia através de reformas estava presente na agenda política, mesmo que alguns setores que compunham o espectro político das esquerdas apostassem em outros caminhos. No debate que se tem travado com mais insistência nos últimos anos a respeito da luta das esquerdas e dos progressistas de modo geral contra a ditadura e em defesa da democracia, diversos estudos têm convergido para um mesmo ponto: não constava entre as principais propostas das esquerdas, na conjuntura pré-1964, o aprofundamento da democracia.⁹⁵ Isto é confirmado quando observamos que no campo das esquerdas também não se descartava um golpe, sendo que alguns setores já se preparavam para a luta armada desde 1961, como foi o caso das Ligas Camponesas,⁹⁶ cujo líder Francisco Julião havia montado campos guerrilheiros.⁹⁷ Em discurso pronunciado no dia 21 de abril de 1962, em Três Marias, interior de Minas, Julião declarava refletindo a radicalização dos trabalhadores rurais: “*Reforma Agrária, na lei ou na marra: com flores ou com sangue!*”.⁹⁸

Via de regra, os estudos históricos sobre o referido período centram suas análises na correlação de forças antagônicas, cujo desfecho seria inevitavelmente o golpe pelas esquerdas ou pelas direitas. Estudos como os de Argelina Figueiredo resistem a esta tese e apontam para a existência de alternativas que não fossem necessariamente o desfecho golpista por um ou outro lado.⁹⁹ O corolário do argumento da autora é que entre 1961 e 1964, escolhas e ações específicas do governo Jango abalaram as possibilidades de ampliação e consolidação do apoio para as reformas e reduziram as oportunidades de implementar, sob as regras democráticas do período, um compromisso seguro sobre essas reformas. As duas tentativas de implementar um conjunto viável de reformas não foram bem-sucedidas por diversos motivos. As manobras políticas de Jango, oscilando entre o radicalismo das esquerdas e a aliança centrista, aspecto que levou ao isolamento político do Presidente, trouxeram um acúmulo de

⁹⁵ No caso do PCB, a nova linha política não tinha compromissos com o capitalismo e mesmo não propunha defender a democracia unilateralmente, pois objetivava um salto qualitativo para a etapa socialista da revolução. AARÃO REIS FILHO, op. cit., 2005, p. 89.

⁹⁶ Cf. *Nosso Século*, n. 68, Especial 1960/1980. As Ligas Camponesas eram um fenômeno nacional. Estavam implantadas em todos os estados do Nordeste e começavam a ser organizadas em Minas e nos Estado do Rio. Em Pernambuco, as ligas contavam cerca de 40 mil associados. Na Paraíba, apenas uma liga, a de Sapê, somava 12 000 sócios.

⁹⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil. 1961-1964*. 7. ed. RJ: Revan; Brasília: EDUNB, 2001. p. 15.

⁹⁸ Cf. *Binômio*, Belo Horizonte, 07/05/1962. Segundo Caderno, p. 2.

⁹⁹ FIGUEIREDO, Angelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

fracassos cujos efeitos foram devastadores para uma coalizão de centro-esquerda, capaz de garantir um acordo que viabilizasse um programa mínimo de reformas e de barrar o movimento direitista contra o governo.

Para compreendermos o contexto que se insere na política de Reformas de Base durante o governo Jango, e, conseqüentemente, os embates sociais dentro de nossa sociedade, discorreremos sobre as análises históricas que privilegiam o cruzamento das idéias de ação política conjuntural e da falta de compromisso com a democracia, enfatizando a questão da metamorfose na defesa da legalidade ocorrida no bojo das esquerdas.¹⁰⁰ Por ação conjuntural (tempo curto) compreende-se as variáveis predominantemente políticas, destacando a ausência do compromisso com a democracia, tanto para os setores de esquerda, quanto para os grupos conservadores e de direita. Em relação à questão da legalidade, os acontecimentos desde a renúncia de Jânio Quadros até o desfecho do Golpe de 1964, vão mostrar que (embora alguns estudos apontem que a democracia não era prioritária na agenda das direitas e das esquerdas) ao observar a transmutação ocorrida com a bandeira da legalidade, podemos melhor esclarecer sobre o comportamento no interior destas forças políticas e seu posicionamento em relação à própria democracia. Ou seja, ao enfocarmos o campo das esquerdas, particularmente, sobre o trabalhismo reformista, consideramos a ação política conjuntural; o compromisso com a democracia e a questão da legalidade, como elementos intrínsecos e determinantes para a compreensão da crise política que se abateu sobre as instituições democráticas, levando a ruptura da ordem constituída.

A questão sobre a bandeira da legalidade vem sendo apontada em estudos recentes sobre o período 1961-1964, como uma das importantes variáveis analíticas, na medida em que está diretamente relacionada às problemáticas dos compromissos das diversas forças políticas com a democracia. Alega-se que houve uma transmutação de valores de posicionamento sobre a defesa da legalidade, que teria afetado tanto as esquerdas quanto às direitas.¹⁰¹ As forças reunidas no espectro político das esquerdas teriam pago um preço caro por não se atentarem para esta transformação.

No primeiro momento, com a tentativa das forças conservadoras em impedir a posse de João Goulart, as esquerdas se posicionaram a favor da lei e da ordem vigente, através da Campanha da Legalidade, liderada pelo Governador gaúcho Leonel Brizola. As esquerdas saíram vencedoras, mas foi uma “vitória de Pierrô”,¹⁰² uma vez que a solução encontrada pelo

¹⁰⁰ DELGADO, 2004, p. 24.

¹⁰¹ AARÃO REIS FILHO, 2004, p. 36-40.

¹⁰² Personagem carnavalesco sentimental que tem como uma de suas principais características a ingenuidade.

impasse institucional foi através do dispositivo parlamentarista, que limitava o campo de ação do Presidente Jango e desarmava, provisoriamente, quaisquer tentativas de se implementar uma política mais comprometida com as reformas sociais, almejadas pelas forças de esquerda.

Em 1963, com a esmagadora vitória do presidencialismo no plebiscito, deu novo fôlego para as esquerdas. Os acontecimentos que se sucederam até março de 1964, apontam que a “radicalização” política da sociedade brasileira iria mostrar a outra face da moeda. A partir do Comício na Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, as esquerdas contando com o apoio de Jango, optaram pelo enfrentamento direto para impor as Reformas de Base. O compromisso das esquerdas com a democracia se esvaecia. Portanto, como afirma Daniel Aarão: “a posição defensiva, de defesa da legalidade, metamorfoseava-se em posição ofensiva, e, se fosse o caso, contra a lei”. Neste contexto, as forças conservadoras e direitistas alegavam que a intervenção militar era necessária para “restaurar a democracia” e salvar as liberdades civis do “perigo vermelho”.¹⁰³

Em conformidade com a hipótese da “transmutação da bandeira da legalidade”, duas variáveis são possíveis. A primeira se refere ao universo conspiratório militar e civil que encetaram tentativas de golpe durante as crises de 1954, 1955, 1961 e com a efetivação do empreendimento golpista em 1964. Trata-se de verificar, como e porque as forças conservadoras e direitistas procederam aos embates internos em relação à legalidade e a democracia, nos diversos momentos durante os dez anos de crise que abalaram os alicerces de nossas instituições democráticas. Embora nosso objeto de estudo seja o espectro político das esquerdas, ao focalizar o processo de crise e radicalização da sociedade, não podemos perder de vista o outro lado. Cabe destacar que no universo de análise sobre o espectro das direitas, quatro autores podem ser tomados como paradigmáticos ao privilegiar a versão conspiratória e anticomunista, também indicando a viabilidade de realização de outros trabalhos que procurem aprofundar os temas abordados, são eles, Moniz Bandeira, René Dreifuss e Heloísa Starling e Rodrigo Patto.

O trabalho de Moniz Bandeira, já em sua primeira edição (1977), tornou-se um marco na bibliografia sobre o tema dado que foi o primeiro a desmistificar, em termos acadêmicos, o golpe de Estado implantado em 1964, valendo-se de uma vasta pesquisa com fontes primárias ou impressas, assim como depoimentos de diversos personagens que participaram da ascensão e queda do governo de João Goulart. Na sétima edição, publicada no ano de 2001, o autor aprofundou sua pesquisa com base na enorme e diversificada

¹⁰³ AARÃO REIS FILHO, 2004, p. 36.

documentação liberada nas últimas duas décadas pelas autoridades brasileiras e estadunidenses. Este autor também realizou um levantamento sobre a ampla bibliografia produzida desde o final dos anos 70, acrescentando novos dados e informações, que lhe permitiu a elaboração de um amplo painel político, econômico e social do Brasil durante os anos que antecederam ao golpe.¹⁰⁴ O corolário da análise de Bandeira enfatiza a atuação internacional no movimento conspiratório, sobretudo a ingerência do governo estadunidense, através do apoio efetivo da CIA e do capital internacional. A tese do autor pode ser comprovada por dois fortes argumentos: os amplos investimentos da CIA nas estratégias políticas dos grupos conservadores e a Operação Brother San, prevendo o desembarque dos *marines* estadunidenses no país, caso houvesse uma reação do governo brasileiro e dos movimentos populares com o desfecho do Golpe de 1964.¹⁰⁵

René Dreifuss, por sua vez, centrou a análise sobre o papel do empresariado na campanha golpista contra o governo de Jango, destacando os fatores intrínsecos ao golpe, tais como, a capacidade de organização e de mobilização do grupo conspiratório.¹⁰⁶ Argelina Figueiredo, pesquisadora sobre o período em pauta, assinala duas importantes críticas ao trabalho de Dreifuss. Por um lado, o autor dá pouca importância aos fatores externos e à situação econômica do país, assim como pouco avalia o conteúdo das políticas governamentais, principalmente em relação às Reformas de Base. Do outro lado, Figueiredo também aponta a demasiada ênfase do autor à “ação de classe” da burguesia, enquanto uma conspiração única e sob um comando unificado pelo tipo de aliança que se fez com parte das Forças Armadas. A autora ainda assinala que este aspecto precisa ser observado à luz de uma análise que considere aquele movimento golpista como essencialmente heterogêneo e multifacetado.¹⁰⁷

Reduzindo a escala de observação para o caso mineiro, destacamos o trabalho de Heloísa Starling, a qual sob a orientação de Dreifuss, realizou uma pesquisa substancial a exemplo do que fez seu predecessor em escala nacional. A autora em questão pesquisou sobre o processo de conspiração das direitas mineiras que culminou no Golpe Civil e Militar de 1964.¹⁰⁸ Destacamos entre os resultados de sua pesquisa, a desmistificação das confusas suposições sobre “o golpe dentro do golpe”, ao comprovar as articulações e os objetivos

¹⁰⁴BANDEIRA, op. cit., 2001.

¹⁰⁵BANDEIRA, 2001, pp. 81-86; pp. 173-74; *passim*.

¹⁰⁶DREIFUSS, René. 1964. *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁰⁷FIGUEIREDO, 1993.

¹⁰⁸STARLING, Heloisa M. Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o Golpe de 1964*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

pretendidos pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e pelas lideranças civil e militar, que de fato, confirmam o Golpe de 1964, não como simples golpe militar, mas “um movimento altamente civil e político em sua formação e execução”. Desta forma, a dimensão do universo conspiratório não deve ser limitado ao triângulo Rio/São Paulo/ Belo Horizonte. Starling também ressalta que, não obstante a engrenagem montada pelo IPES a nível nacional, torna-se necessário a “formulação de novas linhas de investigação sobre a existência de um conjunto de múltiplas articulações a nível regional que consistiram a base de sustentação para a implantação do projeto”.¹⁰⁹

Rodrigo Patto analisou criticamente a história do anticomunismo no Brasil, debatendo as interpretações que apresentam o fenômeno como facetas de uma mera conspiração imperialista, ora como mero “fantasma” manipulado pela burguesia dominante, ora como rele manifestation de irracionalismo e fanatismo, assim como, aqueles que o trataram de modo exagerado e caricato (ex. o senador estadunidense Joseph McCarthy e o almirante brasileiro Carlos Penna Botto), atraindo contra si manifestações de escárnio e zombaria.¹¹⁰ Com efeito, a “ameaça comunista”, o “perigo vermelho” serviu como pretexto para justificar golpes autoritários, reprimir movimentos populares, garantir interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas, mantendo inalterado o *status quo*.

Assim, na crise de 1964 o argumento mais forte apresentado nos discursos favoráveis à derrubada do governo foi o anticomunismo, mesclado às acusações de que Jango pretendia implantar um regime autoritário de esquerda. Porém, como aponta o autor, as justificativas e argumentos para o Golpe de 1964, não coincidem necessariamente com as intenções e projetos inspiradores de suas ações. Embora, o anticomunismo tenha sido central nos discursos e representações dos grupos favoráveis ao golpe, isso não implica dizer que o motivo principal da coalizão golpista fosse combater o comunismo, mas se inspiraram na insatisfação conservadora com as Reformas de Base projetadas à desconfiança dos liberais com a inclinação nacional-estatista do governo, passando pelos grupos a quem incomodava a política externa “independente” de João Goulart (por sua vez, iniciada no curto período do governo Jânio Quadros).¹¹¹

A segunda variável deve dar conta de explicar a metamorfose ocorrida com as esquerdas, desde a plataforma de resistência de agosto de 1961 até a posição ofensiva engendrada a partir do “Comício do dia 13 de março”, realizado na Central do Brasil, em

¹⁰⁹ STARLING, 1986, p.334.

¹¹⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

¹¹¹ MOTTA, R. O anticomunismo militar. In: FICO, op. cit., 2004.

1964. Nota-se que, em conformidade com a hipótese da “transmutação da bandeira da legalidade”, deve-se considerar que havia opções defendidas por parte das esquerdas favoráveis ao aprofundamento da democracia, ainda que por vias legais através do parlamento, sem que recorresse à irrupção revolucionária ou golpista imediata. Sendo assim, tal perspectiva está de acordo com a análise de Argelina Figueiredo, que evidencia a existência de uma solução negociada para a crise política, que combinasse democracia e reformas sociais. Com isso, ao enfocarmos a trajetória de Clodesmidt Riani, tomada como exemplar para compreendermos melhor alguns aspectos da cultura política trabalhista, levantasse a possibilidade de verificar estas questões em torno da defesa da legalidade através dos relatos contidos em suas memórias, o que será retratado no capítulo sobre sua biografia.

Contudo, as forças políticas mais diversas acabaram, a partir de certo momento, alinhando-se a uma ou outra proposta para a sociedade brasileira daqueles anos. Daí que, como assinalamos anteriormente, mais do que em outras conjunturas, é necessário falarmos em esquerda e direita no plural, significando que, em cada termo, agruparam-se posições, lideranças e forças diversas, de um lado a outro do espectro político.

Em suma, partilhamos da idéia de que naqueles anos dramáticos para a sociedade brasileira, vários fatores referentes aos tempos históricos, de longa e curta duração, se mesclam para a compreensão de uma crise histórica complexa, que acarretou com o Golpe de 1964. Por este viés, imbricam-se elementos da conjuntura política, em que se defrontam e integram-se evoluções estruturais de longa e média duração, que se revelam num cenário marcado por uma forte polarização política e ideológica no bojo da sociedade, reforçando a tese sobre a “ação conjuntural” e a falta de compromisso com a democracia. E também acontecimentos que irrompem, quer por serem imprevisíveis, dado o imediatismo das ações, quer por ocorrerem em contextos diferentes, como procuram demonstrar as interpretações sobre a versão conspiratória e aqueles que defendem o caráter preventivo da intervenção militar e civil sobre o governo democraticamente constituído. Como afirma Lucília Neves:

Analisar os fatores que engendram rupturas de ordens democráticas é tarefa complexa, supõe identificação e compreensão da multiplicidade de variáveis presentes nas conjunturas que precedem essas rupturas e supõem também identificação de elementos de longa duração que se atualizam nessas conjunturas. No Brasil de 1964, fatores inerentes aos tempos históricos de longa e curta duração se entrecruzam, conformando uma crise complexa, que não cabe ser interpretada através de qualquer tipo de esquema teórico preestabelecido, pois cada dinâmica histórica é singular.¹¹²

¹¹² DELGADO, 2004, p. 26.

De acordo com a autora, analisar qualquer período histórico marcado por profunda crise, social, política e econômica, requer o reconhecimento de que esquemas teóricos preestabelecidos formatariam as interpretações sobre as possíveis respostas que as fontes históricas possam nos fornecer. Entretanto, ao realizar a revisão bibliográfica sobre o tema, podemos constatar a compatibilidade, ou mesmo o compartilhamento de referências em comum por vários estudiosos do assunto, que apontam para chaves-interpretativas sobre o período histórico, caracterizado como a “crise do populismo”. Neste caso, abrem-se novas perspectivas, com a mudança de olhares sobre as fontes já utilizadas em trabalhos anteriores, ou mesmo, através do uso de novas fontes históricas, evidenciando que os embates entre as memórias sobre a conjuntura do Governo João Goulart e o Golpe de 1964, contribuem de forma significativa para a produção historiográfica, ao mesmo tempo, que nos permite realizar uma reflexão sobre a nossa democracia no tempo presente. Tais questões não podem passar despercebidas pelos historiadores.

Então iremos revisitar os principais momentos da crise desenvolvida durante o Governo Jango, relacionando aos aspectos levantados anteriormente sobre as relações entre as culturas políticas de esquerda, entre trabalhistas, comunistas e nacionalistas de diversos matizes, que durante o final da década de 50 e início dos Anos 60, aglutinaram-se em torno das propostas reformistas para a sociedade brasileira. Nunca é demais lembrar, que as esquerdas devido à aproximação em torno do projeto nacional-estatista, compartilharam valores, crenças e idéias em comum reinterpretando e dando novo significado à luta por direitos sociais e políticos na construção da cidadania. Os resultados deste processo podem ser percebidos nas mais diversas regiões onde tais culturas políticas incidiram no cenário político, sobretudo naquele contexto em que a polarização política atingiu o clímax, praticamente dividindo a sociedade brasileira em duas partes antagônicas e não propensas ao diálogo democrático.

2. A crise política do Governo Jango

A 30 de agosto de 1961, cinco dias depois da renúncia de Jânio Quadros, os três ministros militares (Denys, da Guerra, Heck, da Marinha, e Moss, da Aeronáutica) achando-se no cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, manifestam-se contra a posse do sucessor legal, o

Vice-Presidente João Goulart (então em visita à República Popular da China). Seus argumentos centrais eram que, quando Jango exercera o cargo de Ministro do Trabalho, demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses da classe trabalhadora.¹¹³

Imediatamente o país se dividiu entre os que desejavam o *impeachment* de Jango (e a convocação de novas eleições presidenciais) e os que eram a favor da manutenção da ordem constitucional. Entre estes últimos, encontravam-se até mesmo adversários políticos de Jango, a exemplo dos udenistas Juraci Magalhães e Afonso Arinos de Mello Franco. Os partidários do *impeachment*, apesar do respaldo dos ministros militares, deparam com a oposição do Congresso, que se negou a vetar a posse do vice-presidente e criou uma comissão para estudar uma solução política conciliatória. Para criar um discurso em comum para ambas as facções, esta comissão propôs que se restringisse o poder do presidente, criando-se um regime parlamentarista.

A solução parlamentarista foi o resultado do sucesso de uma ampla coalizão formada em torno de dois objetivos básicos: primeiro, impedir o golpe tentado pelos ministros militares de Jânio Quadros, e, segundo, garantir o arcabouço institucional vigente, mantendo a legalidade democrática.¹¹⁴ Essa solução provisória (já que estava previsto um *referendum* popular para decidir entre os regimes presidencialista e parlamentarista) conseguiu impedir o golpe, mas também frustrou as expectativas dos grupos nacionalistas e de esquerda em relação às reformas sócio-econômicas, sobretudo após o desfecho favorável da Campanha da Legalidade, liderada pelo governador gaúcho Leonel Brizola.¹¹⁵

Registra-se também que, na Campanha da Legalidade, embora o povo do Rio Grande tenha sido protagonista destacado no movimento, aconteceram manifestações importantes em outros estados. Por exemplo, em Minas, o líder do movimento sindical, Clodesmidt Riani acompanhado de seus principais companheiros de luta, organizou uma manifestação pública nas ruas da capital mineira, acusando os absurdos cometidos pela polícia ao deflagrar uma série de prisões arbitrárias de sindicalistas e trabalhadores que estavam a favor da posse de Jango. Um manifesto escrito em forma de panfleto foi distribuído à população:

¹¹³ FERREIRA, Jorge. A Legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. In: *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹¹⁴ FIGUEIREDO, 1993, p. 51.

¹¹⁵ Para um relato mais detalhado deste movimento em terras gaúchas, ver Figueiredo (1993); Ferreira (1997; 2003; 2005).

O movimento sindicalista mineiro concita a todos os trabalhadores a se unirem na defesa intransigente das prerrogativas constitucionais, dos direitos conquistados com tanta luta, com tanto sofrimento. Protesta [...] contra o desrespeito do princípio constitucional da substituição do Presidente da República pelo vice-presidente eleito pela vontade livre e soberana do povo. Protesta contra a intervenção da terra de Tiradentes contra a prisão dos líderes dos trabalhadores, contra o amordaçamento da imprensa, contra invasão da sede do sindicato e da sede dos partidos. [...] Não ajudaremos os traidores a inscrever Minas Gerais na página negra da história do Brasil, reservada aos covardes.¹¹⁶

No dia 02 de setembro, o Congresso adotou a emenda que instituía o sistema parlamentarista. Suas prerrogativas indicavam que o poder Executivo passava a ser exercido por um conselho de ministros (gabinete), escolhidos entre os membros eleitos do Parlamento. O presidente da República tinha seus poderes limitados. Entre suas funções estava a de convocar o líder majoritário para que formasse, sob sua chefia, na qualidade de primeiro-ministro, um gabinete de ministros escolhidos entre os parlamentares do partido majoritário (PSD) ou de uma coalizão de partidos (a aliança histórica PTB-PSD).

A partir deste momento, para João Goulart governar significou um complicado malabarismo político. Sua posse fora garantida pelas forças moderadas, que, através do regime parlamentarista, lhe abriam um crédito de confiança limitado, a ser renegociado diante de cada iniciativa do governo. O apoio decisivo lhe vinha dos sindicatos, das organizações de esquerda e dos políticos nacionalistas, todos pressionando o Presidente na direção de uma política de reformas sociais. Recuperar os poderes presidenciais e conquistar a confiança dos moderados, sem perder apoio das bases de esquerda, foram as metas que o Presidente se propôs. Ao assumir a presidência, Jango lançou-se à organização de um Ministério moderado, representativo das diversas forças partidárias e, ao mesmo tempo, solidário com ele na campanha contra o regime parlamentarista. Assim foi o Gabinete chefiado pelo Primeiro-Ministro Tancredo Neves, figura expressiva do PSD.

Entretanto, a expectativa de vitória do presidencialismo era um fato consumado desde o início do governo Goulart, quando ainda se discutia a fixação da data para o *referendum*. Em agosto de 1962, depois da greve geral de 5 de julho, os três ministros militares publicaram um manifesto em defesa do plebiscito. O Congresso, pressionado pelos partidários de Jango, cedeu parcialmente, fixando para abril de 1963 a data-limite da consulta. O CGT, por sua vez, deu um ultimato ao Congresso: decretaria outra greve nacional, caso a data do plebiscito não fosse fixada até 15 de setembro. Assim, na data marcada, de um total

¹¹⁶ Cf. Manifesto. Belo Horizonte, 29/08/1961. Documento assinado por Clodesmidt Riani, presidente do movimento sindical mineiro. CMDCR.

de 12 773 260 votos, 9 457 448 foram pelo retorno do presidencialismo; 2 073 582, pela manutenção do parlamentarismo; 935 072, nulos, e 307 158, em branco.¹¹⁷

O Presidente João Goulart, encerrando o discurso de posse de seu primeiro Ministério presidencialista, no dia 24 de janeiro de 1963, declarou: “A palavra de ordem é trabalhar”. O tripé de sustentação de seu governo, a nível ministerial, foi constituído por San Tiago Dantas (Fazenda) e Almino Afonso (Trabalho) e Celso Furtado (Planejamento). Vencida a batalha contra o parlamentarismo, chegava à hora de solucionar os problemas econômicos e sociais que a nação enfrentava. Desta forma, o presidente João Goulart obtinha plenos poderes num país abalado por sucessivas crises, principalmente, marcada pelas séries de movimentos grevistas por parte da classe trabalhadora.

Durante o ano de 1961, 105 greves estremeceram o país. Embora a maioria delas reivindicasse melhores salários e cumprimento da legislação trabalhista, 8 tiveram um claro conteúdo político, ao exigirem, em agosto e setembro, a posse de João Goulart. Em outubro, uma greve geral bancária paralisou completamente o setor em todo o país e conseguiu um aumento de 40%. E no dia 15 de dezembro a CNTI tentou articular uma greve nacional pelo abono de Natal, que foi violentamente reprimida no Rio e São Paulo. Apesar do relativo fracasso do movimento, o Congresso aprovou o abono. Em 1962, o número de greves aumentou, chegando a 128. Duas, no entanto, vão marcar o período: a greve geral de 5 de julho, que exigia a formação de um Ministério nacionalista e democrático, e que teve como um de seus frutos a aprovação da Lei do 13º Salário; e a greve geral de 14 de setembro, que reivindicava a antecipação do plebiscito sobre a manutenção ou não do parlamentarismo. A greve durou três dias e o Congresso, sob pressão, marcou o plebiscito para janeiro de 1963. Goulart aumentou o salário mínimo em 75% e pediu aos dirigentes do CGT uma pausa nas greves.¹¹⁸

Em junho de 1962, a CNTI e o PUA, liderados por uma aliança entre o PCB e a ala esquerda do PTB, solidarizaram-se com Goulart na indicação de San Tiago Dantas para Primeiro-Ministro. Diante do veto do Congresso, estas organizações marcaram uma greve geral em todo o Brasil a ser deflagrada no mês de julho reivindicando um Gabinete nacionalista e a antecipação do plebiscito que poria fim ao parlamentarismo, dando plenos poderes ao presidente. Apesar de enfrentar a oposição do próprio Jango, a greve se realizou no dia 5 de julho. Em alguns estados a paralisação dos transportes urbanos; trens, aviões, portos, bancos, comércio e indústria, foi acompanhada de depredação de armazéns e casas

¹¹⁷ Cf. *Nosso Século*, n. 68, Especial 1960/1980, [s./d.]. CMDCR.

¹¹⁸ NEVES, 1981.

comerciais. A greve geral durou apenas 24 horas, sendo suspensa pelo comando sindical em atenção a um pedido expresso do Presidente.¹¹⁹

O movimento grevista impôs ao país duas lições políticas: a de que o parlamentarismo havia falido como saída de conciliação entre o Governo e a oposição, e que, a partir daquele momento, dia 5 de julho, as greves passariam de fato, a funcionar como arma de pressão política. Logo depois da greve, o 4º Encontro Sindical Nacional dos Trabalhadores, em São Paulo, de 17 a 19 de agosto de 1962, oficializou a formação de um organismo intersindical, transformando o Comando Geral da Greve em Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Na ocasião, Clodesmidt Riani foi aclamado presidente do CGT, ele nos relata que:

Neste encontro o que eu gostaria de deixar registrado é que no tocante à estrutura sindical, tivemos alguns dos seguintes pontos e resoluções:

- I. Apoio à ação exercida pelo Comando Geral dos Trabalhadores, integrado pelas Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais, por sua orientação firme e decidida nos últimos acontecimentos políticos, especialmente na direção da greve política de 5 de julho de 1962. Diante do prestígio e respeito pela massa trabalhadora e as organizações sindicais do nosso País, o Comando Geral dos Trabalhadores é transformado com aprovação do IV Encontro Nacional Sindical, em órgão de orientação, coordenação e direção do movimento sindical brasileiro.
- II. O comando Geral dos Trabalhadores será composto de dois representantes das Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais e das C.P.O.S. (Comissão Permanente dos Órgãos Sindicais) da Guanabara, com sede no Rio de Janeiro, tendo sua secretaria funcionando na sede da CNTI.
- III. Em cada Estado ou Município, serão organizadas direções idênticas, tendo em conta a diversidade de sistemas em funcionamento em cada local, de Comissões, Conselhos, Pactos, etc.
- IV. O Comando, em cada Estado, se ligará e se representará no Comando Geral dos Trabalhadores, assim como os Municípios terão sua ligação com órgãos Estaduais. [...]
- V. Convocar o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores a ser procedido e baseado nas realizações dos Congressos, Conferência e Convenções, tanto no âmbito estadual como Municipal, assim como de várias categorias profissionais. [...]

Infelizmente não conseguimos realizar o IV Congresso...¹²⁰

Logo, o CGT empenhou-se na campanha pela antecipação do plebiscito, apoiada por Brochado da Rocha (chefe do novo gabinete de Jango) e pela FPN:

Houve a greve em 14 de setembro pelo Plebiscito. Foi uma das maiores vitórias. Há um memorial do CGT, mostrando que decidimos muitas coisas. Exigimos, se até o dia 15 não resolvessem, iríamos para a greve geral. Em setembro, o

¹¹⁹ Ibidem.

¹²⁰ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 228-29. Depoimento de Clodesmidt Riani e documento particular citado pelo mesmo.

Congresso aprovou o plebiscito para 6 de janeiro de 63. Impusemos – o CGT e a massa sindical brasileira – ao Congresso Nacional, e foi a nossa grande vitória. Os dirigentes sindicais da CNTI participaram ativamente na campanha para realização do plebiscito.¹²¹

Embora apoiassem as Reformas de Base preconizadas por Jango, as lideranças dos trabalhadores estavam longe de ser inteiramente submissas. Havia entre elas e o presidente uma relação de dependência e de tensão. Quando o movimento grevista crescia e os líderes não conseguiam conter a pressão das bases, a tensão aumentava. O mesmo acontecia quando Goulart se aproximava dos conservadores. Além disso, diante da crescente inquietação dos empresários e fazendeiros, João Goulart procurou canalizar a maré reivindicatória das massas, incorporando-a ao sistema por meio de campanhas nacionais de sindicalização, promovidas pelo Ministério do Trabalho. Estas campanhas permitiram um elevado crescimento da sindicalização dos trabalhadores e, conseqüentemente, trouxeram um aumento na pressão política dos sindicatos.¹²²

Em 1962, como vimos anteriormente, ocorreram as duas grandes greves que sacudiram o país durante o governo parlamentarista de Jango, a primeira, a de 5 de julho, foi coordenada pelo Comando Geral de Greve, formado pelas confederações e federações sindicais. Naquele momento de luta, os líderes sindicais perceberam a oportunidade de organizar uma central de sindicatos com atividade permanente. Surgiu assim o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que, na segunda greve nacional em setembro, estava plenamente estruturado. Porém, a legislação trabalhista proibia a existência de órgãos intersindicais, mas Jango fez vista grossa, e, em 1963, o ministro do Trabalho, Almino Afonso, retirou da CLT o veto à formação de organismos intersindicais. Desta forma, o CGT praticamente foi legalizado. Desde o seu surgimento, o CGT era dirigido por uma aliança de membros do PTB e do Partido Comunista, e seus principais líderes eram Dante Pellacani, Clodesmith Riani e Osvaldo Pacheco. Mas, embora fosse um órgão de cúpula e refletisse a necessidade de centralização dos sindicatos, o CGT ainda estava ligado ao Ministério do Trabalho, não representando de forma inteiramente independente os interesses dos trabalhadores.¹²³

Os “Cem Primeiros Dias” do Governo Presidencialista de Goulart apresentaram-se como os mais tensos em relação às expectativas da população e dos políticos brasileiros, isto porque, havia uma miríade de problemas econômicos e sociais para se solucionar, todos

¹²¹ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 229.

¹²² Cf. NEVES, 1981. Alguns dados comprovam isto: em 1961, havia apenas 6 sindicatos reconhecidos; esse número cresceu para 60 em 1962; 270 em 1963 e 1300 em 1964.

¹²³ NEVES, 1989.

apontando sobre os ombros do Presidente. Era preciso por fim à inflação, que atingira 52% em 1962, e cuidar da população urbana, que crescera em ritmo vertiginoso nos últimos anos, resolvendo questões ligadas às áreas de saúde, habitação, educação, transportes e saneamento.

Também não podemos esquecer as populações rurais, à margem dos benefícios do desenvolvimento econômico. Assim, de janeiro a junho de 1963, João Goulart tentou implementar um conjunto de soluções, condensadas no Plano Trienal, elaborado pelo economista Celso Furtado, dando corpo às medidas reformistas almejadas por parte das esquerdas, algo que anteriormente já havia sido proposto pelo presidente, mas que ainda não fora posto em prática. No 1º de maio de 1962, em Volta redonda (RJ), o presidente João Goulart havia apresentado ao país as propostas reformistas:

Trabalhadores brasileiros, é chegado o momento de perguntar [...] se as classes médias e as classes populares, se os trabalhadores em geral e, especificamente, os homens que vivem no campo estão também desfrutando de tranquilidade e de segurança. Minha impressão é de que não. [...] Participando, como sempre participei das angústias das classes trabalhadoras, sinto que não podemos mais adiar a adoção de um conjunto de medidas efetivas para vencer, ou ao menos para atenuar, essas dificuldades. [...] A reforma agrária não pode mais ser protelada.¹²⁴

Como podemos constatar, a reforma agrária era questão capital para ser resolvida colocando em prática o projeto reformista. Isto porque, a questão agrária era percebida como a base de todo um conjunto de problemas com os quais se deparava a grande maioria da população rural, tais como, miséria, fome, isolamento, baixos níveis de escolaridade, precárias condições de moradia e infra-estrutura. Tais problemas, por seu turno, passaram a ser encarados como fortes entraves à industrialização e ao desenvolvimento econômico do país como um todo, pois, determinava a exclusão da população rural, então maioria de nossa população, do mercado de consumo. Desta maneira, o grande domínio rural, o latifúndio passou a ser identificado como origem dos principais problemas do campo e de boa parte das mazelas da nação, sendo que a solução que aos poucos foi se firmando foi a sua completa eliminação via reforma agrária.¹²⁵ Não por acaso, Jango ao levantar a bandeira da reforma agrária incitou ataques dos seus adversários e desconfianças das esquerdas radicais, pois, é sabido, que ele foi importante estancieiro no Rio Grande. Em março de 1963, Jango conseguiu que o Congresso aprovasse o Estatuto do Trabalhador Rural. O Estatuto tornava extensivos ao campo direitos que os trabalhadores urbanos já haviam incorporado décadas

¹²⁴ Cf. *Folha de São Paulo*, 02/05/1962. CMDCR.

¹²⁵ GRZYNSZPAN, Mario. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p.57-58.

antes, como a obrigatoriedade do registro em carteira profissional, salário mínimo, repouso semanal e férias remuneradas, entre outros. Além de instituir direitos, o Estatuto também “contemplava a formação de organizações sindicais, inclusive de grau superior”.¹²⁶

Para por em prática estas Reformas de Base, como ficaram conhecidas popularmente, Goulart formou um Ministério de políticos moderados (a esquerda positiva), a fim de conquistar a confiança da opinião pública, sem hostilizar seus aliados comunistas. A pasta do Trabalho foi entregue a Almino Afonso, deputado do PTB, conhecido por suas convicções socialistas; San Tiago Dantas ficou com o Ministério da Fazenda; e Celso Furtado foi nomeado ministro extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento Econômico. A Tarefa que o Governo se propunha não era das mais fáceis. As medidas antiinflacionárias eram impopulares, pois implicavam contenção do crédito, dos salários e do orçamento federal. E a política de reformas, que dificilmente poderia apresentar resultados em curto prazo, era retardada e bloqueada pelo Congresso.

Em março de 1963, San Tiago Dantas rumou para Washington com o Plano Trienal debaixo do braço. Terminou por obter um empréstimo de 398,5 milhões de dólares. Entretanto, apenas 84 milhões foram liberados de imediato. A liberação do restante ficou condicionada aos rumos da política de estabilização e de reformas. Mas, a pressão da oposição era constante e implacável. Semanalmente, o deputado Armando Falcão dirigia-se, num programa de rádio, aos proprietários rurais, perguntando: “foi para tomar suas terras que você elegeu o deputado de sua região”?¹²⁷ Pressionado pela direita (preocupada com os rumos das Reformas de Base) e pela esquerda (que fomentava uma verdadeira maré reivindicatória e não concordava com o encaminhamento das Reformas), o governo Goulart tinha cada vez menos condições de implantar o Plano Trienal com sucesso. No começo de junho, San Tiago Dantas, derrotado, renuncia e o Ministério é reorganizado. Encerrava-se melancolicamente o ensaio da “esquerda positiva”.

Outros movimentos vieram perturbar ainda mais a complexa rede de pressão sobre Jango, acontecimentos que atravessaram o ano de 1962 até a escalada final para o Golpe. A tensão nos baixos escalões militares vinha se esboçando desde a renúncia de Jânio, em agosto de 1961. Já em maio de 1962, o sargento Gelci Rodrigues Correia desencadeou uma crise ao proclamar, em um comício contra o FMI que: “se os reacionários não permitem as Reformas de Base, usaremos para realizá-las nosso instrumento de trabalho: o fuzil”. Punido por ordem do Ministro da Guerra, Amauri Kruehl, o sargento receberia apoio ostensivo do comandante do

¹²⁶ Ibidem, p. 67.

¹²⁷ Cf. *Nosso Século*, n. 68, Especial 1960/1980, [s./d.]. CMDCR.

I Exército, general Osvino Ferreira Alves (que chegaria a apoiar também a greve de 5 de julho de 1962 pela antecipação do plebiscito). Criou-se um clima de desentendimento entre os altos comandos militares, apaziguado por Goulart, que convocou os comandantes dos quatro exércitos para um “almoço da Paz”.

A participação pública de militares de baixo escalão tornava-se cada vez mais freqüente, gerando descontentamento entre os oficiais conservadores, que viam nesses atos o perigo de cisão e quebra de hierarquia dentro das Forças Armadas. Em 1962, reunidos em convenção, os sargentos decidiram lançar candidatos da categoria para as eleições de outubro. Houve sucesso em vários estados, como SP, RGS e Guanabara, que elegeram deputados sargentos. Porém, o TSE em conformidade com a legislação considerou inelegíveis os candidatos-sargentos, impedindo-os de tomar posse. Em protesto contra esta decisão do TSE, cerca de 500 sargentos do Exército, Marinha e Aeronáutica sublevaram-se em Brasília na madrugada do dia 11 de setembro, ocupando os principais centros administrativos e o prédio da Radio Nacional. Os rebeldes foram dominados em poucas horas, com um saldo de dois mortos. O líder do levante dos sargentos, Antônio Prestes de Paula, chegou a ser aclamado pelos civis que se encontravam nas vizinhanças no instante em que foi preso.¹²⁸

O CGT manifestara seu apoio aos sargentos e desafiava as autoridades, era prova contundente que o país estava “pegando fogo”:

Enquanto os militares advertem, em sucessivos pronunciamentos e comunicados, que não tolerarão quaisquer movimentos populares, mesmo os de caráter reivindicatório, o secretário executivo do CGT ratificou ontem a ameaça de provocar uma greve geral no país, para ‘repelir ameaças aos dirigentes sindicais e ao direito de greve, reagindo com todo o poder do dispositivo sindical’.

[...] Líderes do CGT consideram ‘precipitação e impacto emocional’ o levante da Marinha e da Aeronáutica em Brasília. Acrescentam, porém, que a luta se identifica com a dos trabalhadores e que o movimento serviu como advertência ao Ministro da Guerra, ‘que pagou para ver o jogo e viu’. Entendem ainda que o governo não poderá tomar medidas coercitivas contra as greves dos marítimos e dos carris urbanos, previstas para terça-feira, dia 17.

Todo o programa de ação dos trabalhadores filiados ao CGT foi anunciado ontem em nota oficial, na qual salientam, ‘que o vigoroso protesto dos sargentos não poderá servir de pretexto para se impor no país um clima de alarma, único propósito de investir contra as liberdades democráticas, particularmente sufocar as justas lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e pela emancipação econômica da Nação’.¹²⁹

¹²⁸ FERREIRA, J. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. v.3. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 370-71.

¹²⁹ Cf. *Jornal do Brasil*, 14/09/1963. CMDCR.

Em meio à maré reivindicatória e as correntes profundas de conspiração, cada vez mais Jango tentava se aproximar das forças à sua esquerda. Em agosto, compareceu a um comício na Cinelândia, no Rio, e, diante de 80 000 pessoas, reiterou sua disposição de empreender as Reformas. Foram estas as palavras do Presidente no comício pelo aniversário da morte de Vargas,¹³⁰ transcritas por um jornal da época:

O povo da Guanabara também aqui está e não se encontra sozinho nesta homenagem: milhões e milhões de brasileiros prestam igualmente, nesta data, seu preito de gratidão e homenagem àquele que, cada dia que passa, merece respeito e admiração da Nação.

Frisou o Sr. João Goulart que só não entendem o sentido cívico desta homenagem aqueles que nada tem do povo, que não acreditam no povo, que imaginam e idealizam um tipo de democracia sem povo e sem trabalhadores – Mas, os que seguem Vargas – frisou – os que lutam pelos seus ideais, acreditam no povo, somente aqueles que ainda vivem alimentando ódios e paixões podem pretender deturpar o alto sentido cívico-democrático e popular desta extraordinária homenagem que a Guanabara presta a Getúlio Vargas. Aqui estão os trabalhadores – continuou – para prosseguirem na caminhada encetada em 1930, com a Revolução Industrial, e continuada em 1950, com a campanha pela emancipação, de que a Petrobrás é símbolo vivo. Emancipação que se completará através das reformas democráticas, que, mudando as estruturas arcaicas, alterando as estruturas obsoletas, irão atender melhor as reivindicações do povo, disposto a transpor a barreira do subdesenvolvimento. [...] Na verdade, de nada adianta uma política artificial de combate aos efeitos da carestia, quando as grandes causas estão nas estruturas arcaicas que não agüentam mais os impactos do desenvolvimento.¹³¹

A presença do Presidente, lado a lado com a direção do CGT, tinha um significado muito especial: depois de tanta relutância, Jango reconhecia o Comando Geral dos Trabalhadores, órgão ilegal segundo a CLT. A referência a Getúlio Vargas era estratégica, pois Jango procurava enaltecer as suas qualidades enquanto líder político herdeiro de Vargas e, portanto, tentava passar a imagem de um líder sensível às reivindicações dos trabalhadores, procurando contornar a desconfiança a seu respeito dada as instabilidades de suas manobras políticas. Todavia, o presidente já não tinha controle algum sobre seus aliados de esquerda e sobre as mobilizações populares, que ganhavam contornos ainda mais dramáticos. Isto resultou numa tentativa frustrada do governo de criar uma entidade sindical paralela, que dividisse as forças de dentro do CGT:

Preocupado com o poder do CGT, que conseguiu acumular sob a sua sigla todos os dispositivos sindicais e que lhe trazia dissabores, o presidente João Goulart, através de seu assessor trabalhista Gilberto Crokot de Sá, tentou criar uma nova entidade, que, mediante a concessão de certas benesses, conseguiria fracionar o CGT,

¹³⁰ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005. p. 258. Segundo Clodesmidt Raini, o comício foi marcado para o dia 23 de agosto de 1963, uma vez que o Presidente João Goulart participaria de uma homenagem à Getúlio Vargas em São Borja (RG do S), no dia 24 daquele mês, data de aniversário da morte do ex-presidente Vargas.

¹³¹ Cf. *Correio da Manhã*, 24/08/1963. CMDCR.

apontado como responsável pelo desgaste do Governo nas áreas populares. Aproveitando os grandes centros industriais de São Paulo e o UST (União Sindical Trabalhista), até então inexpressiva, o presidente conseguiu trazer para controle da entidade 45 federações de trabalhadores – 10 em São Paulo e 3 na Guanabara – apesar de, para isso, ter de contar com a benevolência de certos ministros no atendimento às reivindicações dos dirigentes da UST.¹³²

A criação da nova entidade aproveitava a estrutura da UST. Porém, teve efêmera duração. Mesmo contando com o financiamento do Ministério da Viação e Obras Públicas e pretendendo mobilizar a massa trabalhadora, sinalizando um possível rompimento do Presidente João Goulart com o movimento sindical encabeçado pelo CGT, que estava com força total de mobilização, reivindicação e de poder de greve. Para Riani, esta situação é difícil de ser avaliada, mas não deixa de ser interessante observá-la, pois demonstra a inabalável força conquistada pelo CGT:

É um pouco difícil, porque certas coisas, principalmente a orla marítima com o Pacheco e alguns que eram comunistas também, estavam muito fortes. Nós (trabalhistas) também estávamos muito fortes, porque eu na CNTI e CGT podia topar de peito com eles: era João Goulart e do PTB. Mas jamais o Jango teria coragem de chegar e me propor uma coisa desonesta. Comigo não. O Jango para mim foi 100%, não tem dúvida nenhuma. Mas agora vai lá um assessor convidando os sindicalistas para ingressar na UST, vários acabaram entrando. Eu procurei o Dr. Jango e transmiti a ele a minha discordância na criação de outra Central Sindical.¹³³

Paralelamente, a oposição conservadora e direitista aumentava a sua força e tramava golpes de Estado, ganhando terreno entre os militares. Carlos Lacerda fazia discursos cada vez mais agressivos. A má vontade dos parlamentares para com as iniciativas do Governo reforçava os argumentos dos que aconselhavam Goulart a passar por cima do Congresso, para executar as Reformas de Base. Diante da crise que se instalara, Jango discursou em tom de denúncia àqueles que conspiravam contra o seu governo:

Falsos defensores da ordem, e agitadores ostensivos e agentes dissimulados de interesses antinacionais, a pretexto de reclamarem a afirmação e o exercício da autoridade, por parte dos poderes constituídos da República, conspiram contra a própria Nação, no que ela tem de mais sagrado: a sua integridade, a sua emancipação, a paz interna, o direito mesmo de comandar o seu destino.

[...] Para pôr ordem na marcha de nosso processo de desenvolvimento foi elaborado o Plano Trienal, primeira tentativa séria destinada a enfrentar nossas dificuldades por meio de uma coordenação global das atividades econômico-financeiras do país, tanto no setor público como no setor privado.

[...] Bastou, porém, que o governo afirmasse à Nação que sem essas reformas seria impossível alcançar a melhoria das condições de vida da grande maioria do povo brasileiro, bastou que revelasse a inabalável, patriótica e democrática disposição de comandar e obter as reformas democráticas, para que conhecidas correntes

¹³² Cf. *Jornal da Semana*, Desfile, 28/09/63. CMDCR.

¹³³ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 261-62.

políticas e econômicas, obscurantistas e retrógradas, redobrassem sua resistência contra este objetivo e esta atitude, os únicos que permitem solução cristã e democrática para a crise, que haveremos de vencer, a fim de que o Brasil possa prosseguir em sua marcha para o progresso econômico e social.¹³⁴

A radicalização que explodia na sociedade enfraquecia a posição dos militares moderados e legalistas, defensores da Constituição: Amauri Krueel, Peri Bevilacqua e Castelo Branco já não confiavam na capacidade de Goulart para manter a ordem social e política. Numa última tentativa de reassumir as rédeas do processo político, no dia 4 de outubro de 1963, Jango enviou ao Congresso um pedido de decretação de estado de sítio por trinta dias. Apesar de contentar seus ministros militares, tal iniciativa foi vista como uma tentativa de obter poderes para golpear à sua direita e à sua esquerda. Por essa razão, encontrou oposição quase unânime.¹³⁵

Na avaliação de Clodesmidt Riani, então presidente do CGT e da CNTI, sobre pedido de Estado de Sítio feito pelo Presidente Jango, diz que:

Ele não é obrigado a falar conosco, mas se soubéssemos poderíamos nos posicionar, reunir para tratar do assunto. O Arraes fez pronunciamento contra. A Frente Nacionalista Parlamentar, contra. Brizola contra. Aí acabou. A esquerda toda contra o Jango, como é que o Jango vai conseguir? Não confiaram no Dr. Jango. Ele podia mesmo até nos trair. Mas isso é outra coisa. Eu confiava no Dr. Jango, não tinha dúvida nenhuma.¹³⁶

Portanto, o movimento sindical ameaçou decretar greve geral. A Frente Parlamentar Nacionalista denunciou a tentativa governamental de calar as esquerdas. O presidente não obteve sequer o apoio de seus amigos da esquerda moderada: San Tiago Dantas e Miguel Arraes condenaram a medida. Pouco depois, Goulart retirava a mensagem. Como previra San Tiago Dantas, não havia mais tempo para uma nova experiência traumática.

Diante do acirramento das forças políticas na sociedade brasileira daqueles anos, entre as esquerdas e as direitas, não havia mais espaço para a “conciliação”. Jango com infrutíferas e contraditórias manobras políticas, procurava evitar “a ultrapassagem pela esquerda” e, ao mesmo tempo, temia um novo avanço golpista das forças conservadoras, resultando em uma desgastante oscilação de sua ação política, que certamente revelam traços de sua personalidade e estilo político. Então, o Presidente foi levado ao isolamento em face de

¹³⁴ Cf. BRANCO, Carlos Castello. *Introdução a Revolução de 1964. tomo 2. A queda de João Goulart*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

¹³⁵ FERREIRA, 2005.

¹³⁶ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 263.

seus principais aliados, de um lado, a esquerda, e de outro, as forças de centro, representadas pelo PSD.¹³⁷

No início de 1964, Jango encontrava-se no limite das margens de sua ação política. Caso optasse por uma aliança centrista com o PSD, que garantiria apoio necessário no Congresso para aprovar as reformas, teria que aceitar as propostas de seus novos aliados, as quais não permitiriam transformações profundas nas estruturas da sociedade. Assim, estaria afastando-se das bases que o elegeram Vice-Presidente e que o sustentaram na importante vitória no Plebiscito. Goulart percebia que não poderia trair seus pares e a sua própria trajetória política.¹³⁸ O Comício na Central do Brasil, na sexta-feira 13 de março, selaria o seu último ato e, talvez uma escolha que poderia ter sido feita desde a Campanha da Legalidade, em 1961: a opção definitiva pela esquerda e o aprofundamento da democracia, pressionando o Congresso para executar imediatamente as Reformas de Base.

No início de março do mesmo ano, Jango decidiu-se pela estratégia das esquerdas em confrontar-se diretamente com as forças conservadoras, para a implementação das Reformas de Base, abandonando a proposta da solução moderada capitaneada por San Tiago Dantas. Então, o tempo fechou no “céu estrelado do Brasil”. A opção pela ação política direta nas instituições democráticas significava um fatal radicalismo. Mas, como aliar os interesses conflitantes entre uma democracia limitada e a realização de reformas profundas nas estruturas da sociedade brasileira, sem que haja uma ruptura dentro da ordem democrática?

Com o Comício da Central, a aliança do governo com o movimento sindical urbano, os trabalhadores rurais e as esquerdas, notadamente, o PCB e a ala trabalhista radical liderada por Brizola, foi selada. Jango passaria a governar, a partir do dia 13 de março com a Frente Única de Esquerda (FUE). Nunca sua popularidade havia alcançado a dimensão que conquistara. Seu carisma exacerbava os sentimentos mais profundos de seus seguidores. Naquele momento, de modo geral, as esquerdas e os trabalhadores percebiam que o apoio do Presidente era crucial para implementar as reformas populares e fazer justiça social. Era chegada à hora do acerto de contas, como pretendia Brizola.

A idéia de um grande comício nascera em janeiro de 1964, numa reunião do Presidente Goulart com dirigentes sindicais. Mas, somente em fevereiro,¹³⁹ no momento que Jango assinava o decreto para o reajuste do salário mínimo em 100% e realizava o

¹³⁷ FIGUEIREDO, op. cit., 1993.

¹³⁸ FERREIRA, 2005.

¹³⁹ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 287-88. Depoimento de Clodesmidt Riani. A data da assinatura do aumento do salário mínimo em 100%, foi em 22 de fevereiro, exatamente 10 anos após a saída de Jango do ministério do Trabalho, ao ser duramente repreendido por parte dos ministros militares, ao propor o reajuste do salário no mesmo valor.

rezonamento atendendo a pressão dos sindicatos, em seguida ao ato de assinatura, foi marcada uma reunião para definir a data do evento.

Na reunião com Jango, ficou deliberado que se promoveria uma concentração pública para as assinaturas das reformas de base. O Hércules Correa, líder sindical e deputado estadual do PTB, pela Guanabara, sugeriu que a assinatura do decreto, instituindo as reformas de base, fosse feito em praça pública. O Dr. Jango acabou concordando, foi marcado para o dia 13 de março. Perguntou: ‘Quantas pessoas vocês colocam na rua?’ ‘ – Colocamos 120 a 150 mil pessoas.’ Lembrei: ‘ – Dr. Jango, espera aí, mas sexta-feira é 13’. Deu um sorriso e disse: ‘Não faz mal.’ Ficou resolvido fazer a convocação para o comício, que foi realizado na Praça da República, no Rio de Janeiro, perto da estação D. Pedro II e Ministério da Guerra.¹⁴⁰

Tratava-se de realizar uma maciça mobilização popular destinada a pressionar o Congresso – que deveria iniciar seus trabalhos no dia 15 de março – para aprovar as propostas reformistas do Governo. A concentração, organizada pelos principais sindicatos do país, destinava-se a reivindicar o início da reforma agrária, com a desapropriação dos primeiros latifúndios; o direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos e, de modo geral, a elegibilidade de todos os eleitores. Além disso, os sindicatos pediam reformas, administrativa, bancária, urbana e universitária, assim como a anistia a civis e militares indiciados por crimes políticos. Por outro lado, de modo não explícito, o comício deveria servir também para pressionar o próprio Presidente, que, até então, hesitava em aderir mais decididamente a favor das reformas defendidas pelas alas radicais das esquerdas.

Os decretos assinados por Jango antes de dirigir-se ao Comício da Central não eram muito extremados. Poderiam até ser assimilados pelas classes proprietárias, especialmente pelas modernas camadas empresariais, se não fosse o clima de radicalização, a promessa de futuras medidas e, principalmente o recrudescimento político das esquerdas. Do ponto de vista econômico, o “moderno capitalismo” em nada seria afetado. O decreto da SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária) referia-se apenas aos latifúndios improdutivos, de mais de 5 Km² (500 hectares), situados a menos de 10 km das rodovias e ferrovias federais ou “beneficiados por investimentos exclusivos da União”. A passagem das refinarias particulares para a Petrobrás não incluía as grandes empresas estrangeiras como a Shell, a Esso etc. Porém, o discurso do Presidente, em tom belicoso, anunciava outras medidas, mais avançadas, que estariam contidas na mensagem a ser enviada ao Congresso no dia 15.¹⁴¹

¹⁴⁰ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 288-89. Depoimento de Clodesmidt Riani.

¹⁴¹ Cf. *Nosso Século*, n. 68, Especial 1960/1980, [s./d.]. CMDCR.

Jango, ao tomar a palavra no Comício do dia 13, saudou o público e os ouvintes, de uma maneira que transparecia falar algo que todos queriam ouvir. Sua autoridade enquanto líder das forças populares parecia incontestável:

Trabalhadores!

Devo agradecer às organizações sindicais, promotoras desta grande manifestação, devo agradecer ao povo brasileiro por esta demonstração [...] Dirijo-me a todos os brasileiros, e não apenas aos que conseguiram adquirir instrução nas escolas. Dirijo-me também aos milhões de irmãos nossos que dão ao Brasil mais do que recebem e que pagam em sofrimento, pagam em miséria, pagam em privações o direito de serem brasileiros e o de trabalhar de sol a sol pela grandeza deste país.

[...] Democracia, trabalhadores, é o que meu governo vem procurando realizar, como é do meu dever. Não só para interpretar os anseios populares, mas também para conquistá-los pelo caminho do entendimento e da paz. Não há ameaça mais séria para a democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares, fazendo calar as suas reivindicações.

[...] Meus patrícios, a hora é a hora da reforma, brasileiros, reforma de estrutura, reforma de métodos, reforma de estilo de trabalho e reforma de objetivo para o povo brasileiro. [...] O caminho das reformas é o caminho do progresso e da paz social. Reformar trabalhadores, é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada, inteiramente superada pela realidade dos momentos em que vivemos.

[...] Na mensagem que enviei à consideração do Congresso Nacional estão igualmente consignadas duas outras reformas que o povo brasileiro reclama, porque é exigência do nosso desenvolvimento e da nossa democracia. Refiro-me à reforma ampla que permita a todos os brasileiros maiores de 18 anos ajudar a decidir dos seus destinos, que permita a todos os brasileiros que lutam pelo engrandecimento do país a influir nos destinos gloriosos do Brasil. Nesta reforma, pugnamos pelo princípio democrático, princípio democrático fundamental, de que todo alistável deve ser também elegível.¹⁴²

A fala do Presidente terminaria sintetizando todas as bandeiras defendidas pelas esquerdas, com a afirmação dos seus propósitos: “lutar não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil”.¹⁴³

Dois dias depois, o Presidente enviou uma Mensagem ao Congresso. O texto propunha as questões centrais que haviam sido declaradas no Comício da Central do Brasil;¹⁴⁴ o direito de voto aos analfabetos, sargentos e praças; a supressão da vitaliciedade das cátedras universitárias; a Reforma Agrária, sem indenizações prévias pagas em dinheiro; um plebiscito para que o povo se manifestasse sobre as Reformas de Base; a delegação de poderes do Legislativo ao Executivo, revogando o princípio de indelegabilidade de poderes; e a revisão

¹⁴² Cf. SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Discurso do Presidente João Goulart no Comício da Central de 13 de março de 1964.

¹⁴³ Cf. *Ibidem*.

¹⁴⁴ FERREIRA, 2005, p. 364-65.

do capítulo das inelegibilidades, sendo permitido que concorressem para cargos executivos os parentes consangüíneos e afins, uma manobra que favorecia a Brizola e que, na prática, garantia a reeleição do próprio Jango.

Na última edição do *Jornal Binômio* (fechado logo nos primeiros momentos do “governo revolucionário”, ainda no início de abril de 1964) estava estampada uma relação de reformas que, supostamente, o Brasil já teria passado em sua história. Junto apresentava-se uma miríade de propostas reformistas defendidas pelos movimentos sociais: eleitoral, urbana, agrária, administrativa, bancária, cambial, tributária e universitária. Na reportagem, uma citação sobre o pensamento de um líder trabalhista inglês pode ser tomada como parâmetro para compreendermos um pouco dos sentimentos que moviam a massa popular e dos significados da “guinada à esquerda” do Presidente João Goulart, como última tentativa de implementar as Reformas de Base no Congresso:

Harold Laski, líder trabalhista inglês, depois de estudar detidamente os fenômenos sociais do mundo de hoje, reconheceu a possibilidade de um processo pacífico das mudanças das estruturas político-sociais, através dos embates legislativos dos líderes revolucionários e politização das grandes massas obreiras para, na ação político-sindical pressionar e conduzir os governos à efetivação de medidas progressivas através de reformas estruturais.¹⁴⁵

No final da reportagem, afirmava-se que, categoricamente, ocorria no Brasil daqueles anos uma luta constante para obter uma “revolução sem dor”, onde as forças populares politizadas atuavam no Congresso e no Executivo. É interessante notar que, a perspectiva da realização de reformas dentro da legalidade, democraticamente, fazia parte da proposta defendida pela “esquerda positiva”, liderada por San Tiago Dantas, que se inspirava no trabalhismo inglês. Entretanto, a maior parte das esquerdas, em particular, os trabalhistas mineiros, repudiava Dantas, alegando ser ele inimigo de Vargas e advogado das empresas estrangeiras.¹⁴⁶ A escalada dos acontecimentos entre 13 de março e 1 de abril, mostra que as esquerdas se aglutinaram na Frente Única, cujas propostas para se alcançar as reformas não eram unilateralmente pela via democrática.

O desfecho tão esperado estava muito próximo. Grupos de centro e liberais, forças conservadoras que há muito conspiravam contra o governo, percebendo o teor da Mensagem Presidencial, não vacilaram: era hora de “restaurar a ordem” e de tomar o poder. A situação agravou-se ainda mais, quando estourou a Rebelião dos Marinheiros, liderada pelo Cabo

¹⁴⁵ Cf. *Binômio*, Ano XIII, Belo Horizonte, semana de 30 de mar./5 de abr. de 1964. Capa.

¹⁴⁶ Cf. *Binômio*, Ano I, Juiz de Fora, 01/09/1958.

Anselmo.¹⁴⁷ O Jornal *Binômio* estampava em primeira página: “Marinha: Jango vence e teme impeachment”.¹⁴⁸ No geral, a situação era delicada, qualquer novo incidente ganharia proporções alarmantes. E não foi diferente.

No dia 30 de março, Jango compareceu ao Almoço de confraternização da Associação de Marinheiros, justamente com a maioria dos rebelados. Foi à gota de água para as “mentes insanas em corpos robustos”. Os “gorilas” entraram em ação, como se dizia na gíria daquela época. Na noite do dia 30 de março, o governador mineiro Magalhães Pinto, pôs em prática o que se chamou de “Operação Gaiola”, que consiste na prisão das pessoas tidas como líderes da esquerda, também ordenando o confisco preventivo de todos os postos de Gasolina da capital. A 31 de março de 1964, o General Olímpio Mourão Filho, partia com sua tropa da cidade de Juiz de Fora, no interior de Minas Gerais rumo ao Rio de Janeiro para depor o Presidente que se encontrava no Palácio das Laranjeiras.

Entretanto, o tão aguardado dispositivo militar do Presidente, mostrou-se uma falácia, pois o general Krueel, pressionado pelos generais golpistas, impôs ao Presidente condições que iam contra os seus princípios políticos. Jango, por sua vez, intimado por Krueel, recusou-se em entregar os comunistas e líderes do CGT, além de declarar ilegal esta organização sindical. Ambos defendiam princípios inegociáveis. Encerrava-se de forma dramática a esperança do Presidente em contar com o apoio de tropas militares para resistir ao golpe empreendido por seus opositores. Restava ainda a resistência por parte das forças populares. Conforme havia declarado, anteriormente, o presidente da CNTI, Clodesmidt Riani, a massa operária estaria pronta para resistir aos golpistas:

Aproveito a oportunidade de falar a este combativo órgão da imprensa brasileira e saudar todos os trabalhadores de Minas. Que estejam todos presentes aos sindicatos, federações e confederações.

De nossa parte estaremos sempre no nosso posto e onde for necessária a nossa presença para defender os interesses do povo e da classe operária. Cumpriremos nosso dever, o que será honrar as tradições de Minas Gerais. Na unidade, os trabalhadores vencerão todas as lutas que enfrentarem.¹⁴⁹

As palavras seguras e fortes de Clodesmidt Riani, líder dos trabalhadores, expressam claramente a crença na defesa unânime da democracia pelas forças populares pró-Jango. Desde os episódios da Campanha da Legalidade (1961), as forças de sustentação do governo e o próprio Presidente, tinham a convicção de que em caso de uma tentativa incisiva de golpe

¹⁴⁷ Cf. CAPITANNI, Avelino B. *A rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofício, 1997. José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, era marinheiro de 1ª classe, a imprensa o “promoveu” a cabo.

¹⁴⁸ Cf. *Binômio*, Ano XIII, Belo Horizonte, semana de 30 de março a 5 de abril de 1964. Manchete, primeira capa.

¹⁴⁹ Cf. *Binômio*, Ano XI, Belo Horizonte, 12/02/1962. Primeiro caderno, p. 4; Segundo caderno, p. 5.

por parte da oposição civil e militar, haveria um movimento de resistência em defesa da ordem democrática, sem precedentes na história republicana.

O primeiro passo decisivo tomado como tentativa de resistência contra o golpe partira de uma greve geral convocada pelas organizações operárias contando com o apoio de diversos grupos que se mobilizaram para a resistência: o CGT, o PUA, o CPOS, a União dos Portuários, a UME, a UBES, o CACO, ex-pracinhas, sargentos, fuzileiros navais, organizações populares, comunistas, brizolistas e nacionalistas de diversos segmentos. Assim, registrada nas memórias de Riani:

Reunimo-nos na Federação dos Estivadores e foi deliberada a greve geral no dia 31. Reunimos todos os sindicatos da Guanabara, porque perdemos o contato com Minas. Mas há pessoas nossas que, infelizmente, nessas horas, dão chance para o outro lado, estavam querendo pegar em armas. Havia vários representantes de federações e confederações e estavam tão desorganizados que nem me chamaram para a mesa. Tomaram conta e só saíam bobajadas. De repente, chega um telefonema do Dr. João Goulart me chamando. Mandeí chamar o Pacheco para ficar na extensão. O Dr Jango falou: ‘ – Riani, vê se salva esse negócio aí. Evite a greve.’ Respondei: ‘ – Doutor Jango, o senhor vai me desculpar, mas, se o povo não for para a rua, não tem governo e estaremos todos presos. Só o povo na rua pode salvar. Eu não sabia do jeito que a situação estava. O senhor podia nos comunicar. Foram todos presos ontem, o senhor conseguiu tirar do Lacerda e soltou o pessoal. Agora estão aqui e não tem como parar.’ Falou-me: ‘ – Riani, há um cargueiro da Petrobrás que precisa ser descarregado.’ Retruquei imediatamente: ‘Mas, doutor Jango, não é hora de pensar nada disso. Nosso problema é sério.’ ‘Riani, já estou negociando com o general Krueel. Vamos acabar acertando.’ Ainda falei: ‘ – Dr. Jango, vamos é para a greve.’ O Oswaldo Pacheco, secretário do CGT, veio de lá e me deu um abraço que quase quebrou as costelas. De ver minha firmeza com o Presidente da República. Não tinha outro jeito.¹⁵⁰

Contudo, assistiu-se justamente o inverso, uma vez que nenhuma ordem partia do Palácio das Laranjeiras, indicando uma ação mais ostensiva em defesa da democracia e do Presidente João Goulart. Sem organização e comando, as forças populares sucumbiram facilmente frente à ação golpista. A sociedade brasileira via passar rapidamente, à frente dos seus olhos, o desfecho golpista, sem maiores reações ou protestos, para não dizer paralisada. A marcha dos acontecimentos, em período tão curto, inverteu o lado da bandeira da legalidade, a sociedade brasileira, combativa e destemida na defesa da campanha democrática em 1961, aceitava inerte a solução autoritária em 1964, como se não houvesse outra alternativa além dela. A resistência, sem dúvida, ocorreria sob nova conjuntura. O Brasil entrava na “longa noite de trevas”, da ditadura.

¹⁵⁰ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 319.

CAPÍTULO 3: TRABALHISMO E HISTÓRIA: UM PERCURSO NAS MEMÓRIAS DE CLODESMIDT RIANI

Este capítulo centra sua análise na trajetória de Clodesmidt Riani, tomada como exemplar para evidenciação dos dilemas associados à presença da cultura política trabalhista no contexto estudado por este trabalho. Neste sentido realizamos uma abordagem de suas memórias procurando preparar gradualmente informações pertinentes sobre os principais episódios de lutas sociais que Riani esteve envolvido, nos momentos decisivos entre a segunda metade dos anos 50 ao início da década de 60.

1. A força do trabalhismo reformista

Nos últimos anos tem crescido o interesse em se historiar analiticamente o movimento trabalhista do Brasil. Observamos a publicação da coletânea “O populismo e sua história”,¹⁵¹ que em meio aos vários trabalhos constantes, procura questionar interpretações aceitas como consensuais, alargando e aprofundando a discussão sobre o conceito de populismo com vistas à sua revisão, de maneira que fossem feitas as devidas articulações com o próprio trabalhismo. Além disso, aponta-se para as relações entre comunistas e trabalhistas em um período que se inicia no pós-1945 e se arrasta até a dramática quartelada que ensaiou seus primeiros passos desde a cidade de Juiz de Fora (MG) até a deposição do presidente Jango, dando início a um novo período ditatorial no Brasil.

No balanço historiográfico sobre o populismo, a historiadora Ângela Gomes, conclui que “o colapso do populismo” foi proclamado por intelectuais e esquerdistas quando o projeto findou-se com o Golpe Civil e Militar em 1964, principalmente nas análises de Francisco Weffort e Otávio Ianni. Para a autora em questão, a categoria não entrou em colapso, mas

¹⁵¹ FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

exige um novo patamar de interpretação. Agora, a sua reconstrução opera-se entre a dádiva e as particularidades da relação entre o Estado e a classe dos trabalhadores. Então, poderemos compreender que “o gato ainda tem vidas a consumir”,¹⁵² ou seja, que o populismo, enquanto categoria analítica, não deve ser abandonado, mas considerado como parte integrante do imaginário político brasileiro sob a forma de um mito político.

Entretanto, a pedra fundamental que resgatou os estudos sobre o trabalhismo, refutando-se a categoria “populismo” para a interpretação das relações Estado, empresariado, partidos e trabalhadores, foi “*A invenção do trabalhismo*”, da própria Ângela Gomes (1988). Na análise da autora, a tradição trabalhista tem como corolário a atribuição aos trabalhadores de um papel ativo, significando que havia uma constante interlocução com o Estado, afastando a noção assentada na imagem de uma dicotomia e da heteronomia da classe. Nesta visão, o pacto trabalhista tem de modo integrado, mas não diminutivo, tanto a palavra e a ação do Estado (privilégio do dominador), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora (luta dos dominados), mantendo-se em constante processo de reconstrução. A dicotomia estado/classe trabalhadora, apontada nos estudos de Francisco Weffort, mas não aprofundado por ele, tornaram-se a partir da análise de Ângela Gomes a chave para a compreensão do trabalhismo por meio da trajetória de lutas, reivindicações e conquistas efetivas da classe operária. Portanto, tem-se uma análise histórica que visa “refletir a trajetória da categoria populismo, rompendo com as idéias de uma classe trabalhadora passiva, ‘sem consciência de si’ e manipulada por políticos inescrupulosos”.¹⁵³

Segundo Ângela Gomes o termo “populismo” pertence ao imaginário político brasileiro, um mito que evoca desesperança e o ceticismo, narrando um destino manifesto de um impasse permanente do político. Associado à imagem estereotipada do povo brasileiro, visto como tolo e desorganizado, prevê a ação maquiavélica de lideranças políticas surgidas das elites, que pregam o discurso popular em defesa dos excluídos, estabelecendo um tipo de pacto perverso entre elites e o povo, no qual estes últimos sempre pagam a conta por sua inocência. O populismo, tomado sempre como conotação pejorativa, seria o responsável por desacreditar o povo sobre a importância de uma maior participação nas decisões políticas, pois toda e qualquer liderança popular será considerada populista ou demagógica. Afinal, a democracia brasileira estaria condenada a conviver por tempos imemoráveis com uma

¹⁵² GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, op. cit., 2001.

¹⁵³ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

“caveira de burro” enterrada em solo pátrio.¹⁵⁴ Justamente, foi contra este tipo de concepção negativa da política brasileira, que a autora busca resgatar a categoria trabalhismo e propor o populismo como parte integrante da mitologia política.

Ângela Gomes considera o trabalhismo tanto como uma ideologia com estreitas ligações com o nacionalismo e o intervencionismo estatal na economia, quanto como uma tradição política que compõe uma cultura política difundida e compartilhada no país, sendo “inventada” em momento e circunstância bem precisos, a partir da República que se instaura em 1945, após a queda do Estado Novo. Sua base operacional foi o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, estendendo-se às estruturas sindicais e aos partidos trabalhistas. Porém, o trabalhismo nasceu fortemente vinculado à figura do líder carismático, Getúlio Vargas. A imagem de Vargas era articulada e transmitida por meio de um aparato moderno e sofisticado de procedimentos e atos comunicativos, cujo principal canal de diálogo era o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Do mesmo modo, o trabalhismo aglutinava outras características, tais como o intervencionismo estatal, o nacionalismo e o sindicalismo corporativista. Além disso, enquanto ideologia política, o trabalhismo era caracterizado por um projeto para o país, de caráter nacionalista, vinculado à promessa de justiça social, centrada na luta por direitos dos trabalhadores. Durante a Terceira República (1945-1964), o trabalhismo foi apropriado e interpretado por trabalhadores, lideranças políticas e sindicais, conquistando novos sentidos, forças e possibilidades, começando a se estruturar como uma tradição da política brasileira, “capaz de mobilizar eleitores e de ser mobilizada por políticos”. Desde então, ele marcou:

Um tempo que se inaugura com uma Constituição (a de 1946) e uma nova República (a que vai de 1945-64), e quando, por meio dos sindicatos e do PTB, o trabalhismo será relido e apropriado por trabalhadores e por lideranças políticas e sindicais, ganhando novos sentidos, forças e possibilidades. É então, a meu juízo e no de outros analistas, que o trabalhismo se transforma efetivamente em um instrumento de inclusão social e de alargamento da participação política, mesmo que se considere a existência de limites e constrangimentos a tal operação, bem como sua vinculação a práticas demagógicas e assistencialistas.¹⁵⁵

A nova conjuntura política, da era pós-Estado Novo, trouxe condições históricas concretas para que o projeto trabalhista ganhasse corpo, endossando um discurso mais amplo e estabelecendo os seus novos limites dentro da democracia vigente. Ao longo dos anos, estes aspectos permitiram a formação de quadros distintos dentro do trabalhismo, surgindo, no

¹⁵⁴ GOMES, Ângela de castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET; BICALHO; GOUVÊA, op. cit., p.37.

¹⁵⁵ GOMES, 2005, p. 39.

interior do movimento, distintas gerações que passaram a dividir e disputar o poder de decisão em sua política.

Dentro da tradição trabalhista anterior ao Golpe de 1964, podemos encontrar pelo menos duas gerações, uma de orientação varguista, em que o getulismo confunde-se com o trabalhismo e mesmo o excede. Nesta associação, a dimensão do nome Getúlio Vargas aparece como suprapartidário, denotando tanto um estilo de fazer política, próprio de Vargas, e, que seus herdeiros irão tentar apropriar, quanto se vinculando ao “getulismo” como força política, centrada na legitimidade e popularidade do líder carismático, que transmite a imagem do “salvador” para as questões sociais.¹⁵⁶ Por outro lado, há uma outra geração de trabalhistas que pode ser identificada nas lideranças políticas que surgem no bojo do movimento sindical, independente de sua ligação com o PTB e com o nome de Vargas. Embora, em alguns casos, estes líderes dos trabalhadores tenham conquistado espaço no bojo do PTB e ainda mantenham dentro do seu imaginário político as referências a Vargas, os membros desta nova geração se diferenciam da anterior através de sua ação política, caracterizada por um viés mais autônomo em defesa dos seus interesses de classe. A trajetória de trabalhistas, a exemplo de Clodesmidt Riani sustenta o que estamos afirmando, o que pode ser verificado no acompanhamento de todo o trabalho, ora desenvolvido em nossa pesquisa.

Após 1954, esse “trabalhismo sem Vargas”, colocou em evidência uma geração que assistiu e participou da transformação que o movimento adquiriu ao levantar a bandeira do reformismo social e do alargamento da ação política autônoma, sendo drasticamente interrompido pelo Golpe Civil e Militar de 1964. E, foi sobre o PTB e sobre as lideranças sindicais trabalhistas e comunistas, que a repressão mais rápida e duramente se abateu. No ato golpista, os primeiros deputados cassados foram os parlamentares mineiros, os operários e sindicalistas, Sinval Bambirra, José Gomes Pimenta (Dazinho) e Clodesmidt Riani. A arbitrariedade do ato foi tamanha que as atas sobre o processo sumário de cassação destes deputados ficaram retidas até 1998, quando, finalmente, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais liberou a documentação e reconheceu o erro cometido contra os direitos dos cidadãos envolvidos.¹⁵⁷

Para compreender a força do trabalhismo brasileiro é necessário saber que ele não se constituía num discurso homogêneo, havendo no seu interior movimentos divergentes. Lucília Neves identifica três principais tendências do trabalhismo que se integraram ao PTB, entre

¹⁵⁶ GOMES, Ângela de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

¹⁵⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A longa noite das atas secretas: cassação de deputados operários – Minas Gerais (1964-1998). In. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

1945-1964.¹⁵⁸ A primeira delas era composta pelos “getulistas pragmáticos”, burocratas de carreira no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e por sindicalistas “pelegos”, com estreitas ligações com o corporativismo sindical oficial. Suas principais propostas podem ser resumidas em duas: cultivar o carisma de Vargas como mecanismo de mobilização política e social dos trabalhadores, por meio de uma ação pragmática, e lutar para a manutenção da legislação trabalhista implantada no Estado Novo.

A segunda corrente era constituída pelos “doutrinários trabalhistas”, que eram os “intelectuais orgânicos” do petebismo, inscrevendo-se em uma orientação trabalhista socializante inspirada no modelo inglês, defensor de uma maior participação do partido nas estruturas burocráticas do Estado. Num todo, seus fundamentos básicos foram: viabilizar o trabalhismo como etapa para o reformismo social, adotando uma reforma agrária profunda, contudo, mantendo a propriedade privada e o capitalismo, buscando-se um fundamento social para ambos. Também faziam a defesa permanente de políticas nacionalistas, difundidas através dos princípios trabalhistas junto à população brasileira, seja por meio do PTB e/ou das organizações autônomas dos trabalhadores, ambos em torno de um projeto de ampla reforma social. Os principais expoentes desta linha trabalhista foram Alberto Pasqualini, Fernando Ferrari, Sérgio Magalhães e San Tiago Dantas¹⁵⁹.

Por último, havia os “pragmáticos reformistas” que combinavam em sua prática político-partidária características da tendência getulista e da corrente doutrinária. Lucília Neves nos alerta que a linha pragmática reformista conquistou maior visibilidade, projeção e poder após a passagem de João Goulart pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no Segundo Governo Vargas, merecendo um cuidado analítico especial, pois,

Traduziu o casamento entre as proposições discursivas do trabalhismo doutrinário e uma prática política que mesclava traços herdados do getulismo e do trabalhismo dos primeiros tempos, com uma renovação substantiva do próprio trabalhismo, que passou a se confundir/fundir com nacionalismo, reformismo e projeto de maior autonomia política para os trabalhadores.¹⁶⁰

Deste modo, o discurso e a trajetória de Jango podem ser considerados paradigmáticos do que foi o projeto reformista defendido por essa corrente trabalhista. Alguns aspectos devem ser observados para a devida interpretação do impacto do seu discurso, tanto no campo da ação política, como no da representação social junto aos trabalhadores. Mais do

¹⁵⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, 2001.

¹⁵⁹ DELGADO, 2001, pp. 177 e 188.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 194-95.

que isto, constata-se que a memória referente a João Goulart e os principais impasses de seu governo, seu papel no momento do golpe e atuação no exílio, ainda permanecem temas a serem estudados com maior atenção por pesquisadores.¹⁶¹ Um rápido percurso sobre seu governo nos ajuda a visualizar a posição de destaque ocupada pelo reformismo.

Durante a vigência do parlamentarismo, a preocupação central de Jango era restabelecer os seus poderes enquanto Presidente da República, e, por isso, empreendeu todos os esforços para sair vitorioso no Plebiscito, que decidiria entre o parlamentarismo e o presidencialismo como forma de governo. No Plebiscito, o povo brasileiro, pelo menos aqueles que podiam exercer o direito ao voto, optaram pelo presidencialismo, significando uma expressiva vitória pessoal de João Goulart. A partir daquele momento, surgem oportunidades mais concretas para Jango implementar uma política de reformas em seu governo. A primeira tentativa foi por meio do Plano Trienal, que devido às questões de ordem política - de dentro do próprio governo e das forças que o apoiavam, e por parte da oposição - não se criaram condições favoráveis para o seu funcionamento, levando ao seu fracasso. Daquele episódio até o Comício pelas Reformas de Base, na Central do Brasil, o governo Jango passou por constantes oscilações, dado a conjuntura de polarização das forças à direita e à esquerda do espectro político, no qual João Goulart tentava conseguir arregimentar uma coalizão centro-esquerda para tentar implementar novamente uma política de reformas.

No início de 1964, as opções de escolhas por parte de Jango, estavam se esgotando, na medida em que a radicalização da sociedade ganhava contornos ainda mais dramáticos, com o diálogo menos efetivo entre as partes envolvidas. Em fevereiro, quando Jango se reunia com as lideranças sindicalistas e líderes trabalhistas e nacionalistas para agendar o Comício da Central, ele sabia que o seu futuro político se decidiria com hora e data marcada. As forças de esquerda esperavam uma sinalização positiva de Jango para impor as reformas. Ao mesmo tempo, Jango pretendia com o apoio das massas e da Frente Única de Esquerda, consolidar uma grande força política que pressionaria o Congresso Nacional para aprovar o seu almejado plano de reformas. A tentativa era de implementar as Reformas de Base, ainda que por vias institucionais. Pelo menos, era essa a opção de Jango e a vontade de parte das esquerdas, uma vez que não era descartada uma ação direta contra o Congresso, desejada por alguns segmentos das esquerdas.

Contudo, Jango adotou uma série de medidas orientadas pelo modelo pragmático do trabalhismo reformista, traduzido na luta pelas Reformas de Base, defendidas por trabalhistas,

¹⁶¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p.7-8.

comunistas e nacionalistas de vários matizes. Destacam-se, dentre elas, a Reforma Tributária; a fixação de uma política de preço mínimo para a agricultura; a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA); a instituição do Conselho Nacional de Reforma Agrária; a Lei Orgânica da Previdência Social; o Estatuto do Trabalhador Rural; a elaboração de um Plano Nacional de Educação; a aprovação da Lei de Remessa de Lucros para o exterior.¹⁶² O programa de Reformas de Base tornou-se uma das bandeiras do governo João Goulart, ocupando lugar de destaque nas interpretações sobre a crise política e institucional que acarretou o Golpe Civil e Militar de 1964, depondo Jango do poder.¹⁶³

Jango, certa vez, ao dirigir a palavra aos camponeses, declarou em referência àquele que seria o ponto capital das Reformas de Base, a reforma agrária:

Impossível ignorar, assim, que a má distribuição de terras é responsável pelo baixíssimo índice de seu aproveitamento na lavoura. [...] Entre os 70 milhões de brasileiros, apenas 3 milhões e 350 mil têm o privilégio de ser proprietários rurais. Só uma política cambial nacionalista e uma reforma agrária serão medidas capazes de evitar que as nossas recentes vitórias, no campo do desenvolvimento, sejam dissipadas de maneira que certamente nos arrastará ao caos inevitável.¹⁶⁴

Jango tinha a compreensão que no campo, a única solução era a reforma agrária, contrapartida da reforma feita por Getúlio Vargas para os trabalhadores dos centros urbanos. Para o Presidente da República, era necessário reorganizar a economia agrícola, assim como se colocavam, como exigência, as medidas capazes de estender ao camponês os mesmos benefícios sociais garantidos a qualquer trabalhador. No seu entendimento este seria o caminho mais viável para que cada camponês, fazendeiro, produtor ou trabalhador, viesse a se transformar em consumidor dos produtos nacionais. Além disso, constatava que era impossível ignorar que a má distribuição de terras era responsável direta pelo baixíssimo índice de seu aproveitamento na lavoura. Segundo o Presidente Jango, dentre os 70 milhões de brasileiros, apenas 3 milhões e 350 mil eram proprietários de terras, ao passo que os latifundiários, representando apenas 2% do total (ou seja, pouco mais de 70 mil proprietários), detinham 58% da área total de hectares naquela época.¹⁶⁵

¹⁶² DELGADO, 2001, p. 200-201.

¹⁶³ Como já vimos anteriormente, as reformas pretendias eram no conjunto: agrária, eleitoral, universitária, urbana, administrativa e do sistema financeiro, todas de caráter iminentemente nacionalista ao defender a soberania do povo brasileiro.

¹⁶⁴ Cf. BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Secretaria da Imprensa da Presidência da República*. “As grandes definições de Jango. Porque luto pelas reformas.” Brasília, D. F.: Boletim da Secretaria da Imprensa da Presidência da República, 1964. (Suplemento, n. 2). 20 p. CMDCR

¹⁶⁵ Cf. *Nosso Século*, Especial, 1960/1980. CMDCR.

Como podemos notar, o pensamento de Jango une traços de um paternalismo herdado de Vargas a uma preocupação com a justiça social e com a distribuição de renda, traduzida na luta pela reforma agrária. Outro instrumento de distribuição de renda era a política salarial, cujo caso exemplar foi o aumento do salário mínimo em 100%, durante duas ocasiões: quando Ministro do Trabalho do Segundo Governo Vargas e no mandato presidencial. Na passagem pelo Ministério do Trabalho, ao ceder às pressões dos trabalhadores e sindicatos pelo reajuste salarial, que praticamente dobrava os vencimentos daqueles, Jango foi forçado a demitir-se, em 22 de fevereiro de 1954, pressionado pelo Manifesto dos Coronéis” e pela insatisfação generalizada de militares e empresários com a medida.¹⁶⁶ Passados dez anos, o Presidente Jango despachava do Palácio das Laranjeiras, em pleno sábado ensolarado, decretando o reajuste do nível do salário mínimo, novamente elevado no patamar de 100%.¹⁶⁷

O episódio é ilustrativo da dialética Estado/trabalhadores indicada por Ângela de Castro Gomes e é interessante nos estendermos sobre ele. Conforme Clodesmidt Riani registrou em suas memórias:

Sugeri ao Ministro do Trabalho que os estudos, feitos pelo SEPT (Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho) fossem enviados não só para as Confederações de trabalhadores, como também para as Confederações dos empregadores. Fiz isso e fiquei muito satisfeito, embora muito atordoado porque não pedi ajuda a um contador para analisar o trabalho. Peguei o mapa do Brasil e eu mesmo fui estudando todas as regiões, sub-regiões e situação geo-econômica. Fiz ao meu jeito. Fui o único que apresentei o estudo ao ministro. Nenhuma das confederações de trabalhadores, nem tão pouco de empregadores o fizeram.¹⁶⁸

Em fevereiro de 1963, o Presidente da República enviou mensagem ao Congresso informando o reajuste do salário mínimo em 40%, com paridade para civis e militares. Os trabalhadores mobilizados pelos sindicatos, sentindo-se lesados em seus direitos, pressionaram o governo lançando um indicativo de greve para o devido aumento salarial. Em princípio, o governo não se mostrou favorável em atender as reivindicações dos trabalhadores. Mas temia que se repetisse a situação ocorrida com o próprio Jango quando era Ministro do Trabalho, (dez anos antes, com a “Greve dos 300 mil” em São Paulo). Assim, acabou recuando e entrou em negociação com as centrais sindicais. Riani, o presidente licenciado do CGT, em negociação direta com o Ministro do Trabalho, San Tiago Dantas, sentindo-se pressionado, por declarar um rompimento das sindicais com Jango, assim se defendeu:

¹⁶⁶ DELGADO, Ignacio. *A Estratégia de um Revés: estado e associações empresariais em Minas*. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 1997, p 128-129.

¹⁶⁷ Cf. *Correio da Manhã*, 23/02/1964. “Goulart decreta mínimo e anuncia medidas para protegê-lo”. CMDCR.

¹⁶⁸ PAULA; CAMPOS, 2005, p. 186.

Mas romper por quê? [...] Romper com o Dr. João Goulart? Fomos nós que o colocamos lá! Ele esteve conosco e nós com ele. Como é que nós vamos romper assim de repente? Mas se vocês acharem que têm razão [...] Acredito que tinham que conversar primeiro com o Dr. Jango. Se ele não ceder, vamos ver porque que não cede. Mas tem que saber que nós não estamos satisfeitos.¹⁶⁹

Em seguida, na audiência com o Presidente Jango, estiveram presentes Riani e Oswaldo Pacheco, líder dos estivadores e fundador do PUA, que, segundo Riani, “apesar de ser comunista era um homem de muita respeitabilidade e honestidade”. Sobre este episódio, assim Riani se refere: “Inclusive me lembro quando ele (Oswaldo Pacheco) falou: ‘- Dr. Jango, a estatística do governo mostra o custo de vida a 70%. Como é o que o senhor vai dar 40%. Não aceitamos que o governo está falando.’”

Quando Oswaldo Pacheco terminou de falar, Riani acrescentou, alertando e intimidando ao Dr. Jango:

Presidente, se a reivindicação deles é 70% de acordo com os estudos do governo, não tem como sair fora, doutor. Não tem escapa. Se eles querem fazer greve, estamos de acordo. Sou presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, dos operários, dos mais pobres, de fábrica, de serventes de pedreiro, nós vamos querer o quê? E no princípio de 64 será 100% de aumento de salário mínimo. Já pode ir se preparando Dr. Jango, porque não tem outro jeito.

Nestes episódios, é interessante registrar que a inter-relação Estado/Sindicato/PTB, processava-se em torno de temas relevantes do trabalhismo, como a política salarial e a prática de distribuição de renda. Tal característica também é apontada na análise de Lucília Neves, afirmando que a evolução do PTB em direção ao reformismo havia transformado, parcialmente, a prática e a política sindical do Partido. De uma posição de vínculo orgânico com o Estado através do getulismo e do corporativismo sindical, o “sindicalismo brasileiro evoluiu para criticar e exigir em inúmeras ocasiões, uma política econômico-social mais participativa e distributiva por parte do próprio Estado”,¹⁷⁰ Desta forma, o processo de diálogo foi bastante complexo. Por um lado, persistia um tipo de relação marcada pela reiteração da via concessiva e assistencialista do Estado, com a finalidade de atualizar as bases de controle social. Porém, o PTB, várias vezes foi o responsável pela intermediação entre o Estado e o movimento sindical, antecipando ou cedendo algumas reivindicações dos trabalhadores, que souberam aproveitar o jogo político para ampliar a luta por direitos sociais.

Além de Jango, outros petebistas também se destacaram como líderes desta corrente trabalhista. A ala reformista se espalhou em diversos, estados consolidando lideranças

¹⁶⁹ PAULA; CAMPOS, 2005, p. 245-46. As outras citações que seguem estão nas mesmas páginas.

¹⁷⁰ DELGADO, 1989, p. 294-95.

regionais do partido, alimentando o “fluxo das proposições nacionalistas”, que formaram a militância partidária e extra-partidária naqueles anos. Note-se a atuação de lideranças que pertencem à segunda geração trabalhista, tais como o governador gaúcho, Leonel Brizola, do PTB, e de Clodesmidt Riani, sindicalista e deputado petebista mineiro, que no início da década de 60 viria a se tornar presidente da CNTI e do CGT do Brasil. Entretanto, o campo de ação desses dois personagens no trabalhismo pode ser tomado como paradigmático ao representar vertentes diferenciadas do reformismo.

Ao acompanhar a trajetória de Riani percebe-se que há vários indícios de que ele pode representar dentro da segunda geração do trabalhismo e da corrente reformista uma vertente que combina apego à democracia com apoio às reformas, mobilização de massas com ação institucional. Isto porque, em seu entendimento, a luta pelas Reformas de Base deveria ser encaminhada pelo Presidente da República, com o apoio popular, em favor do povo brasileiro, como podemos constatar em suas palavras:

Porque nós achamos que a reforma já era necessária. Desde que colocada pelo Presidente João Goulart e praticamente a Frente Parlamentar Nacionalista ficou a favor, inclusive o elemento que ficou coordenando, porque dependia de uma estrutura, então ficou entregue ao San Tiago Dantas... Deputado San Tiago Dantas. Então, a gente teve um conhecimento, porque nós conversamos com o doutor João Goulart - nós, que eu digo, movimento sindical através de CGT - e com ele, ele pediu até nosso apoio. Nós, sem dúvida nenhuma, o interesse era nosso, não era só do presidente da República. Tinha reforma de base, a reforma agrária, reforma..., principalmente a reforma agrária. Mas tinha a reforma bancária, reforma estrutural. De modo geral, todas as reformas de base mesmo que eram necessárias, não é? Então nós fomos favoráveis por isso.¹⁷¹

Em relação ao Comício pelas Reformas de Base, Riani afirma que:

Nós não fizemos o comício contra ninguém. Nós fizemos a favor mesmo do Brasil, foi a favor das reformas de base principalmente. Agora nós já vínhamos, assim, numa tensão mais... 60, 61, 62, principalmente 63. Isso foi assim, não quero dizer uma agitação, mas uma situação tensa de um modo geral. Porque tinha o [IBAD], tinha outras delegações que eram contra o João Goulart, eram contra o PTB. E a gente era do partido. Era contra o movimento sindical. E nós temos a nossa luta pelas nossas reivindicações. [...] Então, então a gente vem com a luta desde os tempos de 54. Quando chegamos em 64... 64 ainda ter que ameaçar greve ou fazer uma greve para o novo salário mínimo? No governo de Jango, um governo trabalhista? Um verdadeiro absurdo isso aí.¹⁷²

Em outra ocasião, ao ser perguntado se o movimento sindical percebia e discutia sobre a iminência de golpe:

¹⁷¹ Cf. Depoimento de Clodesmidt Riani, prestado a Prof^a Lucília Neves, em 11/01/91, Programa de História Oral da UFMG. 7B-CR-3.

¹⁷² Cf. Depoimento de Clodesmidt Riani, prestado a Prof^a Lucília Neves, em 14/01/91, Programa de História Oral da UFMG. 9A-CR-5.

Nós no movimento sindical a gente não discutia essa questão de golpe. Nós tínhamos o trabalho das nossas necessidades, dos nossos congressos... Negócio do [IBAD] contra nós, e comício, eles jogavam bomba aí em vários comícios que a gente...aqui ou ali, não é? Várias organizações foram depredadas, de partidos políticos e tudo. Mas nós não estamos com... não é? Nós queremos a nossa pressão mesmo, pressão de base, pressão mesmo de falar, pressão de organizar. Era uma pressão que nós também estávamos achando que era necessidade mesmo.¹⁷³

Assim, para Riani o movimento sindical deve ser uma “vanguarda” para criticar o governo, indicar-lhe soluções para os problemas nacionais e apoiá-lo nas decisões certas. Nesse sentido, distingue-se de San Tiago Dantas - um dos “doutrinários trabalhistas” que vai engrossar as fileiras do reformismo propondo um trabalhismo inspirado no modelo inglês - caracterizado por um viés mais efetivamente institucional (vide Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, que é construída quase que só no Parlamento) e de Brizola, por seu apelo á ruptura com a legalidade. Riani está, também, eqüidistante do “getulismo”, do peleguismo e do radicalismo brizolista. Isto porque, a ascensão a nível nacional, conquistada por Riani, de trabalhador do poste à líder sindical e presidente do CGT e da CNTI, além de ser eleito deputado estadual pelo PTB de Minas, resultou de árduas lutas por direitos dos trabalhadores, sendo retribuída por seus pares sociais com o reconhecimento à sua dedicação e coragem ao penetrar em instituições antes reservadas ao privilégio das elites.

Riani representaria, enfim, uma versão pragmática, de matriz sindicalista, cujo objetivo central é a promoção dos direitos sociais demandados pela pressão exercida pelos próprios trabalhadores movidos por suas convicções, ao se sentirem atores políticos relevantes na vida política brasileira. Tais impressões tornam-se mais claras quando Riani define o que significa para um trabalhador ser trabalhista:

Você nunca pode ser um trabalhista sem ser um trabalhador. Lembro da ocasião em que fui representar o Dr. Jango na posse do Oswaldo Pacheco, como presidente no sindicato dos estivadores. O Ministro do Trabalho também estava lá... Na hora do meu discurso, um discurso simples, operário faz discurso simples, falei da satisfação de estar lá, como presidente da CNTI, como representante do Presidente da República e estava ali também como um operário, trabalhador, que era trabalhista. Mas que antes de eu ser do meu partido, do PTB, era trabalhista, era trabalhador. Fui o mais aplaudido quando falei isso. Então o trabalhismo saiu do trabalhador e daqueles que cuidam da legislação trabalhista.¹⁷⁴

Por sua vez, o discurso de Brizola manifesta um trabalhismo mais mobilizado e radical que, em sintonia com as correntes nacionalistas no Congresso, com as lideranças

¹⁷³ Cf. Depoimento de Clodesmidt Riani, prestado a Prof^a Lucília Neves, em 14/01/91, Programa de História Oral da UFMG. 9A-CR-9.

¹⁷⁴ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 62.

sindicais e estudantis, e, apesar de sua proximidade com Jango, crescera à margem do poder executivo, conquistando a simpatia de militares nacionalistas.¹⁷⁵ Brizola várias vezes demonstrou o teor do seu radicalismo, como podemos constatar em trechos de seu discurso no Comício da Central, no dia 13 de março de 1964:

Pode ser que neste momento a minha palavra esteja sendo impugnada, podem julgar que as minhas credenciais não sejam suficientes, mas o meu lugar é ao lado do povo, interpretando as suas aspirações, é por isso que estou como um de seus autênticos representantes.

Chegamos a um impasse na vida de nosso país, o brasileiro não suporta mais as suas atuais condições de vida, hoje até as liberdades democráticas estão ameaçadas. Vimos em Belo Horizonte, em São Paulo e no Rio Grande do Sul: um governo reacionário está queimando ranchos de camponeses. O que também se passa no Estado da Guanabara é uma prova desta ameaça, pois a Guanabara é governada por um energúmeno. Tanto isso é verdade que o próprio Presidente da República, para poder falar em praça pública, precisou mobilizar as valorosas Forças Armadas.

Não podemos continuar nesta situação, o povo está exigindo uma saída. Mas o povo olha para um dos poderes da república que é o Congresso Nacional e ele diz não, porque é um poder controlado por uma maioria de latifundiários reacionários, privilegiados e de ibadianos. É um Congresso que não dará mais nada ao povo brasileiro; o atual Congresso não mais se identifica com as aspirações do povo brasileiro. [...] E o Executivo? Os poderes da República, até agora, com suas perplexidades e seus antagonismos, não decidem. Por que não conferir a decisão ao povo brasileiro?¹⁷⁶

Por este teor favorável à ruptura com a legalidade, atualmente, alguns historiadores vêm identificando no bojo do trabalhismo, uma outra corrente denominada de “trabalhismo radical”, expressa na liderança de Brizola. A posição adotada pelo governador gaúcho desde a Campanha da Legalidade (1961), evoluindo para uma postura nitidamente anticapitalista, acentuado nacionalismo e radicalizando ainda mais alguns setores trabalhistas e nacionalistas, sugere que sua ação política encontrava-se destoante do campo de atuação das outras duas correntes trabalhistas. Por exemplo, a posição de enfrentamento direto adotado por Brizola teria facilitado o trânsito de grupos radicais para as organizações comunistas que levaram a luta armada contra a ditadura. Isto levanta a hipótese de que teria ocorrido a incidência de um “matiz trabalhista de corte radical” no movimento de luta armada dos anos 1960 e 70, no estado do Rio Grande do Sul.¹⁷⁷

¹⁷⁵ CAMARGO, Aspácia de Alcantra. A questão agrária: crise de poder e reformas de Base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (dir). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano, Tomo III. v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 191.

¹⁷⁶ Cf. *O Panfleto*, 16/03/1964. CMDCR.

¹⁷⁷ Cf. CHAGAS, F. A. G das. “Comunistas e trabalhistas no cenário político brasileiro dos anos 60: notas sobre o trânsito entre culturas políticas”. *Revista Cantareira*, UFF, 6. ed. on-line, 2005. Disponível em <http://www.historia.uff.br/cantareira>. Acesso em 05/2005. Esta hipótese vem sendo desenvolvida por Fábio Chagas, em sua pesquisa doutoral em História Social Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense.

Antes do Golpe, Brizola foi um dos protagonistas dos embates sociais que tiveram maior poder de mobilização das massas. Durante o seu governo no Rio Grande do Sul, dramatizou o espírito nacionalista ao encampar duas empresas multinacionais, a ITT e a Bond and Share, liderou a campanha em defesa da posse de João Goulart, criou a Rede da Legalidade, entre outras medidas que sensibilizaram corações e mentes de muitos brasileiros através dos apelos nacionalistas. Enquanto deputado federal pelo estado da Guanabara, foi um dos principais articuladores da Frente Parlamentar Nacionalista e pelas Reformas de Base, cujo seu jargão era: “Reformas na Lei ou na marra”.¹⁷⁸ Por estes e outros motivos, sua ação acabou atraindo a simpatia e adesão de vários setores das Forças Armadas, de trabalhistas nacionalistas e radicais, e de comunistas, pregando uma reforma radical e o enfrentamento direto contra as forças conservadoras, reacionárias e golpistas da sociedade.

Em fim, engana-se quem imagina que o trabalhismo através do PTB, representou unicamente no decorrer de sua história a existência de um partido “para” os trabalhadores e não “dos” trabalhadores. Ao contrário, vários estudos têm demonstrado que o trabalhismo em determinados momentos possuía uma margem não muito distanciada da realidade e da atuação dos trabalhadores na cena política.

De acordo com Jorge Ferreira, o sucesso dos políticos trabalhistas e o crescimento eleitoral do PTB, sobretudo nas Eleições de 1962, “não foram casuais nem arbitrários, resultados das ações de um líder superconsciente, como Getúlio Vargas, ou de uma burocracia ‘pelego-ministerial’, mas sim corresponderam a tradições, crenças e valores que circulavam na sociedade brasileira da época”. Tais elementos compõem a cultura política trabalhista, que para o autor, deve ser recuperada nas idéias, crenças, sensibilidades e valores políticos que circulavam entre as “pessoas comuns”. Ou seja, entre “homens e mulheres, velhos e jovens, pobres e assalariados de baixa renda em geral que, a seu modo, participaram ativamente da política brasileira”, que naqueles anos, estavam engajados no movimento trabalhista, estreitamente ligado ao projeto desenvolvimentista conhecido como nacional-estatismo.¹⁷⁹

O trabalhismo, enfim, pode ser compreendido, em poucas linhas, como sendo uma categoria composta por um conjunto de idéias e práticas políticas, partidárias e sindicais, que vão além do contexto histórico de sua origem: o Estado Novo. Ele não estava desvinculado da ligação com alguns partidos e lideranças do pós-45, como atestam o próprio PTB e as organizações sindicais sob forte influência da tradição getulista. Sua tradição constituiu-se no

¹⁷⁸ Cf. SENTO-SÊ, João Trajano. “O discurso brizolista e a cultura política carioca”. *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, n. 28, 2001, p. 85-104; FERREIRA, Jorge. “A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961”. In: FERREIRA, op. cit., 2005.

¹⁷⁹ FERREIRA, 2005, p. 11-13.

quadro do processo de urbanização e de industrialização, e se caracterizava por um programa nacionalista, estadista e popular, que abrangia diversas bandeiras. Pregava a independência nas relações internacionais frente à polarização ideológica com a Guerra Fria. Propunha a ação de um Estado desenvolvimentista e intervencionista na esfera econômica e mediador das relações de trabalho, criando para os trabalhadores uma rede de proteção e de vantagens, tais como: institutos de aposentadoria e pensões, sindicatos assistencialistas e Justiça do Trabalho com participação dos trabalhadores. No geral, o trabalhismo era compartilhado por amplas parcelas dos trabalhadores do Brasil que, gradativamente, foram conquistando maior autonomia política frente às forças que detinham o poder de decisão na política brasileira. Há, ainda, uma nítida semelhança entre o trabalhismo e o projeto nacional-estatista. Não por acaso, suas raízes se encontram no Estado Novo.

Ao falarmos de trabalhismo, podemos também fragmentá-lo em estudos sobre as suas diversas expressões regionais: o mineiro, o gaúcho, o paulista, o carioca etc. Refutando a idéia de que a totalidade resulta tão somente da somatória das partes, cumpre-nos em tempos atuais construir o conhecimento histórico para além do eixo-geográfico Rio-São Paulo e para além das capitais. Daí que salta aos olhos o interesse pelo caso juizforano, em que se destaca a atuação de Clodesmidt Riani. A partir dessas observações pertinentes à produção historiográfica que assinalam as relações entre o trabalhismo e o nacional-estatismo, sobretudo direcionada para a conjuntura em que se desenvolveu o golpe de 1964, surge uma questão central: sabendo-se da importância política representada pelo trabalhista Clodesmidt Riani, por que, acerca de Juiz de Fora neste período, pouco foi produzido sob uma perspectiva acadêmica?¹⁸⁰

Conforme podemos observar, existem lacunas importantes na historiografia sobre o tema no estado de Minas Gerais referentes ao período compreendido entre 1961 e 1964, e no período pós-64. Nossa escolha por Juiz de Fora como lócus de análise para a compreensão das relações entre as culturas políticas dos trabalhistas e com outros setores das esquerdas, envolve questões sobre sua aproximação em torno do projeto nacional-estatista, nas mais diversas regiões onde tais culturas políticas incidiram no cenário político local e regional.

¹⁸⁰ Podemos listar as principais obras de referência ao caso juizforano, a saber: LOYOLA, Maria Andréa. *Os sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais*. Petrópolis: Vozes, 1980. (Cadernos do CEBRAP, 35); NEVES, Lucília de Almeida. *CGT no Brasil (1961-1964)*. Belo Horizonte: Vega, 1981; PAULA, Hilda Rezende; Campos, Nilo de Araújo. *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições; EDUFJF, 2005.

A base de nosso argumento fundamenta-se nas memórias de Clodesmidt Riani, que se mostram bastante elucidativas sobre as dimensões da cultura política trabalhista. Referindo-se à sua posição e de seus partidários, Riani sintetiza:

Nós fomos do PTB, Getúlio Vargas era respeitado por nós, os trabalhadores, os operários, porque um dia ele se lembrou da nossa classe. Continuamos muito respeitosos e agradecidos a ele. Mas os tempos mudaram e nós começamos a querer mais um pouco: o CGT, o direito de falar junto ao governo sobre nossos interesses, o direito de greve. O PTB podia falar por nós, defender as reformas de base, o nosso salário. Mas você imagina bem, nós do movimento sindical também fizemos parte do PTB. No governo João Goulart, como dirigentes sindicais, como membros do PTB, e alguns companheiros que eram do PCB, freqüentávamos a ante-sala do Ministério do Trabalho e até a de Jango. Nós participamos e influímos nas decisões do governo, até vetamos ministros. Até decidimos sobre administração da previdência. [...] Nós nunca estivemos tão perto e tão longe das reformas de base.¹⁸¹

A fala de um dos protagonistas do período mostra que o exercício de rememorar, traz, por um lado, a escolha por determinados aspectos que estão presentes nos fatos, personagens e lugares selecionados, que dão sentido à sua identidade cultural, e, por outro, evidencia as relações de força entre história, memória e poder, presentes no campo historiográfico. Também percebemos a defesa da democracia e das reformas de base de forma imbricadas e, por isso, indica que devem ser relacionadas com a “hipótese da mudança da bandeira da legalidade”. Isto porque a aparente contradição entre democracia e reformas, pelo menos a partir deste relato, sugere que eram elementos compartilhados na agenda política de parte das forças que compunham o espectro político das esquerdas, em particular, o universo trabalhista, mas não enquanto um discurso homogêneo. Além disso, encontramos em sua fala uma clara percepção sobre um dos aspectos da dimensão da cultura política trabalhista, na qual os trabalhadores se reconhecem como atores políticos ao admitir que o próprio trabalhismo seja resultado da sua luta enfrentada no cotidiano.

Portanto, evidencia-se que devemos captar e distinguir os discursos dentro de cada uma das forças que partilhavam do projeto nacional-estatista, cujo espectro incluía opiniões muitas vezes divergentes sobre a questão central da democracia no período assinalado: realizar as Reformas de Base, sob a ótica popular. E, por isso, compreende-se o significado desta frase: “*Nunca estivemos tão perto e tão longe das reformas de base*”.

Ao resgatar os aspectos fundamentais das lutas sociais durante o governo Jango, através da análise das memórias de Clodesmidt Riani, acompanhando a trajetória de luta desse líder trabalhista, podemos compreender melhor os embates sociais e os limites dos liames

¹⁸¹ DELGADO, 1989. p. 288-89.

entre democracia e reformas. Isto porque, tanto no passado, quanto no presente, o desafio para a nossa sociedade permanece o mesmo: aprofundar a democracia, promover desenvolvimento econômico e fazer maior distribuição de riquezas. Ao mesmo tempo, contribui para reescrever a história da cultura política dos trabalhadores e populares, desconstruindo alguns mitos presentes no imaginário político, tal como o populismo. De maneira geral, estes apontamentos podem trazer novos significados para as bandeiras defendidas pelas esquerdas brasileiras na atualidade. Como avalia Riani: “enquanto o *sindicalismo não voltar a ser forte, e a esquerda não se unir, nada mudará*”.¹⁸²

Acreditamos que abordar a cultura política trabalhista através da fala de um de seus interlocutores diretos, Clodesmidt Riani, constitui um importante canal para interpretarmos criticamente este passado recente, além de possibilitar meios para encontrarmos respostas aos problemas atualmente enfrentados em nossa sociedade. Assim compreendido, a exemplo de Jango, Brizola, Prestes, Arraes e Riani, muitos outros personagens daquele período histórico merecem ser revisitados pelos pesquisadores, registrando as suas trajetórias, memórias e biografias, para que possamos reescrever estas páginas de nossa história com outros olhares, quem sabe, nos ajudando a encontrar novas perspectivas para o futuro de nossa democracia.

2. História e Vida de Clodesmidt Riani: das grandes lutas sociais ao Golpe de 1964

A biografia e a História durante muito tempo mantiveram relações de alternância e não de hierarquia ou de complementaridade. A relação entre indivíduo e a história sempre suscitou uma diferenciação na qual a História era situada ao lado dos grandes acontecimentos coletivos e colocava a biografia à parte, como uma análise dos fatos e gestos de um indivíduo, cujo sentido era sugerido pelo autor. Hoje, a renovação da História Política trouxe o resgate da biografia histórica ao contribuir com os conceitos de cultura política e ao utilizar a metodologia da História Oral para o estudo da trajetória do indivíduo, entretanto, sem esgotar o absoluto do “eu” de um personagem.

Segundo Philippe Levillain,¹⁸³ uma análise histórica sobre a trajetória de um indivíduo, através das suas memórias produzidas em diferentes momentos e dos diversos documentos que lhe fazem referências, significa aproximar de uma narrativa biográfica, que

¹⁸² Cf. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 05/12/1999. Caderno Política, p. 4.

¹⁸³ LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, 2003. p. 174-75.

atualmente é um modo de escrita da história fortemente hierarquizado. Isto porque, ela pode ser probatória, no caso de biografias de contemporâneos vivos, sobre o qual o conhecimento histórico depende da observação minuciosa e de uma cronologia feita recentemente ou ainda em aberto, consistindo em ordenar, em função da trajetória do indivíduo, documentos escritos e orais (que podem provir do testemunho) para a escrita da história.

Assim compreendida, a escrita da trajetória do indivíduo resulta de uma construção orientada pela hipótese de trabalho levantada pelo historiador, em que ele irá selecionar, afirmar, confirmar, e, mesmo, negar, os dados colhidos nos relatos apresentados pelo protagonista central da história. De certa forma, ao realizar “a operação historiográfica”, estamos fazendo o que M. Pollak denomina de “trabalho de enquadramento de memória”, ou seja, ao circular no espaço acadêmico a história que escrevemos, se estabelece uma “memória social” daquilo que retratamos.¹⁸⁴

Ao enfocarmos a trajetória de um único sujeito histórico, através de suas memórias e registros encontrados em inúmeras fontes históricas, surgem novos personagens, acontecimentos e lugares que ganharão reconhecimento por parte dos leitores. Também, se verifica o compartilhamento de referências em comum em relação a personagens, acontecimentos e lugares, anteriormente conhecidos. Em conjunto, estes aspectos tornam o trabalho com memórias muito enriquecedor para os historiadores, pois, eles podem constatar uma gama de possibilidades de pesquisa a partir deste objeto de estudo. Além disso, na interseção dos elementos que compõem o processo de reconstrução da trajetória de um indivíduo, é que encontramos a polifonia das memórias fragmentadas e internamente divididas e a sua mediação cultural, que nos permite recompor os “substratos do tempo” e conhecer a sua cultura política.

Há uma ressalva importante que gostaríamos de fazer antes de acompanharmos a trajetória de vida de Clodesmidt Riani e que se refere à abrangência dessa retrospectiva. Selecionamos os principais episódios da trajetória de Riani a partir de nosso interesse em formar um determinado panorama visto de perfil, conforme a nossa delimitação temática e objeto de estudo. Excluimos, assim, muitos dados, que podem ser buscados em outras fontes e relatos do próprio personagem, os quais são relevantes para um aprofundamento biográfico sobre sua vida, que sugerem futuros trabalhos sobre este personagem, envolvendo a cultura dos trabalhadores, aspectos da vida cotidiana da cidade de Juiz de Fora, a história do PTB, o próprio trabalhismo, o período da ditadura militar e dos acontecimentos mais próximos do

¹⁸⁴ POLLAK, 1989.

nosso tempo presente. Não agregamos extensamente, por exemplo, os que se referem ao período ditatorial, durante os anos em que esteve preso, aspecto fundamental para se entender, entre outras coisas, o grave momento vivenciado por Riani e as lembranças e registros deixados por seus familiares nas constantes trocas de correspondências e, mesmo, no acompanhamento dos processos judiciais. Também, não nos prendemos a observar mais de perto os momentos marcantes de sua infância, a iniciação na vida profissional e lembranças de seus pais, amigos e familiares. Optamos por definir um recorte mais delimitado, que correspondesse ao momento de sua entrada no movimento sindical até a constante vida política anterior ao Golpe de 1964, o que se aproxima em termos de uma cronologia oficial, aos anos do governo João Goulart, marcados por intensas lutas sociais.

Contudo, nas páginas que se seguem, está representada sob a forma de uma narrativa mais concisa, baseada em memórias colhidas em diferentes momentos, a trajetória de Clodesmidt Riani, nos anos mais dramáticos de nossa história republicana, em que o nosso personagem presenciou e participou ativamente daqueles episódios definitivos para a sociedade brasileira, marcados por lutas, tensões, impasses, utopias e conquistas sociais.

Na história recente do Brasil, a experiência de vida de cidadãos que lutaram e aqueles que continuam lutando contra a opressão, as desigualdades e injustiças, que sofrem na pele a dor de serem perseguidos, caluniados, feridos, de lhes arrancarem todos os bens materiais e de os separarem dos entes queridos, torna-se, cada vez mais, presente e próxima de nossa realidade. Todos que se referem ao tempo da ditadura, certamente, se relembram do quanto àqueles anos eram difíceis, este é o caso de Clodesmidt Riani. Muitas vezes, estas pessoas gostariam de nunca mais se lembrarem disso. Entretanto, em alguns casos, por nossa sorte, nem tanto excepcionais, homens e mulheres, hoje conseguem superar parte dos traumas vividos e se dispõem a contar as suas histórias e revelar outras visões sobre este passado recente. Clodesmidt Riani é um destes bravos brasileiros, que pertence ao conjunto de inúmeros políticos, militantes sindicais, estudantes, esquerdistas, artistas, intelectuais, jornalistas, militantes católicos progressistas, militares, entre tantos outros sujeitos da história, que não compactuaram com o empreendimento golpista civil e militar de 1964. Todas elas representam a voz da resistência ao autoritarismo, e que devido a seus ideais e ações, tornaram-se vítimas da repressão que se abateu no Brasil, desde abril de 1964 até o término do período ditatorial.

No caso de Riani, entre os militantes sindicais do período anterior ao golpe de 1964, talvez, tenha sido um dos mais perseguidos pelo novo governo que se instalou. Fora escolhido como vítima exemplar, indevidamente acusado de elemento agitador e comunista, indiciado e

condenado por crimes que não cometeu. Isto porque ele integra-se a um conjunto de cidadãos brasileiros que estiveram na linha de frente das lutas democráticas e sociais no Brasil e que sempre lutaram por maior justiça social e melhores condições de vida. Riani foi preso, insultado, torturado e separado por anos da convivência com sua esposa Norma e de seus dez filhos. Riani como vítima do arbítrio que se abateu em todos os cantos do Brasil, teve arrancado quase tudo, menos o seu orgulho. Tal orgulho se sustenta pela fé e esperança de que um mundo melhor ainda é possível, sendo representado em suas memórias como forma de resistência que o tempo e o discurso da memória oficial tentam silenciar. Ao mesmo tempo, podemos encontrar no interior de suas memórias os fundamentos de sua identidade social, e na junção entre suas memórias e identidade, temos a elaboração do seu projeto enquanto sujeito histórico, que luta por um futuro mais igualitário e justo.

Durante todos esses anos, desde o momento do golpe até o nosso tempo presente, Riani se esforça por manter viva a sua história, emprestando-nos vários depoimentos, preservando fontes documentais da época, os mais diversificados tipos de registros históricos, de “lugares de memória”, com o intuito de resistir, sempre. O árduo esforço de preservar suas memórias - uma das tarefas mais espinhosas para estas pessoas - resultou por iniciativa de Riani junto com seus familiares e amigos, na organização e criação do Centro de Memória e Documentação Clodesmidt Riani (CMDCR), inaugurado em 15 de outubro de 2001. Este acervo particular é um dos mais ricos que se dispõem, dada as origens sociais de Riani e o potencial de informações ao acesso de pesquisadores. No conjunto de suas fontes históricas; documentos, fotografias, folders, livros, revistas, jornais, diplomas, medalhas e, principalmente, seus depoimentos de vida, parece que Riani em seu íntimo, procura manter viva a sua identidade nas lembranças do passado, elaborando o seu projeto de vida como resistência à força inexorável do tempo, que o passar dos anos impõe às suas memórias, além de reivindicar uma retratação na história oficial, a qual procurou “esquecê-lo”.

A sedução da memória e o fascínio pelo vivido e concebido pelo outro são encontrados quando trabalhamos com as memórias de Clodesmidt Riani, cujas narrativas no conjunto pertencem ao que se denomina “memórias de resistência”. Ao mesmo tempo constituem um rico registro sobre o tempo da experiência do nacional-estatismo e do trabalhismo, sobre o Partido Trabalhista Brasileiro, sobre o movimento sindical, relatos da história do cotidiano dos operários de Juiz de Fora e da própria cidade mineira. Como nos mostra Lucília Neves, ao definir as ligações entre memória e identidade dos sujeitos:

A memória é um dos principais fundamentos da cidadania, pois pode se contrapor ao esquecimento. Muitas vezes adquire dimensão de resistência e alimenta o presente com narrativas sobre o passado, contribuindo para construção e reconstrução de identidades coletivas, que poderiam se perder na trama diacrônica do movimento da história.

A narrativa de Riani pode ser incluída no conjunto do que denominamos narrativas de resistência, pois reconstrói experiências de um tempo passado que a memória institucional procurou, ora relegar ao esquecimento, ora desqualificar.¹⁸⁵

O depoimento de vida prestado por Clodesmidt Riani, ao longo destes anos, nos possibilita realizar um tipo de abordagem, não muito comum em trabalhos que utilizam a metodologia da história oral, devido à condição excepcional de podermos contar com vários registros de suas entrevistas em diferentes contextos. Estes relatos servem para balizar determinados aspectos de suas memórias, fatos ocorridos, lugares e personagens, que podem se destacar mais em um dado momento, do que em outros. Hoje, podem surgir novas informações que antes eram silenciadas pelo depoente. E, o movimento inverso pode também ocorrer, ou seja, algumas informações que antes eram destacadas acabam sendo condicionadas ao esquecimento, devido às características fisiológicas da memória, ou são relegadas ao segundo plano, quer por terem perdido a força de seu significado em relação aos outros tempos, quer por se tornarem vagas no tempo presente.

Clodesmidt Riani nasceu no dia 15 de outubro de 1920, na cidade de Rio Casca (MG), filho de Orlando Riani e Maria Riani. Concluiu o curso primário na Escola Antonio Carlos de Andrada, na cidade de Juiz de Fora (MG), em 28 de novembro de 1933. No ano seguinte iniciou sua vida profissional quando é admitido como ajudante na linha de produção da tecelagem e depois tecelão, na Companhia de Fiação e Tecelagem Moraes Sarmiento. Dois anos depois, precisamente no dia 14 de agosto de 1936, começa a trabalhar como aprendiz de eletricitista na Companhia Mineira de Eletricidade (CME), onde permanece durante 43 anos, aposentando-se no dia 15 de setembro de 1983, como Chefe de Divisão de Redes, da agora denominada Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). No dia 04 de setembro de 1941 casa-se com Norma Geralda Riani, que passa a ser, além de esposa fiel, a companheira de todas as horas e o seu apoio maior e desta união nascem dez filhos.

Riani herdou de seu pai Orlando Riani, o gosto pelo sindicalismo, tendo iniciado a sua militância sindical no ano de 1949, quando participa ativamente da comissão de salário dos empregados das empresas de carris urbanos de Juiz de Fora. A partir daquele momento, passa a representar os trabalhadores juizforanos em todas as negociações salariais. Nesse mesmo ano é eleito suplente de vogal da comissão da Junta de Conciliação e Julgamento agregada à

¹⁸⁵ DELGADO, In: PAULA; CAMPOS, op. cit., 2005, p. 8.

Justiça de Trabalho. Também é eleito para o Sindicato de Carris Urbano. Porém, por uma reação da chapa de oposição é impedido de tomar posse por um recurso impetrado, que tenta desqualificá-lo por ser membro do Sindicato dos Trabalhadores da Força e Luz. Riani não se conforma, organiza outra chapa com elementos de sua extrema confiança e os elege para a Diretoria do Sindicato. Esta, certamente, é uma pequena mostra da sua grande habilidade política, que sempre foi a sua “marca registrada”, embora o próprio Riani afirme que não gosta de política:

Eu não entrei na política. Me puseram na política. E eu sou contra a política até hoje. Não gosto de político até hoje, embora sempre tive muito respeito pelo Getúlio, gostei demais do Jango e da convivência que eu tive com o Dr. Jango. Mesmo com o próprio Juscelino, com o Tancredo, com gente muito boa, na questão política, Bias Fortes, né. [...] Os operários é que me colocaram na política.¹⁸⁶

Na visão de Riani, há uma nítida diferença de significados entre política e luta sindical. Para ele, a sua participação na vida política era um meio de ampliar as lutas de seus pares sociais, sem o propósito de fazer carreira e pregação doutrinária. Já a sua atuação como líder dos trabalhadores dava-se por meio das demandas do cotidiano, sem seguir qualquer tipo de “cartilha ideológica”, orientando-se por questões de ordem mais imediata ao mundo dos trabalhadores, como podemos constatar em suas palavras:

É a questão do dia a dia. Muitas vezes a gente podia nem concordar com o Getúlio, né? [...] A gente começou e fazia as reivindicações do sindicato para a questão de melhoria salarial, porque o que mais se lutava era o aumento salarial, pelo menos uma vez por ano. Ao salário mínimo, não deram seguimento. Porque o Getúlio criou em 1943, não é isso? O salário mínimo, em 1940 e em 1943 foi a CLT. O Dutra entrou e não deu um tostão de aumento. E ninguém brigou por causa disso.¹⁸⁷

A questão do salário mínimo é central na luta da classe trabalhadora, mas isso não significa dizer que se trata categoricamente de um princípio econômico, há outros elementos que envolvem a luta pelo reajuste salarial, como por exemplo, fazer valer os seus direitos conquistados, realizando as reivindicações, ora por meio dos trâmites legais da burocracia estatal, ora por força do movimento grevista. No caso estudado, Riani junto a seus companheiros, lançaram uma campanha a nível nacional em defesa do reajuste do salário mínimo, que desde o governo Dutra não havia sido alterado, aproveitando a conjuntura favorável do Segundo Governo Vargas que havia feito um aumento aleatório em 1952.

¹⁸⁶ Cf. Depoimento de Clodesmidt Riani, prestado ao autor, em 26-08-2006.

¹⁸⁷ Cf. Depoimento de Clodesmidt Riani, prestado ao autor, em 26-08-2006.

O órgão responsável pelo estudo do reajuste do mínimo era o Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho, criado a partir do momento que se começa a pagar o salário mínimo, em 1940. João Goulart ocupando o cargo de Ministro do Trabalho durante o Segundo Governo Vargas, solicitou o estudo sistemático para a devida revisão do salário mínimo, constituindo uma comissão conjunta entre técnicos do ministério, representantes dos trabalhadores e políticos trabalhistas. Apesar de aprovado o estudo da Comissão do Salário Mínimo, ainda deveria ser submetido ao Ministério da Fazenda.

Em 1954, Riani é indicado pelas Entidades Sindicais de Juiz de Fora, e nomeado pelo Ministro do Trabalho, João Goulart, como Membro da Comissão do Salário Mínimo do Estado de Minas Gerais. Sendo escolhido líder e Relator da Bancada dos empregados, que era composta de cinco membros, lidera uma Campanha Nacional pela revisão dos salários mínimos regionais, conseguindo os maiores índices do país. Em 1951, o mínimo foi fixado nos valores de: CR\$ 900,00; CR\$ 800,00 e CR\$ 650,00 nas três regiões que o Estado de Minas Gerais era dividido para efeito do cálculo. Com a Campanha Nacional de 1954, foram os seguintes os aumentos do mínimo para as regiões mineiras: de 144% a 1ª Sub-Região, 162% para a 2ª Sub-Região e 223% na 3ª Sub-Região, respectivamente os valores de: CR\$ 2200,00, CR\$ 2100,00 e CR\$ 2000,00.¹⁸⁸

Conquistando a união dos trabalhadores, forma o Comando de Greve em Juiz de Fora (MG), entre os dias 16 e 21 de agosto, para fazer prevalecer o direito legal dos aumentos conquistados para a classe, após a árdua luta empreendida pelos seus companheiros em campanha nacional, enfrentando a resistência da classe patronal.

Depois de tudo decidido, de aprovado, de ter feito uma greve vitoriosa, eles ainda queriam voltar atrás. O salário mínimo não foi ganho de mão beijada. Foi com muita, muita persistência. Os patrões tentaram voltar atrás mesmo ainda depois de ele em vigor, quiseram reduzir o salário, coisa que a lei não permite. Foi um trabalho difícil para toda classe operária de Minas.¹⁸⁹

O resultado do reajuste de 100% sobre o salário mínimo rendeu o pedido de demissão de João Goulart da pasta do trabalho, cobrado pelos ministros gerais. Contudo, a classe trabalhadora saiu vitoriosa desta luta. Depois deste episódio, Riani continua a representar os trabalhadores em todas as negociações salariais, participa dos Congressos dos Trabalhadores junto ao Presidente Getúlio Vargas e ao então Governador Juscelino Kubitschek. É eleito como 1º Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Hidroelétrica de Juiz de Fora e também como membro do Conselho na CNTI. Foi a partir da campanha pelo

¹⁸⁸ DELGADO, Ignacio, 1997, p 149.

¹⁸⁹ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 57.

salário mínimo, em que conquistou grande projeção nacional, é que nasceu a sua candidatura a Deputado Estadual pelo PTB de Minas.

A vida política partidária de Riani inicia-se em 1950, quando alcança a 11ª posição, entre 15 vagas, ao se candidatar a Vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora, pelo Partido Social Progressista (PSP), obtendo 587 votos no pleito eleitoral.¹⁹⁰ Sua decisão de concorrer pelo PSP, deu-se por força do apoio do partido de Ademar de Barros á Candidatura de Getúlio Vargas. No entanto, Riani não toma posse porque seu partido não consegue a legenda mínima necessária. São suas palavras: “Não me importei, pois o meu negócio eram outras coisas, e continuei fora da questão política”.¹⁹¹

Algum tempo depois, Riani atenderia ao pedido de companheiros de luta, sendo indicado para concorrer a uma das vagas de Deputado Estadual, como candidato do Partido Trabalhista Brasileiro, pela seção mineira. Com isso, em 1954, é eleito Deputado Estadual pelo PTB de Minas Gerais e trabalha muito pelas candidaturas de Juscelino Kubischek e João Goulart para a presidência e vice-presidência da República, na famosa aliança PSD-PTB. Estabelece grande amizade com JK, e em especial com Jango. Goza da amizade de Tancredo Neves. Por sua atuação na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, onde apresentou 16 emendas em projetos de lei; 17 projetos de lei, conseguindo que 9 fossem transformados em lei; 72 requerimentos; 99 indicações e ocupando a tribuna 184 vezes para discutir projetos, requerimentos e indicações, foi considerado pela Imprensa Mineira um dos Dez melhores Deputados Estaduais.¹⁹² Assim, já na sua primeira legislação, a desenvoltura de Riani como deputado, mostra que ele, representante legítimo da classe operária, rapidamente conquistava espaço no jogo político antes reservado ao privilégio das elites mineiras.

Nas Eleições do Diretório Municipal e do Conselho Fiscal do PTB de Juiz de Fora, realizada no Cine Teatro Popular, em 12 de janeiro de 1958, foram traçados os planos para reestruturação do partido dentro dos princípios petebistas, com participação direta dos sindicalistas, tendo Riani como delegado reestruturador. Concorreram na histórica Convenção Municipal do PTB, duas chapas, uma encabeçada por Clodesmidt Riani e Dr. José Ferreira de Moraes Filho, concorrendo contra Sylvio de Andrade Abreu e João Moreira de Brito Filho. Riani é eleito Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Juiz de Fora, com 761 votos a favor e 220 votos contra, deixando de votar os 1650 filiados em condições de voto.

¹⁹⁰ Cf. Depoimento de Clodesmidt Riani, prestado a Profª Lucília Neves, em 02/10/1985, Programa de História Oral da UFMG. TEM-CR-1.

¹⁹¹ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 34.

¹⁹² Cf. Cartilha, O que fez o Deputado Riani como representante do povo na Assembléia de Minas Gerais e junto ao Governo Federal, 1962. CMDCR.

Nessa ocasião, ocorre um divisor de águas no PTB juizforano, evidenciando uma nova fase de lutas, cuja virada na direção local do partido foi marcada por uma nítida separação com a antiga direção, que se recusou a entregar as Atas para o diretório vencedor. A nova diretoria do partido teve que providenciar os novos livros de Atas.¹⁹³ A partir daquele momento, a história do PTB juizforano passa a ser registrada, oficialmente, do ano de 1958 até 1964, com o golpe civil e militar. Entretanto, não foi possível verificar as Atas lavradas anteriormente, restando informações sobre o período anterior ao ano de 1958 somente em recortes de jornais, ou através dos depoimentos de alguns de seus militantes.

Os petebistas juizforanos através do Novo Programa do PTB de Juiz de Fora (1958) registravam os problemas acarretados pelo rápido crescimento da cidade, com um complexo processo de concentração urbana. Na visão deles, a legislação municipal e os recursos disponíveis se revelavam incapazes de realizar uma intervenção racional para o bem-estar coletivo. Assim, assumiram o compromisso de elaborar a execução de um Plano Diretor Municipal que, resumidamente, pretendia:

Conter, orientar e racionalizar o crescimento de nossa Comunidade, segundo regulamentações que visem a diminuir o congestionamento das ruas, prover o abastecimento, a saúde e o bem-estar coletivos, garantir luz e ar em condições adequadas, prevenir e evitar concentrações excessivas de população, criar condições favoráveis ao adequado fornecimento de transporte, água e esgotos, e a localização e instalação de escolas, parques, jardins e outras utilidades públicas, e fornecer meios necessários para a elevação do nível de vida da população operária e o desenvolvimento econômico do Município.¹⁹⁴

A renovação petebista juizforana previa ir além do Plano Diretor, almejando concorrer vitoriosamente para a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, o que permitiria colocar em prática um plano de governo popular. Para isso lançaram candidatos próprios para Prefeito e Vice-Prefeito, além de novas lideranças para as vagas de vereador.¹⁹⁵ Em relação às Eleições de 1958, os petebistas de Juiz de Fora, também lançaram nomes para deputado estadual e federal, prestando apoio aos candidatos para o cargo de Juiz de Paz. Foram os seguintes nomes que concorreram:¹⁹⁶ Nilo Álvaro Soares (Deputado Federal); Clodesmidt Riani e Sebastião Marsicano (Deputados Estaduais); Sylvio de Andrade Abreu (Prefeito); Elzio Bruni (Vice-prefeito); Juiz de Paz, Orlando Martins de Matos e Joaquim Veríssimo Vieira; para Vereador, Abel Martins (operário da Fiação e Tecelagem Mascarenhas), Adalberto Landau

¹⁹³ As Atas do Partido Trabalhista Brasileiro, seção de Juiz de Fora (MG) encontram-se de posse de Clodesmidt Riani, sendo disponíveis para consulta no CMDCR.

¹⁹⁴ Cf. Programa do Partido Trabalhista Brasileiro, seção de Juiz de Fora (MG), maio de 1958. Manuscrito. CMDCR.

¹⁹⁵ Cf. Atas do PTB, seção de Juiz de Fora (MG). CMDCR.

¹⁹⁶ Cf. Folder da Campanha do PTB para as Eleições de 3 de outubro de 1958. CMDCR.

(da Malharia Sedan), Djalma Martins de Castro (presidente do Sindicato dos Empregados do Telefone), Francisco Afonso Pinheiro (eletricitário), José de Souza (líder sindical), José Pereira Júnior (líder sindical), Ney Jacinto Pereira (funcionário público municipal), Radinel Pimenta Braziel (trabalhador da Fábrica de Fiação e Tecelagem da Floresta), Antônio Athos Branco da Rosa (jornalista), Ayrton Ribeiro Fonseca (estudante de Direito), Dr. Godofredo Botelho, Itamar Augusto Cautieiro Franco (engenheiro-civil), José Moreira Lana (advogado), Manuel de Almeida (sapateiro), Benedito Pereira Guedes, Jair Justiniano da Silva (líder sindical), Matheus de Queiroz (líder sindical), Sebastião de Miranda Tostes (motorneiro ou condutor de bondes, foi presidente do Sindicato dos Carris Urbanos de Juiz de Fora), Walter Goulart (comerciante) e Victorio Ângelo Daldegan (funcionário municipal).¹⁹⁷

Riani concorria à reeleição de Deputado Estadual da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, tornando-se primeiro suplente de Bancada do PTB, sendo empossado Deputado Estadual em 1960, ocupando a vaga do deputado licenciado Saulo Dinis. Dentre os militantes petebistas juizforanos, cabe destacar a presença do ex-presidente Itamar Augusto Cautieiro Franco. O então, jovem engenheiro-civil, teve como padrinho político o líder sindical Clodesmidt Riani. Nas Eleições Municipais de 1962, o PTB de Juiz de Fora lançou para Prefeito, Nicolau Schuery e para Vice-prefeito, Itamar Franco, sendo que a proposta de governo confere com as diretrizes apresentadas no Plano Diretor de 1958.¹⁹⁸

Nos dois pleitos que Itamar Franco disputou pelo PTB, um concorrendo ao cargo de vereador e outro para Vice-prefeito, ele não conseguiu ser eleito. Riani, em suas memórias faz o seguinte registro sobre a trajetória de Itamar Franco no PTB juizforano:

Nos livros do PTB estão registradas todas as suas reuniões. Pode-se ver como o operário falava, discutia, como é que um Itamar Franco, o professor Marsicano Ribeiro, que foi reitor da Universidade (UFJF), discutiam um assunto. O Itamar Franco foi candidato nosso a vereador, não ganhou; vice-prefeito, não ganhou; depois foi prefeito de Juiz de Fora por duas vezes. No governo do Ademar de Rezende de Andrade, foi convidado para o Departamento de Águas e Esgoto, estava fazendo um bom trabalho, mas, em 64, foi afastado, porque era do PTB.

¹⁹⁷ Cf. *O Lince*, Juiz de Fora, set./out. de 1958. Resultados finais das Eleições de 1958. p. 22-23. CMDCR. Os votos obtidos pelos candidatos do PTB foram: prefeito, Sylvio de Andrade Abreu (20196), vice-prefeito, Elzio Bruni (12285). Para vereador: Godofredo Botelho (reeleito, 945), José Moreira Lana (eleito, 783), Victorio Daldegan (eleito, 655), Francisco Pinheiro (555), Valter Goulart dos Santos (542), Itamar Franco (509), Radinel Pimenta Braziel (452), Mateu de Queiroz (384), Adalberto Landau (371), Abel Martins (352), Jair Justiniano da Silva (342), Manuel de Almeida (327), Sebastião de Miranda Tostes (308), Airton Ribeiro da Fonseca (227), Nei Jacinto Pereira (223), Antônio Athos Branco da Rosa (191), Benedito Pereira Guedes (175), Djalma Martins de Castro (150), José de Souza (142), José Pereira Júnior (110). Para Juiz de Paz: Orlando Martins de Matos (não há referências), Joaquim Veríssimo Vieira (2552). Para Deputado Federal: Nilo Álvaro Soares (3572). Para Deputado Estadual: Clodesmidt Riani (eleito, 4635), Sebastião Marsicano (4069).

¹⁹⁸ Cf. Programa de Governo do Candidato Nicolau Schuery, Juiz de Fora, 1962. CMDCR.

Depois, na campanha de 66 para prefeito, na última hora, disseram que tinha que ajudar a eleição do Wandenkolk Moreira. Mas na hora, a nossa turma do PTB disse que o Itamar era nosso, carregou o Itamar, e ele foi eleito. Foi uma surpresa geral, e nossa turma manteve-se firme. E na reeleição, ficamos com ele outra vez. Ele sabe de onde que veio. Agora recebi uma homenagem lá em Belo Horizonte com outros colegas. E ele falou isso publicamente.¹⁹⁹

Nesta fala de Riani constata-se um relato importante sobre as origens políticas do ex-presidente Itamar Franco. Além disso, encontramos elementos definidores da sua identidade política, uma vez que se evidencia a relação estreita com um político que veio a ocupar um lugar de destaque na história do Brasil recente. Riani ao se referir aos acontecimentos das Eleições de 66 e depois à reeleição de Itamar Franco como prefeito de Juiz de Fora, está vivenciando “por tabela” estes personagens, acontecimentos e lugares, conforme análise sobre os elementos da memória apresentado por M. Pollak. Isto porque, durante o referido período, Riani encontrava-se em regime de reclusão, pois fora condenado como preso político pelo regime ditatorial. Além disso, pode-se perceber uma preocupação de Riani, em relação a uma necessária retratação pública do Ex-Presidente Itamar, no sentido de declarar o reconhecimento sobre suas origens no PTB de Juiz de Fora, em que os companheiros de luta de Riani deram apoio decisivo para a primeira vitória política de Itamar Franco, concorrendo nas eleições municipais. Certamente, a eleição de Itamar Franco como Prefeito de Juiz de Fora, representa uma grande conquista dos petebistas juizforanos, que almejavam alcançar a Prefeitura, desde a Convenção histórica de 1958, mesmo que sob uma nova conjuntura política.

No ano de 1960, Riani preside o IIIº Congresso Sindical do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte - MG, com encerramento em sessão solene em Ouro Preto - MG, em homenagem a Felipe dos Santos, presidido por João Goulart, Vice-Presidente da República. Compareceram, também, o Prefeito Municipal Benedito Xavier, Deputados Federais José Raimundo da Silva, Tancredo Neves e San Tiago Dantas, acompanhados de mais de 500 participantes, em julho.

Ainda em 1960, Riani participa do IIIº Congresso Sindical Nacional na qualidade de líder da bancada de Minas Gerais, composta de 92 Delegados e como Vice-Presidente da CNTI, sendo debatida entre outros temas, a LOPS, que seria aprovada em agosto.²⁰⁰ Esse Congresso foi convocado pelas quatro confederações: Confederação Nacional dos Empregados no Comércio, Confederação dos Trabalhadores de Transportes Terrestres, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Crédito e Confederação

¹⁹⁹ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 124-25.

²⁰⁰ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 181-86.

Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Por parte da direção do Congresso surgiu um tumulto no plenário. Os Presidentes das Confederações da Indústria, do Comércio e do Transporte abandonaram a mesa dos trabalhos dizendo que o Congresso estava encerrado, ficando apenas Humberto Pinheiro da CONTEC. Nesse momento, Riani pede a palavra e solicita calma, dizendo que na qualidade de Vice-Presidente da CNTI, assumiria o cargo, tendo em vista a retirada do Presidente, pedindo que os trabalhadores da Indústria permaneçam no Congresso. Aplaudido de pé, assume a presidência e declara que a bancada de Minas Gerais na sua totalidade permanecerá no Congresso. Na ocasião foi decidido que: “O 3º Congresso Nacional de 11 a 14 propôs, entre outros, reformas do atual sistema e estrutura sindical dentro do espírito do artigo 149 da Constituição. Criação e constituição de um organismo nacional que aglutine e dirija as forças dos trabalhadores de todo o país.”²⁰¹ Desta forma, ganhava corpo a formação de um comando que aglutine e dirija todas as representações sindicais dos trabalhadores, algo que foi concretizado com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil, durante o 4º Encontro Sindical Nacional dos Trabalhadores, na grande greve de 1962. O término do 3º Congresso foi realizado em sessão solene presidida pelo Deputado João Batista Ramos, Ministro do Trabalho e Previdência Social, realizado no Teatro São Caetano, no Rio de Janeiro – RJ.

Ainda nesse ano, Riani é escolhido pela delegação que foi a Brasília para assistir a homologação da Lei Orgânica da Previdência Social, para falar em nome do movimento sindical nacional. Organiza a caravana Sindical a Brasília que consegue a aprovação da Lei Orgânica nº 3807 da Previdência Social (LOPS). Na ocasião agradeceu ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, Deputado João Batista Ramos, ao Vice-Presidente da República, João Goulart, e ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Os Presidentes das Confederações estavam presentes e escolheram o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Deocleciano de Holanda Cavalcante, para orador, mas o mesmo foi vaiado insistentemente pela caravana sindical. Falaram também Juscelino Kubitschek, João Goulart e João Batista Ramos. Foi uma das maiores vitórias da classe operária brasileira da década de 1960, pois a conquista da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) envolveu 7 anos de luta, desde o Iº Congresso de Previdência Social, realizado no Rio de Janeiro, capital, em 1953, até sua promulgação em 1960. A LOPS, como ficou

²⁰¹ Cf. Id. *Ibidem*.

conhecida, estabelecia no Artigo 22:²⁰² As prestações asseguradas pela Previdência Social consistem em benefícios e serviços, a saber: “1. Quanto aos segurados pela previdência; a) auxílio doença; b) aposentadoria por invalidez; c) aposentadoria por velhice; d) aposentadoria especial; e) aposentadoria por tempo de serviço; f) auxílio-natalidade; g) pecúlio; e h) assistência financeira. 2. Quanto aos dependentes: a) pensão; auxílio-reclusão; c) auxílio-funeral; e d) pecúlio...”²⁰³

Em 25 de agosto de 1961, o Presidente da República Jânio Quadros, mal completados seis meses de governo, renuncia. Os ministros de Jânio tentam impedir a posse do vice-presidente, João Goulart, com o intuito de provocar um golpe branco no Congresso. A reação das forças políticas democráticas foi imediata, grupos mais à esquerda protestaram junto com a ação de grandes lideranças centristas, tais como, Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek, os populares realizaram manifestações públicas a favor de Jango e no Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola liderou uma grande campanha popular pela Legalidade. Resultado, as forças democráticas conseguem impedir o golpe e garantem a posse de Jango. Porém, a solução moderada proposta ao Congresso Nacional foi através da criação do sistema parlamentarista, restringindo os poderes legais do Presidente Jango, e adiando por tempo delimitado o problema institucional, já que era previsto uma consulta popular para decidir entre o parlamentarismo e o presidencialismo.

Riani aderiu ao movimento de resistência nacional, conhecido como Campanha da Legalidade, contra as forças reacionárias e antidemocráticas que tentaram anular o cumprimento da Constituição Federal. Em terras mineiras liderou os trabalhadores estando à frente do Congresso Sindical de Minas, assumindo a liderança da Campanha pela legalidade, batendo-se dia-a-dia pela vitória dos seus ideais, promovendo comícios e agindo em defesa dos trabalhadores injustamente detidos pela polícia. Ele se expressa sobre a renúncia de Jânio Quadros, desta forma:

Olha, nós fomos pegos de surpresa, que eu estava lá em Belo Horizonte com o Edgar da Mata Machado, que era secretário do Estado. Eu estava justamente reunido com a comissão para tratar da criação da... Universidade do Trabalho. [...] Nós fomos pegos, assim, de surpresa, não é? Aí nós imediatamente..., cada um tomou o seu destino e ficamos acompanhando os acontecimentos. E o que se viu foi isso. E nós então ficamos atentamente, sabe? E com a mobilização das massas, em vários lugares fazendo greve, em Nova Lima também teve greve etc. E resultado: nós reunimos para tratar do assunto. Mas aí o pessoal foi preso, do

²⁰² Lei Orgânica da Previdência Social – Lei nº. 3807, de 26 de agosto de 1960, assinada pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, sendo publicada no Diário Oficial, de acordo com o decreto lei número 48959, em 19 de setembro de 1960. Dados fornecidos ao autor, por Clodesmidt Riani.

²⁰³ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 183.

movimento sindical, mais esclarecido, foi tudo preso. E ficou uma situação, assim, mais ou menos difícil, aquele momento.²⁰⁴

Ainda em 1961, Riani lidera a Campanha em favor do Salário Família e, após 13 anos de lutas, a classe trabalhadora conquista esta grande vitória. Preside o Comitê de Greve Nacional que consegue 80% de aumento no salário. Além disso, Riani participa com o mesmo vigor em duas outras importantes conquistas dos trabalhadores: a Lei de Aposentadoria Especial para os ex-combatentes e trabalhadores na indústria ao completar 25 anos de serviço, e a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural. Também vai liderar várias campanhas para novos níveis de aumento do salário mínimo.

No ano de 1962, é reeleito Deputado do Estado de Minas Gerais com expressiva votação, em 07 de outubro. Indicado pela Bancada dos deputados estaduais, para ser Secretário do Trabalho e Bem Estar Social do Estado de Minas Gerais, não aceita para não prejudicar o seu trabalho como Representante Sindical, o mesmo acontecendo com Sinval Bambirra. Estas indicações surgiram do acordo entre o Partido Trabalhista Brasileiro e o Governador do Estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, em que duas Secretarias de Estado passariam a ser administradas pelo PTB. As Secretarias seriam da Saúde que ficaria para a Bancada dos Deputados Federais e a do Trabalho e Bem Social para os Deputados Estaduais. Registra-se, na oportunidade que, segundo a compreensão da Bancada, a Secretaria do Trabalho e Bem e Estar Social, cujo titular era homem de grande visão política e social, o Professor Edgard Godói da Mata Machado, estava se entendendo bem com o movimento sindical de Minas Gerais. Também era percepção da própria Bancada, que o melhor seria trocar esta Secretaria por outra. E assim foi feito, efetuando-se a troca entre as pastas das Secretarias de Saúde pela da Educação. Para a Secretaria de Educação do Estado foi indicado o Deputado Estadual Cândido Ulhôa, presidente do PTB de Minas Gerais.

Em 1963, Riani preside o Comitê da “Greve dos 700 mil” trabalhadores nas Indústrias do Estado de São Paulo–SP, de 25 de outubro a 03 de novembro, atendendo ao pedido do Pacto de Ação Conjunta, participando 4 Federações e aproximadamente 80 Sindicatos das Indústrias. O resultado foi uma grande vitória da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) que obtém 80% de aumento salarial. O saldo negativo do enfrentamento direto contra a repressão policial das forças do governo paulista envolveu vários trabalhadores espancados, e 1.100 presos.

²⁰⁴ Cf. Depoimento de Clodesmidt Riani, prestado a Prof^a Lucília Neves, em 11/01/91, Programa de História Oral da UFMG. 7A-CR-10.

A participação na “Greve dos 700 mil”, em São Paulo, foi muito importante para Riani, um líder sindical mineiro atuando diretamente no campo de batalhas dos trabalhadores paulistas, valendo-se do crédito enquanto presidente da CNTI e do CGT. Para ele:

Foi uma das maiores que eu participei. Essa greve a que continha, entre outras reivindicações dos trabalhadores, o pedido de aumento salarial de 100%. O movimento começou dia 27, não sei com quais sindicatos, mas se uniram e formaram o Pacto de Ação Conjunta. De repente assustaram porque apareceram mais de 10 sindicatos. Eles ficaram atordoados (esse é o termo que posso empregar), porque telefonaram para mim de São Paulo, pedindo apoio da CNTI e explicamos que eu podia dar todo o apoio, porque estavam naquelas condições.²⁰⁵

Porém, os conflitos não se restringiram às trincheiras de lutas no mundo do trabalho. As referências sobre os acontecimentos da “Greve dos 700 mil”, a participação de Riani e de seus companheiros sindicais no movimento e o resultado final pelo reajuste do salário, representam embates de memórias entre as lembranças de Riani e a versão narrada pela Revista *O Cruzeiro*, na edição Extra de 1963. Na opinião de *O Cruzeiro*, o Pacto de Ação Conjunta (PAC) teria surgido com a intenção de formar em São Paulo, uma força sindical semelhante ao PUA da Guanabara e foi resultado da concentração de contratos coletivos vencidos no mês de outubro (mais de 80, segundo a reportagem). E dez dias após sua formação, iniciava a luta defendendo o princípio de que todos os contratos de trabalhos vencidos fossem resolvidos em conjunto, no mesmo patamar das decisões da CNTI e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Além disso, as outras reivindicações eram: revisão periódica do salário de 4 em 4 meses, férias pagas em dobro, aumento de 5% por quinquênio, reconhecimento e concessão de estabilidade aos delegados sindicais nas empresas, vigência do aumento a partir do 1º de novembro, entrega de um dia de salário para o sindicato dos trabalhadores, incidência do aumento a partir do 1º de janeiro.²⁰⁶

Na descrição feita pela reportagem de Audálio Dantas, Wilson Gomes, Carlos Azevedo e José Carlos Marão, para *O Cruzeiro*, a greve dos industriários paulistas deu-se por motivos particulares da cúpula dos sindicatos paulistas em razão de pretenderem se igualar a CNTI e não devido aos interesses reais dos trabalhadores paulistas. Além disso, atacam diretamente os líderes do movimento grevista, acusando-os de oportunistas, agitadores e manipuladores, pois teriam levado os trabalhadores a entrarem em uma greve caracterizada por motivos pessoais.

²⁰⁵ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 264.

²⁰⁶ Cf. *O Cruzeiro*, Edição Extra, São Paulo, 1963. CMDCR.

Três líderes sindicais organizaram, deflagraram e comandaram a greve da indústria paulista. Dois deles importados: Clodesmidt Riani e Dante Pelacani, dirigentes da CNTI e do CGT, entidades da cúpula sindical que orientam quase sempre pela linha do partido comunista. O terceiro chama-se Luiz Tenório de Lima, pernambucano radicado em São Paulo, que criou uma nova sigla já incorporada à cúpula sindical e que estreou fracassando: o PAC, ou Pacto de Ação Conjunta. Riani e Pelacani defenderam, na greve, seus interesses pessoais: estão com seus dias contados à frente da CNTI, que renova sua diretoria ainda este mês. Jogaram toda a força de que dispõem na greve dos industriários paulistas. Manobraram, articularam, agitaram, para levar setecentos mil trabalhadores à greve. Durante seis dias mantiveram o País em suspense. E foram derrotados.²⁰⁷

Para Riani a “Greve dos 700 mil” tem outros significados, resultados e motivações:

Falei: ‘Quem fez a greve são os operários. Quem orienta é o sindicato. As federações dão apoio e a CNTI também. Mas está longe. E quantas federações estão englobadas nessas categorias de trabalhadores na indústria? São 4 federações.’ Continuí: ‘Então peçam para me mandarem um rádio urgente, solicitando apoio da CNTI, porque o submeto à diretoria para ver o que nós podemos fazer. O meu parecer é que somos favoráveis a ajudar as federações, e automaticamente a vocês na questão da greve’. Pronto, fim de papo.²⁰⁸

E em seguida, ao se defender, conclui:

Derrotados com 80% está ótimo. Eu não estava nem pensando em eleições da CNTI. Porque inclusive nem era candidato ainda [...]. Nós nas negociações agimos assim: primeiro, cheguei lá no dia 25 de outubro e nos reunimos. A CNTI se mudou para São Paulo. Ficou marcado..., a reunião das categorias que iriam entrar em greve. As categorias ficariam lá e se quisesse entrar em greve tinha que votar separado. Mas dentro do mesmo teatro. O Pacto arrumou isso lá.²⁰⁹

Segundo O Cruzeiro, Riani jogou fora todo o seu prestígio na fracassada greve paulista e Luiz Tenório de Lima acabou perdendo a confiança depositada pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Na avaliação geral, a reportagem sobre movimento grevista considerou que “o fracasso da greve demonstrou o sentido da politização do operariado paulista. O CGT e a CNTI não conseguiram dobrar a resistência democrática dos trabalhadores”.²¹⁰

Na interpretação de Riani, a greve de São Paulo foi vitoriosa, pois, “foram feitas assembleias nos sindicatos, e todos foram favoráveis a 80%”.²¹¹ Isto significa que, ao contrário da opinião emitida pelo O Cruzeiro, a conquista de 80% de reajuste do salário para os trabalhadores paulistas foi uma grande conquista, mesmo não alcançando os 100%

²⁰⁷ Cf. *O Cruzeiro*, Edição Extra, São Paulo, 1963. Primeira página. CMDCR.

²⁰⁸ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 265.

²⁰⁹ Cf. *Ibidem*, p. 265.

²¹⁰ Cf. *O Cruzeiro*, Edição Extra, 1963.

²¹¹ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 269.

reivindicados no início da greve. Além disso, na visão de Riani, o desfecho da greve, a articulação feita pela CNTI junto às lideranças sindicais paulistas e a participação direta dos trabalhadores no movimento, traduzem melhor os reais significados da “Greve dos 700 mil”.

Contudo, a partir da análise desse episódio, torna-se relevante compreender que há um alcance ainda maior da “Greve dos 700 mil”. Podemos perceber os embates de memória produzidos entre a reportagem, no calor dos acontecimentos, de O Cruzeiro e os relatos de Riani feitos *a posteriori*, mas que não deixam de ser autênticos. O discurso presente na reportagem nos permite avaliar a visão de alguns órgãos da imprensa sobre o sentido atribuído ao movimento organizado dos trabalhadores e qual o teor das mensagens veiculadas no texto jornalístico. Em relação às memórias de Riani, percebe-se claramente que, passados estes anos, os significados da “Greve dos 700 mil” ainda continuam vivos nos seus ideais, com a finalidade de resistir à visão transmitida pelos órgãos de imprensa do período. Mais do que isso, há uma importante conclusão que se pode retirar do desfecho da “Greve dos 700 mil”, que escapa do julgamento do O Cruzeiro, mas percebida, nas entrelinhas da fala de Riani: a partir daquela experiência os trabalhadores passavam a decidir quais os objetivos e instrumentos que seriam adotados no movimento grevista, sem esperar por decisões exclusivas das cúpulas das confederações e federações, significando que as pressões de tomada de decisão nos sindicatos partiam das suas bases. Isto pode ser constatado no seguinte trecho:

A baixada santista quis entrar em greve em solidariedade aos grevistas de São Paulo. [...] Os trabalhadores estavam reunidos para decidir sobre a decretação da greve em solidariedade aos grevistas de São Paulo. Na minha chegada, bateram palmas e disseram que estavam decidindo decretar greve. Falei: ‘Há duas soluções: primeiro, acho que não devem decretar greve’. Fui vaiado. Continuei: ‘Vaiar não faz mal. Se quiserem decretar, decretem a greve, mas não paralisem o trabalho. A hora que eu precisar, porque eu sou presidente da CNTI, e estou sendo responsável com mais diretores pela greve, falo e vocês paralisam. Fora disso não temos necessidade, agradecemos sua solidariedade. Se entrarem em greve, vão nos atrapalhar porque é mais um movimento de greve que temos que participar. Sou presidente do CGT, o Dante, vice-presidente. Temos que chamar o Pacheco. Confiamos em vocês, e meu apelo é para que vocês não façam isso’. Deixei a solução para eles. E não entraram em greve.²¹²

Os acontecimentos que se seguem após o fim da greve, vão mostrar que ao contrário da opinião expressa pelo O Cruzeiro, a reputação e carreira sindical de Riani não haviam chegado ao fim. Entre a “Greve dos 700 mil” e os “idos de março de 1964”, a liderança de Riani junto aos trabalhadores do Brasil e a confiança depositada pelo Presidente Jango

²¹² Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 270.

atestam a dimensão alcançada por este operário do poste, que ousou penetrar em instituições antes reservadas às elites e que fez da luta sindical a sua bandeira de vida. Exatamente, é neste período que Riani atinge o auge da sua ação política e sindical a nível nacional.

Depois da “Greve dos 700 mil” Riani continua sua extraordinária luta pelos trabalhadores, presidindo incontáveis congressos, participando de Conselhos representativos da classe trabalhadora, estando presente em várias concentrações públicas, elevando a sua voz sempre em favor do sindicalismo e dos direitos dos trabalhadores brasileiros. É eleito como Membro Adjunto do Conselho Administrativo do Bureau Internacional do Trabalho, Agência Especial da ONU, em Genebra, no ano de 1963, sendo o representante da América Latina. Simultaneamente, é nomeado pelo Presidente da República, João Goulart, Assessor Técnico da Delegação dos Trabalhadores Brasileiros junto à 7ª Conferência Internacional dos Estados Americanos da OIT, realizada na cidade de Buenos Aires – Argentina, em abril de 1963.

Desfrutando do prestígio como Deputado Estadual pelo PTB de Minas Gerais, e, principalmente, devido a posição de líder incontestado dos trabalhadores do Brasil, Riani convidou o Presidente João Goulart para prestigiar as celebrações do 113º Aniversário de Juiz de Fora, no dia 31 de maio de 1963.²¹³ Em reunião com os conterrâneos Peralva de Miranda Delgado e Itamar Franco, apontaram as necessidades da cidade para receber o Presidente da República. Perceberam os problemas visíveis de saneamento, de água e esgoto, referentes às principais artérias da cidade, que correspondem hoje à Av. Independência onde o esgoto era a céu aberto e a questão da Av. Brasil para ser aberta, e outros problemas de ordem infra-estrutural. Então, as principais lideranças da cidade criaram uma comissão encabeçada por Riani, solicitando uma audiência com o Ministro de Viação e Obras Públicas, Hélio de Andrade, para atender as reivindicações feitas por Juiz de Fora, uma vez encaminhadas ao diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, Geraldo Reis. Ficou assim esquematizado o aparato de obras que atenderia à visita do Presidente Jango.

Na descrição de Riani sobre aquele importante dia para a história de Juiz de Fora, podemos constatar que de fato este acontecimento mobilizou toda a cidade:

Sua chegada (João Goulart) aqui foi bonita, com o povo, as autoridades... Já no Parque Halfeld em frente à Prefeitura (esquina da rua Halfeld com a Av. Rio Branco) o carro foi chegando, o motorista era o Higino Cortes, eu no banco da frente junto com o motorista e, ao lado, o general Albino Silva que era o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Em pé, o Dr. João Goulart, Magalhães Pinto e Ademar de Andrade (prefeito de Juiz de Fora). Foi uma carreata com todas as autoridades... E também o povo, de um lado ao outro da Av. Rio

²¹³ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 251.

Branco, esperando o presidente João Goulart. A recepção no aeroporto foi muito grande, porque foram muitos trabalhadores de ônibus e de carro de praça. Teve comício com banda de música e ida à Câmara Municipal.²¹⁴

No início de 1964, o ano começava quente indicando qual seria a pauta da agenda política brasileira. Riani apresenta ao Presidente da República, João Goulart, a nova diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), reivindicando medidas de cunho classista em conformidade com as demandas da política nacional-estatista e com o programa de Reformas de Base do governo Jango: Decreto de reconhecimento da CONTAG; liberdade para o Presidente e Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos que estavam presos na Penitenciária em São Paulo à disposição da Auditoria Militar do II Exército; exoneração do assessor Sindical do Presidente da República, Gilberto Crockat de Sá; sanção da Lei de Greve aprovada no Congresso Nacional; sanção da Lei de Regulamentação da Remessa de Lucros para o Exterior; agilização de estudo de revisão do salário mínimo; agilização do Decreto da Reforma Agrária; estudar a Encampação das Refinarias Particulares de Petróleo; aposentadoria Especial para os ex-expedicionários industriários com 25 anos de trabalho.²¹⁵

Riani é um dos organizadores do comício das Reformas de Base na qualidade de Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), realizado na cidade do Rio de Janeiro. No dia 13 de março, compareceram o Presidente da República, João Goulart, Governadores de Estados, Deputados, todas as grandes representações sindicais a nível nacional e mais de 200 mil pessoas. No Comício da Central foram sancionadas: Lei de greve nº. 4 330; Decreto instituindo a Reforma Agrária; Decreto da Encampação das Refinarias Particulares de Petróleo; Decreto tabelando os aluguéis; Decreto nº 53 831 regulamentando a Aposentadoria Especial de 15, 20 e 25 anos de trabalhos penosos, perigosos e perigosos, respectivamente.²¹⁶

O “Comício do Dia 13 de março” teve grande repercussão, dado a representatividade alcançada pelo movimento sindical, no momento político crucial que o Brasil atravessava. Os esforços para organizar o evento custaram para Riani a debilidade em sua saúde, acometendo-o um desmaio, devido ao cansaço físico e mental. No dia 11 de março, ele desmaiou na CNTI, foi acudido, o médico recomendou 60 dias de descanso, mas ele não podia pensar em desistir,

²¹⁴ Cf. *Ibidem*, p. 251-52.

²¹⁵ Cf. Depoimento de Clodesmidt Riani, prestado a Prof^a Lucília Neves, em 14/01/91, Programa de História Oral da UFMG. 9B-CR-3-4.

²¹⁶ Cf. *Nosso Século*, n. 68, Especial 1960/1980. CMDCR.

e falou: “Doutor, o senhor vai desculpar, tenho que morrer depois de amanhã no comício. Se houver qualquer coisa lá, o que o governador da Guanabara vai falar de mim? Que eu fugi da raia. Não tem jeito.”²¹⁷ E, assim, Riani prossegue com os preparativos.

No comício ocorre um fato inusitado, um tenente-coronel pediu para que Riani atendesse a um telefone, que fora instalado por detrás do palanque. Do outro lado da linha, falava o Presidente Jango, pedindo para que ele descrevesse o comício, e instando-o a comparecer imediatamente ao Palácio das Laranjeiras, local em que se encontrava o Presidente antes de ir para o Comício da Central. Riani seguiu com seu motorista, Higino Cortês, para o encontro com Jango:

Cheguei no quarto, ele estava mudando a roupa, mas fui chegando, a passagem estava livre, cumprimentei o Dr. Tancredo, o Badger estava lá, e fiquei nervoso, porque ele já tinha que estar no palanque. Mas fui no Dr. Jango, que estava arrumando a camisa... ‘Riani, olha o documento aí na cama...’ Li, era o decreto de encampação das refinarias particulares. ‘Mas, Dr. Jango, o senhor resolveu fazer hoje?’ ‘Resolvi’. Quer dizer, de surpresa, porque não estava marcado, ali era a reforma agrária. ‘Eu tinha combinado com o Marechal Osvaldo fazer a leitura disso. Mas me aconselharam que não deve porque ele é Marechal. É presidente da Petrobrás. Você mesmo faz a leitura’. Peguei o decreto, o automóvel e fui para lá. Pedi para não demorar. O interessante é que nenhum jornal noticiou o que eu li. O locutor, não lembro mais o nome dele, acho que era da Rádio Nacional, anunciou que o presidente do CGT ia dar uma palavra rápida, ia fazer a leitura... e prestaram atenção. Sei que na hora dei a mão ao Marechal Osvaldo, a favor da encampação, não saiu foto minha junto com ele e não saiu que eu li o decreto. Mas depois falaram da encampação. Mas não dizem que eu li.²¹⁸

Nota-se que, conforme o relato prestado por Riani, a imprensa não noticiou o que ele lera na ocasião. Em vários trabalhos que retratam o Comício da Central do Dia 13 de março, não há referências à fala de Riani, presidente da CNTI e do CGT e um dos organizadores do evento.²¹⁹ Entretanto, o testemunho oral possibilita o surgimento de múltiplas versões da História, potencializando os diferentes testemunhos sobre o passado, contribuindo para a construção da consciência histórica individual e coletiva e de um conhecimento histórico mais refinado.²²⁰ Anteriormente, em outra ocasião Riani se lembra:

Ele (Jango) pediu que eu lesse o decreto lá. E o decreto era justamente da encampação das refinarias particulares, não é? Quer dizer, que então isso não estava..., apesar de nós já estarmos lutando por isso, não é? Mas, aquele dia, para

²¹⁷ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 290.

²¹⁸ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 292.

²¹⁹ Cf. FERREIRA, 2005, p. 351-63. O autor apresenta uma narrativa pormenorizada sobre o Comício da Central.

²²⁰ DELGADO, 2006, p. 52.

nós foi uma surpresa, certo? Nós estávamos querendo mais o..., a reforma agrária mesmo, certo? De maneira que ali foram muitos oradores.²²¹

Contudo, em ambos os relatos, a função do “não-dito” aqui se representa como elemento potencializado da memória, capaz de “invadir o espaço-público e passar do ‘não-dito’ à contestação e à reivindicação”, frente à memória oficial, ou do trabalho de enquadramento realizado pelos historiadores. Como afirma M. Pollak,²²² a análise do trabalho de enquadramento através de seus agentes e traços materiais é chave-interpretativa para conhecer, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas. Assim, em face dos instrumentos da história oral, a partir das memórias individuais, por exemplo, os depoimentos de Riani, são capazes de realizar o procedimento inverso, aquele que faz aparecer os limites desse trabalho de enquadramento. E, ao mesmo tempo, revelam o trabalho psicológico do indivíduo que procura controlar as feridas, as tensões e contradições entre a memória oficial do passado e suas lembranças pessoais, na forma de memórias de resistência, cujo interior podemos encontrar os elementos que constituem a sua identidade referenciada através do seu projeto feito no presente.

A partir do dia 13 de março, Jango governaria com a força das esquerdas unidas pelas Reformas de Base. Dois dias depois, o Presidente João Goulart encaminha uma mensagem ao Congresso exigindo o cumprimento das reformas, de acordo com as medidas anunciadas no Comício da Central. Nesse mesmo dia, Riani, presidente do PTB/JF, como prova de sua grande popularidade e liderança junto aos trabalhadores juizforanos, promove no Cine Popular, desafiando os seus adversários mais próximos, uma grande concentração pública pelas Reformas de Base, contando com a presença do Governador do Estado de Pernambuco Miguel Arraes, em 15 de março.

A decisão de realizar em Juiz de Fora um comício em defesa das Reformas de Base e como forma de desagravo ao governador pernambucano, Miguel Arraes e ao deputado Leonel Brizola, partiu da última reunião do PTB/JF, em 10 de março de 1964. Riani não compareceu, porque estava no Rio de Janeiro preparando o Comício da Central do dia 13 de março. A seção foi presidida por Adalberto Landau, presidente em exercício, sendo acertada a vinda do governador Miguel Arraes e do líder nacionalista Brizola, tendo em vista que o último fora impedido de falar numa concentração em Belo Horizonte, no mês de fevereiro.²²³ Também foi

²²¹ Cf. Depoimento de Clodesmidt Riani, prestado a Prof^a. Lucília Neves, 1991. Programa de História Oral da UFMG. 9A-CR-9.

²²² POLLAK, M. 1989.

²²³ A manifestação conservadora adversa às reformas de base e contra a presença de Brizola, foi protagonizada pela Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE).

registrada em Ata, que a notícia da realização do Comício, contando com as lideranças da Frente Nacionalista, haviam despertado a reação dos grupos retrógrados que ameaçavam receber o governador à bala.²²⁴ O clima de radicalização tomava conta das forças direitistas e das esquerdas. Segundo avaliação de Riani, diante da tensão envolvendo a realização do evento em Juiz de Fora, havia a necessidade de tomar medidas acauteladoras, e, por isso:

Já alertado sobre os problemas ocorridos em Belo Horizonte, Riani decidiu orientar o pessoal do PTB para que a partir das 13 horas tomassem os lugares dentro do cinema, onde seria servido um lanche. Não seria conveniente ficar entrando e saindo do local da concentração. Riani lembra que os deputados federais Olavo Costa (PSD) e Abel Rafael Pinto (integralista) tentaram impedir a concentração, conseguindo a adesão do padre Wilson, um ‘padre carismático’. Foi pedida segurança junto ao estado e ao presidente da República.²²⁵

Quando Riani chegou a Juiz de Fora, recebeu a informação de que o Comandante do 2º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar estava à sua procura. O coronel Falcão, desejava saber maiores detalhes sobre a concentração pública em desagravo ao governador de Pernambuco, Miguel Arraes, pois tinha recebido ordem do Comandante Geral da PMMG para garantir a ordem e a realização pacífica do evento. Ato que foi cumprido à risca.

Tendo em vista que os adversários políticos estavam aguardando o governador chegar, as entradas das ruas do quarteirão onde situava o Cine Popular foram fechadas (o cinema ficava na Avenida Getúlio Vargas e os acessos davam-se pelas Ruas Floriano Peixoto e São Sebastião). Temendo a ameaça dos reacionários, Riani decidiu adotar uma estratégia para garantir a chegada de Miguel Arraes, até o local da concentração.

Na saída de Matias Barbosa, orientou a caravana pedindo ao motorista do carro da polícia que seguiria em frente, para sair em plena velocidade e combinou com o motorista do carro do governador para seguir também em alta velocidade e Riani fez também o mesmo, ficando o carro de escolta do governador sem qualquer orientação.

Dessa forma, Riani pode novamente trocar o governador de carro, passando-o para o que ele, Riani, dirigia e o segurança do governador para o carro oficial de Belo Horizonte. Riani reduziu a velocidade. O carro de escolta do governador alcançou o comboio e Riani deu passagem. O carro de escolta passou a acompanhar o outro onde não estava mais Arraes.²²⁶

Embora arriscado, o plano deu certo, garantindo com que o governador pudesse entrar no auditório do cinema, sem ser percebido e hostilizado pelos adversários. Ao dar entrada no auditório, Riani e Arraes foram ovacionados pelo público presente, sendo que o governador

²²⁴ Cf. Livro de Atas do PTB/JF. CMDCR.

²²⁵ Cf. *Diário Regional*, Juiz de Fora, 21/04/1996, p. 23. “Dossiê Riani”.

²²⁶ Cf. *Diário Regional*, Juiz de Fora, 21/04/1996, p. 23. “Dossiê Riani”.

foi carregado pelo povo até a mesa dos trabalhos. Estavam presentes, além das citadas lideranças, os deputados Múcio Ataíde, José Gomes Pimenta (Dazinho) e José de Castro Ferreira; os vereadores Nery de Mendonça, Jair Reihn, Afonso Pinheiro, Peralva de Miranda Delgado; o líder estudantil Paulo de Tarso, membro do Movimento Universitário Renovador (MUR); e o jornalista José Maria Rabelo, diretor do *Binômio*, edições de Belo Horizonte e Juiz de Fora.²²⁷

O governador Miguel Arraes diante do auditório do Cine Popular, completamente tomado pelos populares, iniciou o seu discurso, sendo interrompido enquanto ouvia os gritos de “fala, fala, fala”. Em seguida, conclamou a todos para uma luta destemida em torno das Reformas de Base, na qual era preciso “ganhar a praça”. Arraes condenou a atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que “emprega de outra maneira, agora, o seu dinheiro. Derrotada a sua propaganda, apela para a compra de armas”. Após disse: “lutamos pelas reformas, mas precisamos de liberdade para isso”. E justificou: “o povo, somente o povo, é capaz de realizar as mudanças, por isso, é que defendo o voto do analfabeto. O fato de saber ler, hoje em dia, já é um privilégio”. Arraes em seu discurso homenageou Minas, “coração do Brasil” e “berço da liberdade”, declarando: “em Minas se alevantará o espírito de Tiradentes”.²²⁸

No final do discurso de Miguel Arraes, o auditório gritava: “falou, falou, falou”.²²⁹ Seguiu-se o canto do Hino Nacional Brasileiro, com vivas à liberdade do país e a democracia verdadeira. Encerrada a concentração, Riani informou que partiria imediatamente com o governador pernambucano para o Rio de Janeiro. Era mais uma estratégia para despistar os adversários. Na verdade, o governador Miguel Arraes seguiria para Belo Horizonte. Esse foi o último movimento público que Riani participou antes do Golpe Civil e Militar de 1964.

Entretanto, o Comício em desagravo ao Governador Miguel Arraes e pelas Reformas de Base, não ocorreria sem tumulto, uma vez que os ânimos dos juizforanos também estavam acirrados, dado o clima de radicalização e polarização que tomou conta da sociedade naqueles dias dramáticos.²³⁰ Durante o evento, o Padre Lage (suplente de Deputado Federal, que atuava junto com o movimento sindical na capital mineira) protagonizaria uma situação inusitada. Quando o padre chegou à entrada do Cine Popular acompanhado por um grupo de estudantes

²²⁷ Cf. *Binômio*, Juiz de Fora, semana de 23/28 de mar. de 1964. (Recorte) CMDCR.

²²⁸ Cf. *Binômio*, Juiz de Fora, semana de 23/28 de mar. de 1964. (Recorte) CMDCR.

²²⁹ Cf. *Binômio*, Juiz de Fora, semana de 23/28 de mar. de 1964. (Recorte) CMDCR.

²³⁰ Cf. *Diário da Tarde*, 16/03/1964. “Juiz de fora altiva repudiou o comício nacionalista comandado por Arraes.” CMDCR.

de Belo Horizonte, foi barrado pela polícia, que não permitia a entrada dos estudantes. Indignado o Padre Lage entrou em choque corporal com um oficial. Assim conta Riani:

Houve vários tumultos do lado de fora da concentração. O Padre Lage, pelo que disseram, desrespeitou o oficial de polícia, dando-lhe um tapa no rosto, porque o oficial não permitiu a entrada dos acompanhantes do padre, já que o salão estava cheio. Com essa atitude, os soldados derrubaram o padre, o espancaram e o prenderam. O padre alegou posteriormente que primeiro ele havia sido agredido verbalmente e revidou a agressão.²³¹

A grande ausência na concentração de Juiz de Fora, ficou por conta de Leonel Brizola. Riani somente tomou conhecimento sobre os reais motivos que levaram o deputado Brizola a faltar com o compromisso, anos depois quando estava preso no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Minas Gerais, junto com Dazinho e Sinval Bambirra, sofrendo a rotineira tortura física e mental. Riani registra em suas memórias:

Convidei o Arraes, e ele aceitou ao convite. O Brizola tinha combinado comigo, não tinha falado mais nada com ele. Não deu satisfação e não veio. Eu só soube, depois quando estava preso no DOPS em Belo Horizonte, porque um oficial do exército me falou: ‘Essa revolução era para ter começado no dia 15 de março. Se o Brizola fosse a Juiz de Fora, você, Brizola e Arraes seriam fuzilados.’ Mostrou-me a carteira de oficial de exército, e vou tomar nota de quê? De noite? Mas pelo menos me falou e estou falando o que está na minha memória. Dei pouca importância. Eu queria saber o que ele queria comigo...²³²

Diante da deposição do Presidente Jango, Riani em conformidade com seus princípios, participa da reunião da Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS) e do CGT no Rio de Janeiro, onde foi decretada greve geral de resistência contra o Golpe Civil e Militar, no dia 31 de março, de 1964. Por volta das doze horas do dia 01 de abril, é chamado para ir à Rádio Nacional para falar em nome da Rede da Legalidade. Ele foi o último a falar. Quando terminou a Rádio Nacional foi invadida por tropas da Polícia Militar e retirada do ar.²³³

Entretanto, Riani consegue se livrar dos policiais e dirige-se para a UNE, atendendo solicitação da Entidade. Lá chegando percebe que, apesar das barricadas montadas pelos estudantes, o prédio foi invadido e estava interditado. Nas ruas já vê a cidade tomada pelos militares golpistas, enquanto os civis tomam as ruas, formando uma carreata da vitória, tendo seu carro envolvido na mesma. Dali vai ao encontro dos Colegas do CGT, estando em sua companhia o Secretário de Finanças da CNTI, Francisco Plácido das Chagas. Recebe, então, notícias do rádio de seu carro, que a CNTI estava interditada por militares e que a Federação

²³¹ Cf. *Diário Regional*, Juiz de Fora, 21/04/1996, p. 23. “Dossiê Riani”.

²³² Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 293.

²³³ Cf. PAULA; CAMPOS, p. 322-324.

Nacional dos Urbanitários foi invadida pelo pelotão da Polícia do Exército (PE), portando fuzis e metralhadoras. Além disso, é informado que várias categorias entram em greve. Por mais que se esforçasse não consegue contato com outros membros do CGT e nem da CNTI, desconhecendo o paradeiro dos mesmos.

Em contato com os advogados da CNTI, estes o aconselharam a se exilar no México ou no Chile. Para tanto, já haviam providenciado junto às Embaixadas daqueles países toda documentação necessária, entrando em comunicação com o Dr. Evaristo Filho para ser seu advogado. Dr. Evaristo Filho, por seu turno, sugeria o exílio, porque os direitos e garantias constitucionais de Riani seriam suspensos. Não concordando com a sugestão para se exilar, Riani prossegue com sua resolução de seguir para Juiz de Fora. Os advogados tentaram a todo custo demovê-lo desta idéia, mas manteve-se irredutível, reafirmando que ia para Juiz de Fora rever sua família, e, na segunda-feira viajaria para Belo Horizonte que na condição legal de Deputado Estadual do Estado de Minas Gerais, ia fazer um pronunciamento contra o golpe civil e militar na Assembléia Legislativa. Disse ainda que, tinha consciência tranqüila por seu dever cumprido, e que assumiria a responsabilidade pelos seus atos.

No dia 03 de abril recebe de sua esposa Norma, por intermédio de seu genro Pedro Rocha do Carmo e amigos, documentos, inclusive passaporte para que exilasse. Riani não concordou com a sugestão de sua esposa. Escreve uma carta de explicações à D. Norma, onde reafirma seus compromissos com a classe trabalhadora, deixando claro ter a consciência tranqüila e o dever cumprido, conforme se percebe neste pequeno trecho, extraído do citado manuscrito:

Mas a vida é esta de luta. Lutar para viver e não viver para morrer de fome e nossos filhos na miséria. Estou mais animado do que nunca para lutar por um Brasil melhor e que os nossos filhos e os filhos de milhares de trabalhadores tenham mais oportunidades do que eu. Tenham uma vida mais humana e mais digna. Norma, a única coisa que reclamo é da injustiça de querer nos tratar como agitador ou comunista, eu nunca fui, não sou e não serei comunista jamais. Sou católico por convicção. Sou democrata por instinto. Sou lutador das causas sindicais e trabalhista por ideal. Feliz daquele que tem um ideal para lutar e defender.²³⁴

Logo em seguida, Riani envia o amigo Francisco Plácido das Chagas, residente no Estado do Rio Grande do Norte, para o distrito de Filgueiras, pertencente ao município de Chácara (MG), pois o mesmo também estava sendo procurado. À noite toma conhecimento que as categorias em greve estavam voltando ao trabalho. Assim resolve, no dia 04 de abril, data da saída para o exílio do Presidente da República, Dr. João Belchior Marques Goulart,

²³⁴ Cf. Carta a Norma Geralda Riani, Rio de Janeiro, 03 de abril de 1964. CMDCCR.

viajar para Juiz de Fora à meia-noite. Ao chegar à sua cidade por volta das 4 horas do dia 5 de abril, encontra seus familiares bastante apreensivos e assustados: sua casa estava sendo vigiada dia e noite, por policiais civis, militares e pela PE, uma vez que ele estava sendo procurado e corria risco de morte.²³⁵

Diante desta situação, decidiu se apresentar naquele mesmo dia ao Comando da 4ª Região Militar, localizada em Juiz de Fora, e não como era sua decisão, na Assembléia Legislativa. Seu filho Flodesmidt o levou no carro da família, um Chevrolet 40, às 5 horas da manhã. Antes, passaram na Igreja da Glória. Riani foi levado à presença de um oficial que lhe disse que foi muito bom ele se apresentar, “porque estamos à sua procura” e “queremos a sua colaboração”. Responde que a sua maior colaboração é sua presença para assumir seus atos. O Tenente Coronel diz que basta que assine uma cartilha dizendo que Brizola e Jango são comunistas. Responde que isto não poderia dizer, “até porque nem o Dr. Jango nem o Brizola são comunistas”. O Oficial ficou em silêncio, e, em seguida, mandou que o levasse ao alojamento da PE.

Ao chegar à PE foi-lhe ordenado colocar as mãos na parede e abrir as pernas. Sob agressões verbais ouviu a ordem para que os soldados lhe chutassem os tornozelos. Em seguida recebe socos fortes na altura dos rins. Os seus tornozelos começaram a sangrar. A partir daí passa por todo um processo torturante, sendo tratado como se fosse um facínora.²³⁶ Então, daí para frente, começam outras páginas de sua vida...

²³⁵ Cf. *Diário Regional*, Juiz de Fora, 31 de mar./01 de abr. de 1996, p. 17. “Dossiê Riani”.

²³⁶ Cf. PAULA; CAMPOS, 2005, p. 324-325. Passim.

CONCLUSÃO

A renovação da História Política passou a abrir espaço correspondente para uma “história vista de baixo”, dando destaque ora às grandes massas anônimas, ora ao “indivíduo comum”, que, por isso mesmo, pode se mostrar como portador de indícios que dizem respeito às esferas mais amplas do social. Sob esta perspectiva supera-se a tensão entre elementos aparentemente opostos, no caso, o indivíduo com sua singularidade subjetiva e a história como contexto objetivo, construindo o conhecimento histórico numa dimensão dialética. Assim, focalizamos a trajetória de Clodesmidt Riani como nosso objeto, compreendendo aspectos da cultura política trabalhista através dos “olhares” de um dos seus principais protagonistas, conforme as perspectivas analíticas operadas na História Política renovada.

O trabalho aqui apresentado buscou ir além da investigação sobre o trabalhismo no período imediatamente anterior ao Golpe Civil e Militar. Isto porque, também exploramos como que as culturas políticas de esquerda, particularmente os trabalhistas e comunistas, se posicionaram em torno do projeto nacional-estatista, num contexto social marcado por forte polarização da sociedade, que acarretou a ruptura da ordem democrática com o Golpe de 1964. Mais do que isto, procuramos relacionar os dilemas políticos e sociais da conjuntura do Governo João Goulart (1961-1964) aos fatores de média e longa duração, presentes no processo de tal crise política. Então, estudar aquela conjuntura histórica apropriando o enfoque analítico de Argelina Figueiredo, em relação à tensão entre democracia e reformas, possibilitou refletir melhor sobre questões ainda pertinentes em nossa democracia.

Naquela experiência histórica, como vimos, trabalhistas e comunistas aproximaram-se no campo do projeto nacional-estatista, cujo elo de ligação era a bandeira do reformismo social, traduzido nas Reformas de Base do Governo João Goulart. Na dialética estabelecida entre as culturas políticas de esquerda, o trabalhismo conquistou maior destaque frente aos seus pares, dadas as suas origens em comum com o nacional-estatismo, que remontam aos anos do Estado Novo. O trabalhismo após a passagem de Jango no Ministério do Trabalho do Segundo Governo Vargas, conheceu uma significativa transformação em seu discurso, sobretudo após a morte de Vargas, deslocando das orientações do getulismo às diretrizes do

reformismo social. Com isso, surge a corrente denominada de trabalhismo reformista, caracterizada por defender reformas sociais imediatas para a sociedade brasileira, que passou a se confundir com o nacionalismo e a propor uma maior autonomia política para os trabalhadores. Em decorrência de uma interlocução e de uma inter-relação efetivas das lideranças partidárias regionais e nacionais do PTB com as bases do partido, a linha pragmática reformista conquistou maior visibilidade, projeção e poder, tanto por ter em Jango a sua maior liderança política, quanto por proporcionar uma renovação dos quadros dirigentes do PTB. Ao mesmo tempo, permitiu que lideranças operárias conquistassem espaço entre os principais representantes do trabalhismo reformista.

Durante o período compreendido entre 1961-1964, as Reformas de Base tornaram-se uma das grandes metas do governo Jango, atraindo para si uma gama enorme de bandeiras defendidas por trabalhistas, comunistas e nacionalistas de diversos matizes, que em comum propunham a soberania do povo brasileiro, encetando as diretrizes compartilhadas no campo do nacional-estatismo. Não obstante, as forças alinhadas ao espectro das direitas, ao defender as idéias do projeto internacionalista-liberal, opunham-se diretamente ao reformismo das esquerdas. O ajustamento das diversas forças de um lado ao outro do espectro político, acarretou uma crescente polarização ideológica da sociedade, criando obstáculos para o jogo democrático dentro do Congresso e mobilizando a população ao conquistar as ruas. Assim, uma grave crise política debateu-se sobre o governo João Goulart, que não conseguia se sustentar com uma base partidária viável para realizar as reformas dentro do Congresso, sofrendo oposição sistemática dos setores conservadores e direitistas, ao mesmo tempo, que aumentava a pressão popular pela realização das Reformas de Base.

Com o Comício da Central, a opção do Presidente Jango pelas esquerdas significou que as forças populares iriam pressionar diretamente o Congresso a favor das reformas. O desfecho desse ato, como se sabe, foi a queda do presidente João Goulart, com um golpe articulado pela direita civil e militar. Algo inevitável para a maior parte das interpretações sobre o Golpe de 1964. Entretanto, uma das variáveis analíticas, que trata da questão da bandeira da legalidade, aponta dúvidas sobre o comportamento de nossas esquerdas no período. Ao questionarmos a metamorfose ocorrida com as esquerdas desde a plataforma de resistência em agosto de 1961 até a posição ofensiva com o “Comício do dia Treze”, percebemos indícios que a afirmação sobre tal processo de transformação é válida somente para parte das esquerdas. Ou seja, havia grupos que não compactuavam com o radicalismo, pretendendo ainda optar pela via democrática como solução para o impasse gerado pela crise política. É este a nosso ver o posicionamento de grande parte dos trabalhistas, do próprio

Presidente Jango e de lideranças sindicais do período, que, ao contar com a mobilização das massas, pretendiam pressionar o Congresso para realizar as reformas dentro das regras do jogo democrático.

Por isto, examinar o trabalhismo naquele contexto pode contribuir para compreendermos melhor estas questões, principalmente, quando direcionamos para a corrente dos “reformistas pragmáticos”, destacando a atuação de suas representações. Neste sentido, a trajetória de Clodesmidt Riani, que se tornou Deputado Estadual pelo PTB de Minas, presidente das duas maiores organizações sindicais do país, a CNTI e o CGT, e representante dos trabalhadores no Conselho Administrativo do Bureau Internacional do Trabalho, atesta o que demonstramos no desenvolvimento de nossa pesquisa.

Para tanto, utilizamos as referências sobre o período assinalado apresentadas nas memórias de Clodesmidt Riani, acompanhando a sua trajetória nos momentos marcantes das grandes lutas sociais em que esteve envolvido. Isto também nos possibilitou traçar alguns aspectos da história do PTB em Juiz de Fora e do trabalhismo em terras mineiras, indicando a necessidade de futuros trabalhos que procurem aprofundar o conhecimento sobre estas temáticas, tanto quanto escrever a biografia de Riani.

Finalizando cumpre-nos reafirmar a importância de Clodesmidt Riani como mais uma expressão da cultura política trabalhista. A trajetória de Riani serve como objeto capaz de complementar algumas lacunas da produção historiográfica, uma vez que proporciona, singularmente, compreender o cotidiano dos trabalhadores e as ambigüidades existentes no interior do trabalhismo, assim como o processo de construção desta cultura política para além do recorte especificamente centrado na experiência regional do eixo Rio-São Paulo, apontada em trabalhos anteriores.

No contexto estudado, constatamos indícios da existência de uma vertente diferenciada dentro da segunda geração do trabalhismo e da corrente reformista. Tal vertente, como assinalamos, combina a adesão à democracia com a luta pelas reformas estruturais, a mobilização de massas com a ação institucional. A nosso ver, Clodesmidt Riani parece representar sua maior expressão. Neste sentido, distingue-se de San Tiago Dantas por seu viés mais efetivamente institucional encetado pela Frente Progressista (a esquerda positiva) e de Brizola, por seu apelo à ruptura imediata contra a ordem legal. Assim, a posição ocupada por Riani mostra-se distanciada da primeira geração trabalhista, de caráter “getulista”, embora ainda mantenha alguns traços e referências em seu imaginário político. Em relação ao peleguismo, a distinção é nitidamente acentuada, uma vez que Riani no decorrer de suas lutas sindicais, sempre defendeu uma maior autonomia e participação dos trabalhadores nas

questões nacionais. Em referência ao radicalismo brizolista, o ponto central que os diferencia está no respeito à ordem legal, porque propõe a realização de reformas dentro dos seus limites. Então, esta vertente dentro do trabalhismo reformista representaria uma versão pragmática, de matriz sindicalista, cujo objetivo primordial é a promoção dos direitos dos trabalhadores através da mobilização de classe. Ademais, Riani atuou ao lado dos comunistas, colaborou com eles, sem restrições, mas sem adesão, procurando manter nítida a exigência da unidade dos trabalhadores acima de qualquer querela ideológica, colocando como centro de sua atuação a defesa dos “direitos dos trabalhadores”.

Se a identificação desta vertente dentro do trabalhismo reformista não pode ser suficientemente demonstrada pela análise do discurso e da prática de Riani – para esse intento, nosso estudo deveria alcançar, talvez, uma amostragem mais expressiva do sindicalismo trabalhista –, sua presença na cena brasileira do período é, entretanto, em si emblemática, pela liderança que alcançou no movimento sindical, bem como por sua trajetória política.

Portanto, torna-se relevante construir o saber histórico sobre o trabalhismo não somente pelas suas grandes referências, como Getúlio Vargas, João Goulart, Brizola e San Tiago Dantas, mas, principalmente, através da experiência histórica vivenciada pelos próprios trabalhadores, a exemplo de Clodesmidt Riani. Sendo assim, ao acompanharmos a trajetória deste personagem, novas nuances são reveladas e torna-se mais contundente e explícita a dimensão da cultura política trabalhista como parte integrante do espectro político das esquerdas brasileiras.

Talvez seja, ainda, o caso de indagarmos se o comportamento dessa vertente dentro do trabalhismo, apontada no período assinalado por este estudo, possa revelar um padrão de continuidade, numa aproximação ligeira e não conclusiva, com as tensões que povoam a vida interna de outra importante expressão política dos trabalhadores brasileiros em momento posterior da história do Brasil. O PT, que procurou firmar-se como alternativa ao “velho” trabalhismo, tem, com frequência, dado vazão a debates em que o apelo à ruptura institucional, defendida por correntes mais “à esquerda”, contrasta com forças e personagens que preferem ver o partido integrado quase que exclusivamente à vida institucional, tendo o parlamento como espaço privilegiado. Entre esses, avulta o papel desempenhado pelos sindicalistas, para os quais a mobilização de massas é parte integrante da própria presença que podem revelar na cena política brasileira, mas que não a associam necessariamente à ruptura institucional, no sentido e limite da revolução socialista. Lula, quando indagado se era socialista, respondeu que era um torneiro mecânico. Ao mesmo tempo, designou parte do

Congresso, certa feita, como a reunião de trezentos picaretas, sem, entretanto, imaginar um caminho para o PT que fosse diverso da ocupação de espaços institucionais cada vez mais amplos. Enfim, tal como Riani, o apego à mobilização de massas e a desconfiança com a política institucional não se resolve com a negação desta última, mas com a disposição de fazer com que a ordem institucional possa ser preenchida, cada vez mais, com personagens cuja origem seja o poste, o chão da fábrica, para que possam ser transformados em direitos às aspirações dos trabalhadores.

É importante fazermos uma última observação. Depois de quarenta anos, a conjuntura política brasileira trouxe de volta ao centro dos debates a necessidade de empreendemos reformas estruturais na sociedade, que venham a promover crescimento econômico “sustentável” aliado a maior distribuição de renda. As Políticas Sociais desenvolvidas pelo Governo Lula (agora reeleito), o apelo à questão nacional sustentando tanto uma política externa independente, quanto a autonomia na política econômica do estado brasileiro, a busca pela subsistência na produção do petróleo, além do discurso sobre as reformas, previdenciária, tributária, política, educacional e agrária, remete-nos, inevitavelmente, às memórias sobre o tempo do nacional-estatismo, em especial ao governo Jango. Sem julgamentos políticos, a isto vem se juntar à oposição sistemática enfrentada nos últimos tempos pelo Governo Lula e pelo PT, na qual não faltaram aqueles que apelassem para o discurso radical defendendo prontamente o “impeachment” do Presidente. Guardada as devidas proporções entre estas experiências históricas, o desafio para o nosso sistema democrático permanece o mesmo.

Então, ao revistar o passado recente do Brasil, mergulhando na conjuntura da crise política do governo Jango, conhecendo a cultura política dos trabalhadores e populares, reinterpretando as tradições trabalhistas, comunistas e nacionalistas que influenciava boa parte de nossa população, teremos condições para responder quais são os limites de nossa democracia no tempo presente. Como diz Riani: “enquanto o sindicalismo não voltar a ser forte, e a esquerda não se unir, nada vai mudar”.

BIBLIOGRAFIA

- AARÃO REIS FILHO, Daniel; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: Documentos Políticos das Organizações de esquerda dos Anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- _____. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- _____; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil. 1961-1964*. 7. ed. RJ: Revan; Brasília: EDUNB, 2001.
- BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- BRANCO, Carlos Castello. *Introdução a Revolução de 1964*. tomo 2. A queda de João Goulart. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CAMARGO, Aspácia de Alcantra. A questão agrária: crise de poder e reformas de Base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (dir). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, Tomo III. v. 3*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CAPITANNI, Avelino B. *A rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofício, 1997.
- CHAGAS, F. A. G das. “Comunistas e trabalhistas no cenário político brasileiro dos anos 60: notas sobre o trânsito entre culturas políticas”. *Revista Cantareira*, UFF, 6. ed. on-line, 2005. Disponível em <http://www.historia.uff.br/cantareira>. Acesso em 05/2005.

- CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para a história do tempo presente*. Bauru: EDUSC, 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez, 1992. (Polêmicas do Nosso tempo; 51).
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- DELGADO, Ignácio. *A Estratégia de um Revés: estado e associações empresariais em Minas*. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 1997.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo: 1945-1964*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- _____. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DREIFUSS, René. *1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. "História e culturas políticas: definições, usos, genealogias". *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, n. 28, 2001. pp. 13-28.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Delgado, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. v.3. O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- FERRO, Marc. *A manipulação da História no Ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: IBRASA, 1983.
- FICO, Carlos et al (orgs.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.
- FIGUEIREDO, Angelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

- GOMES, Ângela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Ed. da Revista dos Tribunais, 1990.
- JUCÁ, Gisafrian N. Mota. *A oralidade dos velhos na polifonia urbana*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.
- JULLIARD, Jacques. “A política”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LE VAN, Michel Marie. Memória no tempo presente. *Revista do Legislativo*, Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 38, jan. – dez., 2004.
- LOYOLA, Maria Andréa. *Os sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais*. Petrópolis: Vozes, 1980. (Cadernos do CEBRAP, 35).
- MARISCAL, Jaqueline Peschard. “La cultura política democrática”. In: *Cuadernos de divulgación de la cultura democrática*. n. 2. 4. ed. on-line, 2001, México, D. F. ISBN 968-6581-67-7. (Disponível para acesso e download em <http://deceyec.ief.org.mx/cuadernos_de_divulgacion_de_la_c.html>. (último acesso em 02/2005).
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- NEVES, Lucília de Almeida (Delgado). *CGT no Brasil (1961-64)*. Belo Horizonte: Vega, 1981.
- PACHECO, Elizer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- PAULA, Hilda Rezende; CAMPOS, Nilo de Araújo. *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições; EDUFJF, 2005.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. (disponível para download em <www.cpdoc.fgv.br>)
- _____. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212. (disponível para download em <www.cpdoc.fgv.br>).
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

- RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS FILHO, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. v.5.
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. “La biografía como género historiográfico: algunas reflexiones sobre posibilidades actuales”. In: SCHMIDT, Benito Bino (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro, UNIRIO; São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.
- SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SCHWARCZ, Lilia M. Prefácio. In: SIMAN, Lana M. de C.; FONSECA, Thais Nívia de L. (orgs.). *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autentica, 2001.
- SENTO-SÊ, João Trajano. “O discurso brizolista e a cultura política carioca”. *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, n. 28, 2001.
- SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SIRINELLI, Jean-François. “Pour une histoire des cultures politiques: le référent républicain”. In: CEFAÏ, Daniel (org.). *Cultures politiques*. Paris: Press Universitaires de France, 2001..
- SOIHET, R.; BICALHO, M. F. B.; GOUVÊA, M. de F. (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- STARLING, Heloisa M. Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o Golpe de 1964*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986
- TOLEDO, Caio N. de (org.). *1964: visões e críticas do Golpe*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. p. 47.
- _____. “Ninguém assume que é reacionário”. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 26, p. 4-5, Dez. 2005. Edição especial (A direita brasileira).
- VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto: uma visão antropológica”. *Revista Território Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 95, pp. 119-126, out.-dez., 1988.

FONTES

Depoimentos

Clodesmidt Riani (Depoimento). Belo Horizonte, UFMG – Programa de História Oral, 1985 e 1991.

Clodesmidt Riani. Depoimento concedido ao autor, Juiz de Fora, 26/08/2006.

Luís Carlos Prestes (Depoimento). Belo Horizonte, UFMG – Programa de História Oral, 1985.

Memórias

PAULA, Hilda Rezende; CAMPOS, Nilo de Araújo. Clodesmidt Riani: trajetória. Juiz de Fora: FUNALFA Edições; EDUFJF, 2005.

Fontes Primárias

Manuscritas

Arquivo Público Mineiro

Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social

Centro de Memória e Documentação Clodesmidt Riani

Impressas

Jornais e Periódicos

Hemeroteca do Arquivo Público Mineiro

Binômio, Edição Belo Horizonte

Binômio, Edição Juiz de Fora

Centro de Memória e Documentação Clodesmidt Riani

Correio da Manhã, O Lince, Binômio, Diário Regional (Dossiê Riani), Tribuna de Minas, Folha de São Paulo, O Panfleto, Jornal da Semana, Diário da Tarde, Nosso Século, O Cruzeiro.

Outros: Inconfidência - Grupo Inconfidência, Belo Horizonte.

ANEXOS

HISTÓRIA E VIDA DE CLODESMIDT RIANI VISTAS DE PERFIL

1920

Nasce no dia 15 de outubro em Rio Casca, Minas Gerais, filho de Orlando Riani e Maria Riani.

1933

Conclusão do curso primário no Grupo Escolar Antônio Carlos de Andrada em Juiz de Fora - MG, em 28 de novembro.

1934

Admitido na Companhia de Fiação e Tecelagem Moraes Sarmiento em 22 de novembro, como ajudante na linha de produção da tecelagem, chegando a ser tecelão.

1936

Admitido como aprendiz de eletricitista em 14 de agosto na Companhia Mineira de Eletricidade – CME, galgando todas as funções até se aposentar no dia 15 de setembro de 1983, completando 43 anos de trabalho, como chefe de Divisão de Redes da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

1941

Em 04 de Setembro casa-se com Norma Geralda Riani, advindo desta união 10 filhos.

1949

Participação da comissão de salário dos empregados de Empresas de Carris Urbanos de Juiz de Fora.

Eleito suplente de vogal da comissão da Junta de Conciliação e Julgamento, junto à Justiça do Trabalho.

Eleito para o Sindicato de Carris Urbanos na chapa de oposição, mas não pode tomar posse em virtude de recurso impetrado pela chapa da categoria preponderante do sindicato. Não se conformando, compõe outra, com profissionais da categoria de sua confiança e os elege para a diretoria do Sindicato.

1950

Eleito como Delegado Sindical, que o credencia para a escolha, em eleição, dos Membros do Conselho Deliberativo da Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Públicos do Estado de Minas Gerais (CAPESP), com sede em Belo Horizonte. Nessa oportunidade é também

eleito Membro do Conselho Administrador, sendo o mais votado dentre os escolhidos, com mandato de um quadriênio, de 1951 a 1954.

Atendendo a um abaixo assinado dos trabalhadores da Companhia Mineira de Eletricidade (CME), se candidata a Vereador, pelo PSP, tendo em vista a divergência com a executiva municipal do PTB de Juiz de Fora. Consegue alcançar a 11ª colocação na apuração total (Câmara Municipal era composta por 15 vereadores), entretanto não toma posse, pois o partido não consegue os votos na legenda.

1951

Eleito Presidente da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Energia Hidroelétrica de Juiz de Fora, por 57 votos a favor e 12 contra, em 05 de julho, com mandato de 05 de julho de 1951 a 15 de agosto de 1953, conforme Ata da Primeira Assembléia Geral, em 05 de julho.

1952

Participação do VII Congresso dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais, na cidade de São João Del Rei - MG, com as presenças do Presidente da República, Getúlio Vargas, e o Governador do Estado de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, onde é eleito para a 2ª secretaria da comissão executiva e preparatória para o VIII Congresso dos Trabalhadores de Minas Gerais.

1953

Torna-se o primeiro Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora, tendo em vista a transformação da Associação em Sindicato.

Eleito para Membro do Conselho de Representantes da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Leste e Sul do Brasil, com sede no Rio de Janeiro - RJ.

Participação no Iº Congresso Nacional de Previdência Social, realizado no Rio de Janeiro - RJ sendo então eleito para 2º secretário da Comissão Nacional Permanente para elaboração do anteprojeto da Lei Orgânica da Previdência Social. Início de uma luta que se estenderia até 1960 com a aprovação do LOPS, em 04 de agosto.

1954

Eleito para Membro do Conselho de Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em 01 de abril.

Indicado pelas Entidades Sindicais de Juiz de Fora, e nomeado pelo Ministro do Trabalho, João Goulart, como Membro da Comissão do Salário Mínimo do Estado de Minas Gerais, sendo escolhido líder e Relator da Bancada dos empregados, que era composta de 5 Membros, onde empreendeu uma Campanha Nacional pela revisão dos salários mínimos regionais, conquistando para as sub-regiões em que se dividia o Estado de Minas Gerais para efeito do cálculo, os maiores índices de aumento do Brasil.

Forma o comando de greve entre os dias 16 e 21 de agosto. Lidera greve de 05 dias em Juiz de Fora - MG, para fazer prevalecer o direito legal dos aumentos conseguidos, após a árdua luta empreendida em campanha nacional.

Nas Eleições de 03 de outubro, é escolhido por voto popular, pela primeira vez, Deputado Estadual do Estado de Minas Gerais, com 10.342 votos, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo sua candidatura indicada pelos Presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores, amigos e companheiros.

1955

Reúne com trabalhadores da Fábrica Moraes Sarmiento de Juiz de fora - MG, para entrega da verba de 500.000,00 em mantimentos, conseguida com o Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, devido à paralisação, em 05 de março.

Reeleito Delegado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora para o Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas (FNTIU) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em 30 de março.

Riani coordena a ala dissidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), das candidaturas para as eleições de Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, e vice-presidente da República, João Goulart, Governador do Estado de Minas Gerais, Bias Fortes, e vice-governador, José Raimundo.

1956

Reeleito um dos dez melhores Deputados Estaduais pelos jornalistas credenciados junto à Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Integrante da Comissão Sindical Nacional pela revisão dos níveis do salário mínimo.

1957

Conquista da compra do prédio e instalação do Colégio Estadual Sebastião Patrus de Souza, anseio de toda classe trabalhadora juizforana e reivindicado por todos os Sindicatos de classes. Consegue também todo mobiliário necessário para o funcionamento do mesmo, trazido pelo caminhão da Polícia Militar. Inaugurado com a presença do Governador do Estado de Minas Gerais, José Francisco Bias Fortes, Prefeito Municipal de Juiz de Fora, Ademar Resende de Andrade e várias autoridades políticas e sindicais, em 02 de março.

Reeleito Delegado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora para o Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas (FNTIU) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em 16 de maio.

Sugere as Federações e Sindicatos de Belo Horizonte à realização do Iº Congresso Sindical do Estado de Minas Gerais, sendo esta proposta aceita por unanimidade e, onde é indicado para preparar e presidir o Congresso, na cidade de Belo Horizonte - MG, com o comparecimento de diversas autoridades: vice-presidente da República, João Goulart, que presidiu a sessão solene; Governador do Estado de Minas Gerais, Bias Fortes; Prefeito Municipal de Belo Horizonte Celso Melo Azevedo; Presidentes da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Deputados, Vereadores, etc., realizado de 28 a 30 de novembro.

1958

Participação na 42ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra - Suíça, como Assessor Técnico da Delegação do Governo Brasileiro. Indicado pelas Federações e Sindicatos dos Trabalhadores de Minas Gerais e nomeado pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, de 04 de junho a 04 de julho.

Participa ativamente da histórica Convenção Municipal do PTB no dia 12 de janeiro no Cine Teatro Popular, onde foram traçados os planos para reestruturação do partido dentro dos princípios petebistas, com participação direta dos sindicalistas.

Consegue firmar compromisso, junto ao Governador do Estado de Minas Gerais, Bias Fortes, para a construção da Rodoviária de Juiz de Fora e marca audiência das lideranças de Juiz de Fora, com o governador no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, em que o governador Bias Fortes assina a escritura de doação do terreno, em 07 de abril.

1959

Eleito 1º Secretário da Comissão Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Minas Gerais, em 04 de janeiro. Juntamente com outros sindicalistas de Juiz de Fora, decidiram prestar uma homenagem ao Ex-Presidente Getúlio Vargas. Constituíram uma comissão para angariar fundos para esculpir o monumento que foi feito pelo artista Luiz Ferrer. O monumento encontra-se no Largo do Riachuelo.

Preside o IIº Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte - MG, onde é reeleito para presidir o IIIº Congresso Sindical. de 27 a 31 de janeiro.

Reeleito Delegado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora para o Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas (FNTIU) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em 15 de maio.

Participação da reunião com mais de 180 líderes sindicais de Belo Horizonte - MG, realizado no auditório da Rádio Inconfidência em 07 de agosto, pela reforma da Previdência Social, conforme matéria no Jornal Diário de Minas de 08 de agosto.

Eleito vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

Participação da II Conferência Sindical Nacional realizada no Rio de Janeiro – RJ de 20 a 23 de novembro, cuja Bancada de Minas Gerais era composta de 101 Delegados.

1960

Instala o Iº Congresso dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas, realizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ, em 02 de janeiro.

Empossado como Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em 11 de janeiro.

Chefia a Delegação de líderes Sindicais dos Trabalhadores por indicação da diretoria da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas (FNTIU), na visita as oficinas locais de trabalhos e organizadores sindicais, sobre os Estudos sindicais (profissionais,

trabalhistas e administrativos e do regime de governo), nos Estados Unidos, por um período de 90 dias (entre janeiro e abril), de acordo com o Ponto IV do Convênio Brasil/Estados Unidos.

Eleito para Membro do Diretório Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Participação no IIIº Congresso Sindical Nacional na qualidade de líder da Bancada de Minas Gerais.

Preside o IIIº Congresso Sindical do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte - MG, com encerramento em sessão solene em Ouro Preto - MG, em homenagem a Felipe dos Santos, presidido por João Goulart, Vice-Presidente da República. Comparecendo também o Prefeito Municipal Benedito Xavier, Deputados Federais José Raimundo da Silva, Tancredo Neves e San Tiago Dantas, acompanhados de mais de 500 participantes, em julho.

Organiza a caravana Sindical a Brasília que consegue a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS).

Em fins deste ano, com a vaga do Deputado Saulo Dinis, Clodesmidt Riani volta à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

1961

Participa na qualidade de líder da Bancada sindical do Estado de Minas Gerais no IIº Encontro Sindical Nacional, realizado em São Paulo-SP, em 18 e 19 de fevereiro.

Reeleito Delegado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora para o Conselho de representações da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas (FNTIU), em 08 de abril. E, é eleito presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), entre 08 de 09 de dezembro.

Participação da comissão organizadora do 2º Congresso Sindical dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, realizado em Salvador - Bahia, em abril.

Reeleito 1º Secretário da Comissão Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Minas Gerais. E, reeleito Presidente do PTB de Juiz de Fora (1961-1964).

Participação do 1º Encontro Sindical do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte - MG.

Participa do 1º Encontro Sindical Nacional, realizado em Belo Horizonte - MG, com a presença do Vice-Presidente, João Goulart, em 20 e 21 de maio.

Participação do 1º Congresso Nacional do Camponês, realizado em Belo Horizonte - MG, com a presença do Vice-Presidente da República, João Goulart.

Preside e participa da comissão organizadora do comício em frente à Igreja São José em Belo Horizonte - MG, pela posse do Presidente da República, João Goulart, nos momentos decisivos da Campanha da Legalidade.

1962

Toma posse como Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em 11 de fevereiro. Recebe a visita do Presidente da República, Dr. João Goulart, na sede da Entidade.

Assume o mandato junto do sub-comitê da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres - CIOSL, em Bruxelas - Bélgica.

Participa da comitiva oficial do Presidente da República, João Goulart, a seu convite em sua visita aos Estados Unidos e México. Nessa visita almoça na Casa Branca com o Presidente Norte Americano John Kennedy, também participa em Nova York do jantar oferecido pelo Governador Nelson Rockefeller, e da reunião com o Ministro e dirigentes trabalhistas e visita a Organização dos Estados Americanos – OEA, em abril.

Participa da comitiva oficial do Presidente da República, João Goulart, na comemoração do 1º de maio na cidade de Volta Redonda-RJ.

Orador oficial em nome das Confederações dos Trabalhadores, na concentração pública em comemoração ao 1º de maio, no Rio de Janeiro-RJ.

Participação como Delegado dos Trabalhadores Brasileiros na 46ª Conferência Internacional do Trabalho em Genebra - Suíça. Indicado pelas Confederações de Trabalhadores e nomeado pelo Presidente da República, João Goulart, de 06 a 25 de junho.

Preside o IV Encontro Nacional Sindical dos Trabalhadores, realizado em São Paulo–SP no dias 17 a 19 de agosto, onde é indicado para presidir o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), órgão que funcionou de fato e não de direito, por ser necessário a modificação da sistemática sindical brasileira.

Consegue elaborar um plano nacional “Caravana à Brasília”, liderando grande campanha trabalhista nacional pela aprovação do Projeto de Lei n 440-B de 1959, Gratificação de Natal – 13º salário, conquistando a aprovação da Lei n.º4.090 de 13-07, publicada no Diário Oficial de 26 de julho.

Participação da Reunião do Comitê da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres - CIOSL, na cidade de Berlim - Alemanha, de 05 a 13 de julho.

Reeleito Deputado do Estado de Minas Gerais com expressiva votação, em 07 de outubro.

1963

Reeleito Delegado dos Conselhos de Representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas (FNTIU) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

Participação da comissão organizadora do IIIº Congresso Nacional Sindical dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, realizado na cidade de São Paulo–SP, em maio.

Participação em quatro Encontros regionais para organização do IIº Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias: Porto Alegre-RS, com a participação dos delegados de Santa Catarina e do Paraná e com a presença do Ministro João Pinheiro Neto; São Paulo-SP, com a

presença do Ministro Almino Afonso; Norte e Nordeste com concentração em Pernambuco; Vitória-ES, contando com os delegados da Guanabara, Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Brasília-DF.

Preside o IIº Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias, realizado no Rio de Janeiro-RJ, do dia 28 de abril e encerramento no dia 1º de maio, Dia do Trabalho, com a participação aproximada de mil delegados e presenças do Presidente da República João Goulart que presidiu a sessão solene de encerramento e Membros do Ministério do Trabalho. Participando também representações sindicais de todas as categorias do país e algumas representações estrangeiras.

Participação da concentração pública Sindical em Belo Horizonte - MG, em comemoração ao 1º de maio, Dia do Trabalho.

Participação da concentração pública pelas reformas de base em Juiz de Fora - MG, com a presença do Presidente da República Dr. João Goulart, em 31 de maio, no aniversário de 113 anos da cidade, que na oportunidade recebe o título de Cidadão Honorário de Juiz de Fora.

Nomeado Assessor Técnico da Delegação dos Trabalhadores Brasileiros junto à 47ª Conferência Internacional do Trabalho realizada em Genebra - Suíça. Eleito Membro Adjunto do Conselho Administrativo do Bureau Internacional do Trabalho, como Representante da América Latina, Agência Especial da ONU, com sede em Genebra - Suíça. Sendo indicado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), e nomeado pelo Presidente da República, João Goulart, em junho.

Preside o IV Congresso Sindical dos Trabalhadores de Minas Gerais, em Belo Horizonte, sendo reeleito para preparar o V Congresso. Compareceram para a sessão solene de abertura o Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto e a do encerramento, Leonel Brizola e o Ministro do Trabalho, em 12 de julho.

Propõe ao Presidente da República João Goulart a organização de uma concentração pública pelas reformas de base e homenagem ao ex-presidente da República, Getúlio Vargas, pelo aniversário de seu falecimento, no Rio de Janeiro, em 23 de agosto.

Lidera a campanha pela conquista do Salário Família, chefiando a caravana a Brasília e consegue a aprovação da Lei n.º 4266 de 03 de outubro.

Integrante da comitiva do Presidente da República, João Goulart, em sua visita oficial ao Chile.

Preside o Comitê de Greve de 700 mil trabalhadores nas Indústrias do Estado de São Paulo.

Participa da Reunião do Conselho Administrativo do Bureau Internacional do Trabalho em Genebra - Suíça, em 05 de novembro.

Conquista a Lei de Aposentadoria Especial para ex combatentes, trabalhadores nas Indústrias ao completar 25 anos de serviço.

Luta pela Lei do Estatuto do Trabalhador Rural n.º 4214 de 02/03, regulamentada pelo Decreto n.º 53154 de 10 de dezembro.

Participação da comissão especial do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) da audiência com o Presidente da República Dr. João Goulart, em que consegue a retirada da mensagem de aumento salarial de 40% e apresenta outra com aumento de 70%, para o funcionalismo civil e militar, defendendo a paridade na política salarial.

1964

Encontro com o Presidente da República, João Goulart, e com líderes sindicais no Palácio das Laranjeiras para tratar de reivindicações, em 05 de fevereiro. O ano começava quente.

Reeleito Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), por 33 votos a favor e 20 votos contra, em 06 de janeiro, tomando posse em 11 de fevereiro.

Homenageado com jantar pelos Dirigentes Sindicais de Trabalhadores nas Indústrias de São Paulo-SP, pela vitória nas eleições da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

Viaja a São Paulo-SP para providenciar o relaxamento das prisões preventivas do Presidente e Secretário do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos.

Participação na Reunião do Conselho Administrativo do Bureau Internacional do Trabalho em Genebra - Suíça, em fevereiro.

Participação com Membros da comissão do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) da audiência especial para assistir a assinatura do Presidente da República, João Goulart, da Lei que disciplina a Remessa de Lucros para o Exterior, em nome do CGT falou o Presidente da CONTEC, Aloísio Palhano (morto pelo regime ditatorial de 1964).

Participa da audiência com o Presidente da República, João Goulart, juntamente com a Comissão Executiva do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 22 de fevereiro onde ficou marcada para o dia 13 de março de 1964 a concentração pública em que o Presidente da República assinaria o Decreto da Reforma Agrária e da Encampação das Refinarias Particulares de Petróleo.

Participação na reunião com o Deputado Federal professor San Tiago Dantas, coordenador das reformas de base do Governo Jango, na cidade de Petrópolis, para a integração do movimento sindical nacional pelas reformas de base, em 22 de fevereiro.

Consegue do Presidente da República, João Goulart, a aprovação da Lei que disciplina a remessa de lucros de empresas estrangeiras para o exterior.

Lidera a campanha para novos níveis de salário mínimo, na base de 100%. O Decreto é assinado em 22 de fevereiro. Fala em nome dos Trabalhadores, indicado pelas Confederações, junto ao Presidente da República no Palácio das Laranjeiras, Rio de Janeiro.

Participa do Comício pelas Reformas de Base, na Central do Brasil, dia 13 de março.

Promove em Juiz de Fora – MG, no Cine Popular, como Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), uma concentração pública pelas reformas de base, com a presença do Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, em 15 de março.

Participação da reunião da Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS) e do CGT na Guanabara, onde foi decretada greve geral de resistência contra o golpe civil e militar, no dia 31 de março.

Por volta das doze horas do dia 01 de abril, é chamado para ir à Rádio Nacional para falar em nome da Rede da Legalidade. Foi o último a falar, quando terminou a Rádio Nacional foi invadida por tropas da Polícia Militar e tirada do ar.

No dia 03 de abril recebe de sua esposa Norma, por intermédio de seu genro Pedro Rocha do Carmo e amigos, documentos, inclusive passaporte para que exilasse. Riani não concorda com a sugestão de sua esposa.

Em 05 de abril se apresenta ao Comando da 4ª Região Militar em Juiz de Fora - MG, uma vez que estava sendo procurado pelo movimento golpista de 31 de março, ficando preso mesmo tendo se apresentado e com imunidades parlamentar por ser Deputado Estadual pelo Estado de Minas Gerais e internacional como Membro Adjunto do Bureau Internacional do Trabalho. É transferido imediatamente para Belo Horizonte onde foi para o DOPS e posteriormente para quartéis do Exército.

Em 09 de abril teve cassado o seu mandato de Deputado Estadual, pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Tem seus direitos políticos e sindicais cassados pelo período de 10 anos, pelo Ato Revolucionário de 10 de abril.

Condenado pelo Conselho Permanente da Justiça Militar a pena de 17 anos de reclusão, ficando preso de 05 de abril de 1964 a junho de 1968, em vários quartéis do Exército, DOPS e Polícia Militar.

1965

Consegue Habeas-Corpus, defendido pelo jurista Sobral Pinto, mas não é colocado em liberdade.

Recurso para o Superior Tribunal Militar, tendo a pena reduzida para 7 anos de prisão.

Recurso para o Superior Tribunal Federal, conseguindo reduzir a pena para 1 ano e 2 meses.

O Supremo Tribunal Federal, conforme telegrama s/nº protocolado na Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar de 19 de junho, reduziu-lhe a pena para um ano e dois meses, ficando preso no período de 05/04/64 a 19/06/68. É colocado em liberdade, com um crédito de 3 anos de prisão.

Fica por 15 anos inativos das lutas Políticas e Sindicais, por conta da nova ordem vigente pós 1964. Passa cinco anos e oito meses preso, e o resto do tempo atingido pela lei de inelegibilidade, sendo proibido de participar de atividades políticas e sindicais.

1969

É novamente condenado pela Justiça da 15ª Vara Criminal da Guanabara a 2 anos de reclusão e preso no dia 28 de agosto. Ficando preso 1 ano e seis meses, nas penitenciárias de Frei Caneca e Cândido Mendes (Ilha Grande), junto nas celas com os piores bandidos.

1971

Após cumprir penosos cinco anos e oito meses de prisão, finalmente no dia 05 de março é colocado em liberdade. Debilitado psicologicamente partiu para a nova realidade, agora, no meio familiar que sempre o apoiou nessas tristes horas e, para o meio profissional e estudantil.

1972

Diplomado no primeiro grau pelo Colégio Sebastião Patrus de Souza em Juiz de Fora - MG, por intermédio de Exames de Madureza, no dia 12 de janeiro. A mesma escola que ele ajudou a fundar, em 1957.

1974

Certificado de Auxiliar Técnico em Eletricidade, concluído no Instituto Granbery, Juiz de Fora - MG, em 05 de dezembro.

1976

Diplomado como Técnico em Eletrotécnica, pelo Instituto Granbery - Juiz de Fora - MG, em 15 de janeiro.

1979

Em fevereiro retorna a vida pública. No movimento sindical sendo eleito em lista tríplice do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora para concorrer ao preenchimento do cargo de Vogal ou Suplente da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora.

Participação na Reunião Extraordinária da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, realizado em Vitória - ES, onde foi decidido o desligamento dos Sindicatos de Minas Gerais que prepararam a fundação da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Minas Gerais.

1980

Eleito Delegado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Elétrica de Juiz de Fora para o Conselho de Representantes da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Minas Gerais, em 14 de março.

Eleito Delegado Representante da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Minas Gerais para o Conselho de Representantes da Confederação dos Trabalhadores na Indústria - CNTI em 19 de abril e empossado em 30 de maio.

Participa do VIIº Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Industrias Urbanas, realizado na cidade de Vitória - ES, como Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Industria de Energia Elétrica de Juiz de fora, sendo escolhido líder da bancada de Minas Gerais, de 15 a 17 de setembro.

Participação na reunião do Conselho da Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Urbanas em Espírito Santo.

1981

Eleito Delegado da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Minas Gerais, em abril.

Participa do Simpósio dos Eletricitários na cidade de São Paulo - SP, como Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora, para preparação do 1º Congresso Nacional dos Eletricitários, de 04 a 07 de maio.

Participa no 1º Congresso Nacional dos Eletricitários em Praia Grande – SP, como representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Juiz de Fora, de 08 a 10 de maio.

Participação na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT, como Delegado do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Juiz de Fora, realizada em Praia Grande - SP, de 21 a 23 de agosto.

Participação no Congresso Nacional da Previdência e Assistência Social da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias - CNTI, como Delegado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora, no Centro de Convenções de Brasília, de 07 e 10 de setembro.

Eleito Membro do Conselho de Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

1982

Participação na Reunião do Conselho de Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI, como Delegado eleito pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Minas Gerais, contra o decreto-lei nº 1 910/81, conhecido como o “Pacote da Previdência”, que aumentou as contribuições e também o acompanhamento da votação no Congresso Nacional como Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora e da Associação dos Aposentados de Juiz de Fora, nos dias 27 e 28 de março.

Participação na Reunião do Conselho de Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI, em 27 de maio.

Participação no Encontro Sindical dos Trabalhadores Urbanitários, realizado na sede da Federação para discutirem o Relatório do Adicional de Periculosidade, de 17 a 18 de agosto.

É eleito novamente Deputado Estadual pelo Estado de Minas Gerais, agora pelo PMDB, com expressiva votação, conquistando 39.919 votos, em 15 de novembro.

1983

Reeleito para o Conselho de Representantes da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Minas Gerais.

Participação do IVº Encontro das Entidades Sindicais vinculadas as Empresas Estatais, em Brasília.

Preside o IIIº ENCLAT do Estado de Minas Gerais.

Participação no VIIIº Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, realizado no Rio de Janeiro - RJ, de 26 a 31 de maio.

Participa do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras - CONCLAT entre os dias 04 e 06 de novembro em Praia Grande - SP, como Representante da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Minas Gerais - FTIU.

Aposenta-se em 01 de setembro no cargo de chefe de divisão de redes da CEMIG, recebendo homenagem de seus colegas de trabalho.

1984

Certificado da participação no Simpósio sobre o Poder Legislativo Estadual, realizado pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, de 09 a 10 de agosto.

Conclui o Curso de Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas Vianna Júnior em 22 de dezembro, sendo escolhido orador da turma e ganha anel de formatura dos Vereadores da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

1985

Comparece como convidado do candidato a Presidente da República, Dr. Tancredo Neves ao Salão Petrônio Portela para assistir ao nascimento da Nova República, em 15 de janeiro.

Certificado como Conferencista no 1º Encontro Mineiro de Educadores, realizado em Belo Horizonte, de 11 a 12 de março.

Termina o mandato como Representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias-Elétricas de Juiz de Fora, na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Minas Gerais - FTIU, em 16 de abril.

Convidado para presidir o IX Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, como Representante do Conselho de Representante da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Minas Gerais - FTIU, realizado em Maceió - AL de 17 a 19 de setembro.

Apoio ao movimento por salário da CEMIG em Belo Horizonte, onde a passeata até o Palácio da Liberdade possibilita o sucesso. Sendo então homenageado pelo Sindicato.

1987

Anistiado conforme despacho exarado pelo Ministro do Trabalho, Dr. Almir Pazzianotto Pinto nos autos do processo MTB 24000.007/87 e publicado no Diário Oficial de 30 de outubro.

1991

Recebe homenagem do CGT da Zona da Mata, inaugurando Placa na Casa do Trabalhador, em reconhecimento a sua luta ao lado dos Trabalhadores, em 26 de abril.

Inauguração da Via Pública, Avenida Deputado Clodesmidt Riani, em Mar de Espanha - MG, de acordo com a Lei n.º 638 de 29/10/86, em 22 de setembro.

1992

Participa da eleição do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Juiz de Fora, apoiando a chapa nº 1, que é vencedora, em 13 de março.

Representa a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Juiz de Fora na concentração pública a favor do Impedimento do Presidente da República Fernando Collor de Mello, em 26 de agosto.

1994

Reabilitado pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, reconhecendo que ela agiu sob motivação política ao cassar-lhe o mandato logo após o movimento político-militar de 31 de março 1964: “Ficam reconhecidos como praticado por motivos políticos e não por falta de decoro parlamentar, o ato de cassação”. Resolução n.º 5 144, artigo 2º de 23 de junho.

Eleito por unanimidade por mais de trezentos Delegados Nacionais, Presidente de Honra da Federação Nacional dos Urbanitários, filiada a Central Única dos Trabalhadores - FNU-CUT, no XIII Congresso Nacional dos Urbanitários, realizado no Centro de Convenções da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI em Brasília – DF: “pelo que representou e representa para a classe operária brasileira, pelo seu passado de luta em defesa de uma sociedade justa e democrática”, em 04 de agosto.

1995

Eleito Membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Aposentados e Pensionistas das Autarquias do Brasil, com sede em Juiz de Fora.

Homenageado como “Personalidade do Movimento Trabalhista Brasileiro” no Jornal Inter-Sindical de Juiz de Fora - MG, em fevereiro.

1996

Publicação do “Dossiê Riani” em 10 capítulos, pelo Jornal Diário Regional de Juiz de Fora, de 01 de abril a 03 de junho.

Homenageado pela Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias - CNTI, em sessão solene nas festividades do Cinquentenário, realizada em sua sede em Brasília - DF. Na ocasião recebe camisa, agenda e relógio com o emblema, em 30 de outubro.

Recebe homenagem do Jornal Inter-Sindical de Juiz de Fora, Diploma do 8º Mérito de Integração Social, na sessão solene da Câmara Municipal, em 06 de dezembro.

1997

Participa do XIVº Congresso Nacional dos Urbanitários filiado a CUT, como convidado Especial na qualidade de Presidente de Honra da Federação Nacional dos Urbanitários - CUT, realizado em Luziânia - GO, de 12 a 15 de junho.

Participa do 6º Congresso da CUT como convidado Especial, realizado em São Paulo - SP, em 03 de setembro.

1998

Abertura pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais dos Arquivos das Sessões secretas que resultaram na cassação do seu mandato de Deputado Estadual, em 15 de abril.

Convidado para participar como Conferencista no Projeto “Testemunho de Vivência Sindical” no 1º Encontro de Entidades Profissionais de Juiz de Fora, realizado no Auditório do Banco do Brasil em Juiz de Fora, com a presença do Governador do Estado de Minas Gerais Eduardo Azeredo, em 03 de junho.

Participa do Encontro Nacional dos Trabalhadores Urbanitários: “Água e Energia para a Vida”, realizado em Belo Horizonte, de 28 a 31 de julho.

1999

Concede depoimento ao Museu da Imagem e do Som, para o acervo permanente de Memória da Justiça do Trabalho da 3ª Região, em 25 de março.

Participa da Sessão Solene de Celebração dos 20 anos de promulgação da Lei de Anistia, Lei Federal n.º 6683/79.

2000

Participa do VIº Congresso Nacional da Central Geral dos Trabalhadores - CGT, realizado em São Paulo - SP, nos dias 05 e 07 de maio.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova por unanimidade, o requerimento do vereador Flávio Checker, autorizando o convênio entre a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Câmara Municipal, para organização de seu acervo documental.

Participa da inauguração da Avenida Dr. João Goulart, onde reencontrou João Vicente Goulart, após 36 anos. Falou em nome da municipalidade a pedido do Prefeito Raymundo Tarcísio Delgado, em 31 de março.

Participa da homenagem da Câmara Municipal de Juiz de Fora ao ex-presidente da República, Dr. João Goulart, em 31 de março.

Presta depoimento ao Museu da Imagem e do Som da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage - FUNALFA. Esse Projeto, mantido pela FUNALFA, tem como objetivo registrar a história de Juiz de Fora, por intermédio do depoimento de personalidades com participação na vida política, artística, desportiva e cultural da cidade.

Depoimento na Semana de História 2000 no Centro Acadêmico de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 500 anos de Brasil “Críticas e Debates”, em 06 de outubro.

Cerimônia no Palácio da Liberdade convertida em homenagem, onde o Governador do Estado Itamar Augusto Cautieiro Franco sanciona a Lei n.º 1043/2000 proposta pelo Deputado Estadual Durval Ângelo (PT), concedendo indenização aos ex-Deputados cassados em 1964,

referente aos 2 anos e 8 meses de mandato que não puderam cumprir e o reajuste da pensão especial de que trata a Lei nº 11 732 de 30/12/1994.

2001

Pleiteia e consegue junto ao Governo Estadual, a implantação do 2º grau no Grupo Escolar Marília de Dirceu, no Bairro Filgueiras, em Juiz de Fora.

É inaugurado o “Centro de Memórias e Documentação Clodesmidt Riani”.

2003

Participação no XVI Congresso dos Urbanitários – Brasília.

2004

Participação no III Congresso União Nacional Sindical – Belo Horizonte e na V CONCLAT União Sindical SEST – SENAT – Juiz de Fora – MG.

2005

Participação no I Congresso Estadual Nova Central Sindical de Trabalhadores – Rio de Janeiro.

Participação no VI Congresso Estadual dos Aposentados e Pensionistas do Estado de Minas Gerais, realizado em Juiz de Fora.

No lançamento do livro, “Clodesmidt Riani: Trajetória”, organizado pelos pesquisadores Hilda Rezende Paula e Nilo de Araújo Campos, realizado no espaço Mascarenhas, Riani é homenageado pelas autoridades locais e representantes da sociedade juizforana.

Riani recebe das mãos da Reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora Margarida Salomão, o título de “Professor *Honoris Causa*”, em solenidade onde, após discursar, foi ovacionado por um demorado aplauso, com a platéia de pé...

LISTA DE ABREVIATURAS

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CMDCR – Centro de Memória e Documentação Clodesmidt Riani
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CONTEC – Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimento de Crédito
CPOS – Comissão Permanente dos Órgãos Sindicais
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
FFAA – Forças Armadas
FMP – Frente de Mobilização Popular
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
FUE – Frente Única de Esquerda
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisa Econômica e Social
LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social
PAC – Pacto de Ação Conjunta
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUA – Pacto de Unidade e Ação
SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária
UDN – União Democrática Nacional
UNE – União Nacional dos Estudantes
UST – União Sindical Trabalhista

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)